

ENSAIOS E ARTIGOS

2002-2008

PAULO TIMM

## INDICE

### I – Ensaaios

Os Partidos Politicos

Para entender o conflito ISRAEL /PALESTINA

A voz do papa

Presença do Papa, Ausência de Deus

A Refundação da Esquerda

Rússia: Um caso de ocidentalização forçada

Fidel: Vai o homem, fica o mito..

### 2- Artigos

Direitos Humanos:Imperativo Ético ou Razão Consensual

Olga – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br) e

Eu absolvo – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

Lula e Alkmin – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

O fim da História – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

Mirian x Heloisa – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

Lula, Opção Simples – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

Refazendo .... – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

Que fazer...? De novo...!?

Morre Baudrillard .-

Desafios da Modernidade.- [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

O Brasil Existe – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

Maneira de ser. – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br) , e [www.pdt.org.br](http://www.pdt.org.br)

Yeda, surpresa previsível – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

E Chavez tinha razão... – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

Exames de qualificação profissional....!!???

Conselhos e Exames de qualificação profissional –

Senado em crise, MORTE AO SENADO!

Senado condenado.

A CPMF e eu... –

Pedeteu-se... [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

Um novo cenário para o planejamento – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

Brasília nos tempos de Zé Aparecido – [www.abcpokitiko.com.br](http://www.abcpokitiko.com.br)

A crise na Unb e a conjuntura. – [www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br)

Lula e suas incontinências



### 3.OS PARTIDOS POLITICOS

1. Para pensar o Partido Político é mister situá-lo, antes de mais nada, no todo que o envolve (1), no âmbito da Teoria do Estado, isto é, ao nível da sociedade, do poder e da representação, em sua respectiva historicidade. A sociedade civil ou política, constituída por famílias e outros grupos é o meio em que se forma o Estado; o poder é o elemento organizador da sociedade, principio da unidade social, centro propulsor e coordenador; e a representação é um vínculo entre a sociedade e o poder, sintonizando a ação dos governados”(2). O momento histórico destes vários elementos é o processo de constituição, auge e crise da modernização, compreendida como racionalização da cultura(3), massificação da produção e do consumo (4), risco crescente (5) e dessacralização das relações sociais (6).

A modernização, enfim, é aqui tomada como a afirmação do capitalismo como modo de produção hegemónico. E os partidos políticos como um elemento decisivo na construção deste processo.

#### 1.Origem dos Partidos.

Os Partidos Políticos nascem na primeira metade do século XIX na Europa (Reform Act, 1832, Inglaterra) e Estados Unidos mantendo-se, por muito tempo como Partido de notáveis. Já na Segunda metade daquele século nascem Partidos Políticos com maior clivagem social, notadamente operários, na Alemanha (1875), Itália (1892) e França (1905).Com a generalização do sufrágio universal a nível mundial no século XX, que foi uma das bandeiras destes Partidos, tais agremiações converteram-se em Partidos propriamente eleitorais(7)

Coluna vertebral das sociedades civis cada vez mais organizadas os Partidos se constituem no fio condutor que perpassa e integra Sociedade e Estado através da Política. São eles e só eles os condutores do princípio da representação e os elementos decisivos da função representação do Estado .

### 3. Conceito Funções dos Partidos

Segundo Weber o Partido político é uma associação que visa a uma fim deliberado, seja ele objetivo como a realização de um plano com intuídos materiais ou ideais, seja pessoal, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória, para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos estes objetivos conjuntamente”.

Rigorosamente, estas associações emergem dos movimentos sociais visando a conquista do poder políticos quando se lhe reconhece este direito de participação na gestão da coisa pública. Só é possível, pois, a existência de Partidos na constituição mesma dos Estados juridicamente organizados, embora isto não signifique que se trata aí de Estados de Direito Democrático. Algumas ditaduras militares na América Latina preservaram os Partidos Políticos. Os países do Leste Europeu, antes da queda do muro de Berlim, China, Vietname e Cuba também tem Partidos únicos, de defesa da Revolução. As funções dos Partidos derivam do seu objetivo maior, que é a luta pela conquista e preservação de parcelas maiores ou menores de Poder no âmbito do Estado. Bobbio, no seu dicionário de Política assim define tais funções: 'todas as atividades que geram consequências mais ou menos relevantes no sistema político e social. Com o desenvolvimento da democracia tais funções tornaram amplas e complexas podendo-se destacar: o questionamento do próprio caráter das sociedades em que se inscrevem, a formulação de cenários e instrumentos alternativos de políticas públicas, a formação de quadros políticos filiados e, principalmente, a função representação. Só os Partidos tem o direito de disputar através de candidatos o processo eleitoral. Antes, nas sociedades pré-modernas a representação se dava no limite da transcendência, quando o soberano encarnava a vontade divina representando-a perante os súditos. No mundo imanente da ordem racional esta bênção se perde em benefício da verdade consensual. Só é válido o que está pactuado e mesmo assim, sempre que possível, desde que sujeito a novos e sucessivos processos de verificação.

A questão da Representação.

Quando se fala em "representação" "está se falando em símbolo. O representante é um símbolo. A auto-iluminação da sociedade através de símbolos é parte integrante da realidade social, e pode-se mesmo dizer que é uma parte essencial dela, porque através dessa simbolização os membros da sociedade a vivenciam como algo mais que um acidente ou uma conveniência; vivenciam-no como pertencendo a sua essência humana. Inversamente, os símbolos exprimem a experiência de que o homem é inteiramente homem em virtude de sua participação em um todo que transcende a sua existência particular, em virtude de sua participação no *xynon*, o comum na expressão de Heráclito." (8) A palavra é o primeiro símbolo e que antecede milênios a ciência Política, a *epysteme* fundada por Platão e Aristóteles. Quando eles falaram em polis, cidadão, formas de governo, justiça etc eles não inventaram tais idéias, apenas as dotaram de novos e específicos significados. Estavam começando a fazer "ciência". A partir daí quando um teórico-crítico se defronta com a linguagem ele tem diante de si dois conjuntos de símbolos: 'os símbolos da linguagem produzidos como parte integrante do mundo social em seu progresso de auto-iluminação, e os símbolos da linguagem da ciência política'. (9) Platão chamaria o primeiro conjunto de *doxa*. Gramsci, filósofo marxista italiano da primeira metade deste século costumava dizer que o senso filosófico consistia numa superação do senso comum e do próprio bom senso, sugerindo, certamente, que era o calvário da superação da *doxa*. Hoje estes dois conjuntos estão muito misturados. A linguagem da ciência banalizou-se e produziu o seu uso indiscriminado. Esqueceu-se que a realidade, principalmente política, não se define, apenas relata e submete, através da cuidadosa tentativa de construção científica, aos conceitos. Na transição da realidade 'a teoria, os critérios empregados no processo de esclarecimento devem ser bem definidos; e o valor cognitivo dos conceitos resultantes deve ser verificados, colocando-os em contextos teóricos mais amplos. O

método , assim esboçado, é substancialmente , o procedimento aristotélico’, como ressalta Vegelin.

Nesse contexto teórico a representação tem por base uma atribuição específica, o que torna necessário distinguir representação de outros tipos de atribuição, estabelecendo a diferença entre agente e representante. Esta diferença e a articulação entre elas é condição da representação. ‘Para chegar a existir , a sociedade deve articular-se. Afim de produzir um representante que aja por ela.’”(10)E tais articulações serão tanto mais complexas quanto mais complexos os requisitos da representação .Um Estado Nacional, por exemplo, não é apenas um conjunto de pessoas unidos por certo sentimento de Justiça, no dizer de Santo Agostinho, mas um corpo ereto sob a figura de um soberano: *Rex erectus est...*

Sir John Fortescue (11) foi um dos primeiros teóricos a perceber esta sutileza da questão da representação. Ele demonstra que o Rei não era apenas o centro estático e hierarquizado ,mas a expressão da *intencio populi*, isto é o centro místico do Reino. ‘O Rei é em seu Reino o que o Papa é na Igreja- a formulação mais compacta do problema da representação.’” Não por acaso, conclui Eric Vegelin:

Perder o Rei significava perder a capacidade de atuação.

Mais tarde, diante dos desafios a construtivo da democracia no século XX outro autor – MAURICE HAURIUO(12) voltou-se para a questão da representação. Para ela o poder do Governo é legítimo por funcionar como representante do Estado. Assim resume Vegelin a teoria de Hauriou:

*O Estado é uma comunidade nacional na qual o poder governante é a criação de uma nação politicamente unificada, pela transformação do todo desorganizado preexistente em um corpo organizado para agir. O núcleo dessa instituição será a idéia a idéee directrice, de realizá-la e de expandi-la aumentando seu poder; e a função específica do governante é a concepção dessa idéia e sua realização histórica. A instituição se aperfeiçoa quando o governante se subordina à idéia e quando, ao mesmo tempo, o contentemente coutumier dos membros é obtido. Ser representante significa orientar , desde uma posição dirigente , o trabalho de realizar a idéia através da sua encarnação institucional; e o poder do Governante tem autoridade na medida em que ele consiga torna-lo representativo da idéia.*

Importante ressaltar que já aqui o tema da representação começa a entrelaçar-se com o da legitimação. Pois não basta que o Governo o seja no sentido constitucional do Direito Positivo, mas que realize a idéia da instituição, vale dizer, que o seja no sentido existencial. Caso contrario mais cedo ou mais tarde será golpeado por outro que assuma este último.

Em resumo, pode-se dizer que a questão da representação é anterior a constituição dos partidos políticos e que constitui uma forma complexa de articulação das sociedades humanas em seu devenir histórico. A sociedade propriamente política começa a existir quando se articula e produz um representante. A interveniência dos partidos neste processo constitui, por sua vez, um elemento ulterior de complexidade, que inaugura uma nova fase da própria sociedade política humana, pois só eles estão habilitados ao exercício formal da representação.

#### 4. A questão da legitimidade

Se a representação tem um sentido transcendental e existencial, cabe sempre a indagação: Onde está a verdade?

Enquanto as sociedades humanas foram cosmológicas, esta resposta era singela: Havia a articulação produtora de uma ordem fundada e representada por aquele que fazia a ligação entre o sagrado e o profano, que era o portador da verdade, e os inimigos que expressavam a desordem e a mentira. O conceito de "justiça" aparecia aqui como uma acomodação entre o *cosmion*, pequeno mundo, e o próprio cosmos. A descoberta de uma nova verdade capaz de desafiar estes impérios cosmológicos introduz a noção mais próxima de legitimidade que usamos hoje e se constitui em feito histórico gigantesco. Ele emerge em torno do século V Antes de Cristo com Confúcio e Lao Tse, na China, com Buda na Índia, com os Profetas em Israel e com os filósofos e a tragédia na Grécia., particularmente Heráclito (Tudo flui..., 12) Alguns, como Karl Jaspers (13) a contemplam como a inflexão da humanidade rumo aos tempos modernos. Henri Bergson (14) concebeu os conceitos de sociedades fechadas e sociedades abertas para diferenciar este grande momento, que, merece de circunstâncias históricas, desdobrou-se no Ocidente com o desenvolvimento da Filosofia e da Política como ciência. Aqui Platão dá a fórmula que sobreviveria até nossos dias: A *polis* é o homem em escala ampliada. Como princípio geral isto significa que toda sociedade reflete em sua ordem o tipo humano de que se compõe. Como instrumento de crítica social significa que as diferenças de ordem social podem ser vistas como diferenças de tipos humanos devido à descoberta da psique humana e seu desejo de expressar-se no ambiente. A verdade nunca é descoberta, assim, num vazio, mas num círculo denso de convicções cada vez mais sofisticadas em sua estruturação interna. A primeira e mais sofisticada destas virtudes, para Platão, era o filósofo., para Aristóteles o *spoudaios*. Claro que nem o filósofo nem o *spoudaios* precisavam encarnar o modelo de virtude, mas deviam ser capazes de reproduzir imaginativamente as experiências que suas teorias - a IDEIA - tentavam explicar de forma a superar o confronto com a verdade cosmológica. Isto nunca foi fácil e nem é bastante provável. Mas possível. Talvez inelutavelmente necessária desde o advento das sociedades abertas. E neste caso, além do significado existencial da representação, deve-se ter presente que a própria sociedade e a representante de uma verdade transcendente. Na conclusão de Eric Vegelin:” Ambos os significados se referem a aspectos de um mesmo problema: em primeiro lugar, na medida em que o representante existencial da sociedade é seu chefe ativo na representação da verdade; e, em segundo lugar, na medida que o governo obtido pelo consenso do corpo de cidadãos pressupõe a articulação dos cidadãos individualmente considerados até o ponto em que eles se possam tornar participantes ativos na representação através do *peitho*, a persuasão...Finalmente, foi possível penetrar no mistério do esclarecimento crítico.

‘Desde que a verdade deixa de ser um terreno dominado pelo que hoje designamos como fundamentalismo para ser o resultado da capacidade de sua própria construção consensual condutora da legitimidade dos Governos a Filosofia, a Ciência Política e os Partidos ganham novas e renovadas funções. Dentre as quais desenvolver a possibilidade desta verdade e construí-la como consenso. Os Partidos, aqui, tampouco podem se constituir em instrumentos primários de aquisição de poder. Desde que a elas compete o exercício da representação numa ordem racional, cabe-lhes uma dura tarefa de se preparar para este desafio. A própria legitimidade pretendida jamais será como outrora um terreno estável. O maior teórico contemporâneo destas questões, HABERMAS(15.) lembra que “agora são as próprias condições da justificação que recebem força legitimadora – os procedimentos e premissas de um acordo racional



tornam-se eles mesmos princípios”. A legitimidade significa que um ordenamento político é digno de ser reconhecido e que , portanto, a mudança de um nível de justificação ao para outro envolve processos de aprendizagem. A sua suposição e que os novos saltos ocorridos no processo de invalidação ligam-se “às passagens para novos níveis de aprendizado que tiveram lugar na evolução social: níveis de aprendizado que fixam condições dos processos de aprendizagem , tanto na dimensão do pensamento objetivante como naquela da intuição pratica”. Mais tarde, já na sua ultima obra sobre o tema, Habermas manifesta-se mais transcendentalista enfatizando a “situação ideal da fala”. A verdade emergiria, neste caso, não só da imensa capacidade das sociedades modernas desenvolverem o aprendizado, mas , também pelas imensas possibilidades de uma razão comunicativa perfeita entre os distintos atores sociais, capaz de construir uma inter-subjetividade jamais imaginada. No turbilhão de percepções subjacentes à esta intersubjetividade a percepção, registrada por dois autores contemporâneos e (16) em suas conclusões sobre a legitimidade:” A legitimidade não é um todo coerente, articulado logicamente em todos os seus pontos. Ao contrario algo fluido, amorfo, entrópico, é também parte constitutiva de seu tecido. Sua substancia , algo não modelar, não sistêmico, imprevisível, está na vontade humana.. ..”. A verdade pétreia e natural das sociedades cosmologicas, portanto, segue-se a verdade volátil e inter-subjetiva do mundo moderno. Ainda assim, como ‘tudo que é solido desmancha no ar’ (17), também esta se redefine na crise da modernidade, ante-sala de um novo tempo histórico para a humanidade (pos-moderno?...) Talvez cheguemos em breve `a conclusão de que , enfim, verdades e mentiras constituíram um remoto momento desta historia. A física desde algum tempo caminha por esta vertente abrindo alternativas mais flexíveis para os paradigmas da Filosofia e da Teoria Social e Política. Como a verdade é uma tentativa de captar a realidade e esta realidade, na verdade, nunca existe senão como possibilidade, a própria verdade é sempre virtual. Este, porém, ainda é um vasto caminho a ser trilhado.

## 6. A Crítica aos Partidos Políticos

A maior crítica aos Partidos Políticos consiste na rejeição ao seu monopólio da representacao. Por quê só os Partidos Políticos podem indicar os elegíveis?

Esta crítica tem varias origens e ganha corpo com a crise quase universal dos Parlamentos.

Supostamente, dá-se aos Partidos o monopólio da representação na expectativa de que só grupos politicamente organizados conseguiriam desincumbir-se das vastas e complexas funções atribuídas aos Partidos.

Os críticos procuram demonstrar que todos os partidos acabam padecendo das vicissitudes de qualquer organização. Eles se burocratizam e acabam transferindo o comando para pequenas oligarquias que os dominam. O espectro da racionalização weberiana que domina toda a sociedade alcança também os Partidos convertendo-os em aparelhos’ ‘a disposição de seus dirigentes, incapaz de preencher os requisitos da representação e da legitimação

Outra crítica aos Partidos procura evidenciar sua incapacidade de incorporar os novos agentes sociais em ação na vida contemporânea. E o caso do filósofo português. Boaventura de Souza Santos (18)

Apesar destas críticas todas as sociedades modernas continuam referendando os partidos como o mecanismo nuclear da Política. O argumento principal para a defesa dos Partidos é similar aquele atribuído a Winston Churchill com relação ‘democracia: É o pior sistema do mundo. Mas não existe outro melhor...

O sistema de Partidos, com efeito, padece da possibilidade de incorporar, sobretudo, a consciência mais crítica da sociedade, precisamente a que poderia aportar significativa contribuição ao processo de criação de alternativas a verdade ou verdades estabelecidas. Mas, na sua maioria, os Partidos, não são abertos. Obedecem, como nas sociedades cosmológicas antigas, às suas verdades guardadas a sete chaves pelos aparatchiks respectivos. De resto, como estruturas de poder que são, e não apenas de conhecimento, definham em argumentos na mesma proporção em que crescem na hierarquia partidária. Fala-se, por exemplo, costumeiramente de re-engenharia, qualidade, e outras inovações no mundo das empresas, que desde W. Edward Deming (19) rejeita o sistema de mérito por sua atávica capacidade para produzir não só a destruição da eficiência, mas principalmente a moral e a verdade. Tais questões passam ao largo das instituições partidárias, que se transformaram numa espécie de clero da laicidade. Ir e falar contra os políticos tornou-se corriqueiro, mesmo nos países de sólida formação democrática e desenvolvidos, a tal ponto que a presença nos pleitos eleitorais vem declinando assustadoramente, principalmente entre os jovens.

Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo, tem sido um dos mais enfáticos defensores dos Partidos, da democracia e dos políticos.

Numa recente conferência na Universidade de Stanford, a conhecida Robert Wesson Lecture, a 11 de março de 1996, (20) ele afirma: ‘É o próprio êxito da democracia enquanto idéia e sua legitimidade enquanto valor de alcance universal que parecem estar colocando-a sob o fogo cerrado da crítica, até mesmo de seus defensores’. Citando Allain Touraine ele diz que uma das origens deste estado de espírito é o de que, ‘em vez de nos definirmos pelo que fazemos, passamos a nos definir pelo que somos’ e agrega: ‘E não apenas pelo que somos, mas também pelo que queremos, e estes desejos são muito diversos.’ Mais ainda, segundo FHC: ‘No mundo inteiro, o fascínio pelo novo, pelo retrato da realidade mostrado pela TV, desvia a atenção dos verdadeiros elementos que compõem a identidade nacional: uma história comum, uma herança cultural, uma trajetória coletiva – com êxitos e dificuldades – e um sentido de futuro.’ Tudo isto, a heterogeneidade estrutural crescente da sociedade, a atenuação das dicotomias clássicas esquerda-direita, a fragmentação dos indivíduos em pequenos grupos de referência cultural e identidade específica, segundo ele, está enfraquecendo os Partidos. – O que lhes dava consistência era a identificação com um ideário que correspondia ao interesse de determinadas classes ou categorias. Faziam uma escolha ideológica que se materializava num programa de ação. Numa época em que a disputa ideológica se esmaece, em que os interesses tornaram-se menos claros e mais dispersos, pós Partidos Políticos correm o risco de ver diminuída sua capacidade mobilizadora’. Acrescenta ainda, lembrando Robert Dahl, que a democracia representativa nasceu em países de pequenas proporções onde podia haver a possibilidade do contato do representante com os representados. Hoje, grandes sociedades de massa, articuladas por sistemas de comunicação virtual on line distanciam o representante do corpo eleitoral, colocando-o em cheque a cada momento de renovação de mandato. Em consequência, para ele, ‘a incapacidade momentânea de o Estado responder a um nível mais elevado de reivindicações sociais o faz ser percebido como inoperante, ineficaz e a classe

política sofre diretamente o impacto adverso dessa percepção negativa do Estado. Desfazer ilusões e criar um maior sentido de realismo sobre as possibilidades de ação do Estado são essenciais para recuperar a viabilidade da democracia e despertar a cidadania para a parte que lhe cabe no encaminhamento dos problemas. (Afinal) o valor do debate público não se mede apenas pela qualidade da classe política, mas também pela capacidade dos cidadãos de refletirem sobre o interesse público, formularem suas reivindicações para as mudanças e se organizarem para que elas se concretizem.”.

Belas palavras de Fernando Henrique , porém , alguém da necessidade teórica de se justificar o monopólio da Política pelos Partidos. Soam como se Luiz XVI , do alto do seu absolutismo, proclamasse a responsabilidade cívica do Terceiro Estado na defesa do direito divino dos Reis. Ou as de Maria I, na disparada da Côrte portuguesa para o Brasil:- ‘ Se na têm pão , que comam bolo...’.

A verdade é que os Partidos cumpriram um papel fundamental no processo de consolidação da instância política no mundo moderno mas não estão mais conseguindo manter os níveis de credibilidade capaz de manter a sua força mobilizadora para a construção de um amplo e profundo processo de comunicação inter-subjetiva conducente ao consenso. O próprio Direito como cristalização deste consenso encontra na sociedade contemporânea cada vez mais dificuldade em se manter como o instrumento contratual nuclear do fazer histórico.”O Direito é essa artificialidade que vincula o tempo. ..O direito fornece estabilidade e certeza artificiais e contingentes, assim como o faz o Estado, que organiza a comunicação entre a política e o direito...No entanto, enquanto a sociedade representa para si próp[ria o futuro como risco e o vincula por intermédio do direito, o risco mesmo não se deixa jurisdicizar.... O direito moderno constitui uma aquisição improvável... Agora, esses horizontes nos permitem observar como realmente funciona a aquisição do direito, quais são as suas potencialidades, sua indiferença, e também o limiar de sua sensibilidade. Os limites do direito, ou seja, o seu futuro, dependem de sua estrutural incapacidade de lidar com o risco.(20)

Diante disto resta-nos continuar explorando as possibilidades do gênero humano em suas múltiplas manifestações, a principal delas, sem dúvida, a Política que o potência à transcendência.

#### Bibliografia:

1. Sartre, Jean Paul – Questão de Método.
2. Voegelin, Eric – A Nova Ciência Política- Editora Universidade de Brasília
3. Weber, Max – Economia e Sociedade-
4. Marx, Karl, - O Capital , vol.1 – Ed. Fonde de Cultura
5. Giddens Antony- Para além da Esquerda e da Direita- Ed. UNESP
6. Luckacs, E. – História e Consciência de Classe – Ed. Fonde de Cultura
7. Bobbio et alii – Dicionário de Ciência Política – Ed. Unb
8. Voegelin, Eric- citado

9. Voegelin, Eric – citado
10. Idem –
11. Fortescue, John- The Governance of England, ed. Plummer (Oxford, 1885) , citado em Voegelin.
12. Hauriou, Maurice – Précis de droit constitutionnel (2ª ed.-1929) , citado em Voegelin.
- 13 . Gaarder, Jostein - O Mundo de Sofia – Cia. das Letras
14. Jaspers, K. e Bergson, Henri – citados in Voegelin, Eric
- 15 Habermas, Jürgen – Problemas de legitimaco no Estado Moderno in Habermas, J., Para a reconstruo do materialismo histrico – 2ª ed. So Paulo Brasiliense .
- 16- Idem
17. Marx , Karl – O Manifesto Comunista, 1848
18. Santos, Boaventura de Souza – Pela Mo de Alice- O social e o polıtico na pos-modernidade- Cortez Ed. 2ª ed.
19. Deming Edwar – A Nova Economia , Wuality Mark Editora
20. Cardoso, FHC – A revitalizao da arte da polıtica, in Democracia, a Grande Revoluo- Simposio Florestan Fernandes – UNB
21. Di Giorgi, Rafaella- Democracia, Estado e Direito na Sociedade Contemporanea, in Cadernos da Escola do Legislativo no.2(4), jul/dez. 1995<sup>A</sup>- Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



*Paulo*

*Timm*

Yasser Arafat, o grande líder da causa palestina, morreu nesta madrugada. Mas a causa pela qual dedicou toda sua existência nem morreu nem será enterrada. Dentro de muito pouco tempo haverá um Estado da Palestina e sua vida não terá sido em vão.

Mas embora sabendo que a Palestina existe, que Arafat era seu símbolo e que seu povo luta contra os israelenses muitos não entendem o que realmente está ocorrendo no Oriente Médio. O conflito, embora recente, domina nossa geração e dá a entender que sempre houve e nunca acabará. Todo dia há uma nova notícia, normalmente uma estatística vaga de mortos e feridos na Cisjordânia ou Faixa de Gaza (dois espaços não contíguos da Palestina incorporados ao Estado de Israel), vale dizer, de palestinos, contrapondo-se à morte com nome e endereço de pobres vítimas inocentes do lado israelense. Coisas da mídia...

O conflito como que se banalizou pela persistência das notícias, assim como a fome na África, a corrupção política no terceiro mundo ou o cinismo dos poderosos. Na verdade, a dita globalização já não permite o alheamento de ninguém sobre qualquer assunto neste planeta. Principalmente quando ele ameaça o equilíbrio que um imenso poder de fogo das superpotências impõe pela força. E estas potências, principalmente, os Estados Unidos, estão ligadas estrategicamente ao Oriente Médio pelo petróleo, que lhe garante a supremacia estratégica e tecnologicamente. Então, os conflitos na região do petróleo, ainda que fossem estritamente internos à região, como o que sangra, ainda na República Árabe Saharai Democrática (antigo Sahara Espanhol, ocupado pelo Marrocos) eclodem com repercussão inusitada chamando a atenção do mundo sobre eles.

O conflito tem raízes bíblicas. Todos sabem. Árabes e judeus descendem do povo de Abraão, que habitava a cidade de Ur na Mesopotâmia, berço da civilização, hoje Iraque.

Os primeiros, filhos de Israel, instalaram-se e se desenvolveram no que hoje chamamos Oriente Médio, tendo sido dominados, sucessivamente, pelos egípcios, gregos e, finalmente, pelos romanos, época em que Cristo veio ao mundo. Com o Cristianismo, ao Velho Testamento, que orientava a fé judaica, somou-se um novo capítulo, bifurcando-se o monoteísmo em dois grandes ramos até hoje grandes e subsistentes: o judeu e o cristão. A região passa a ser ocupada, então, por judeus e cristãos durante séculos sem maiores problemas de convivência destes dois credos. Mas aí se inicia, também, o grande êxodo judeu, que consistiu na dispersão deste povo pelo mundo sem qualquer espaço institucional de referência.

A segunda descendência de Abraão é dada pelos filhos de Ismael. Eles, originalmente judeus, se expandiram a partir da mesma Jerusalém que assistiu as

pregações de Jesus, pelo norte da África adotando no Século VII da nossa era a fé muçulmana, pregada pelo profeta Maomé. Daí viriam a estender, no curso de sete séculos, seu vasto império desde a Turquia atual até a Península Ibérica, na Europa, onde floresceu uma cultura rica que iria desembocar no Renascimento. Foram os árabes que *re-encontraram* os gregos e os traduziram para os europeus dando-lhes um novo horizonte mais vasto e humano. De certa maneira pode-se dizer, sem medo de errar, que o cerne do chamado *modelo ocidental* nasceu na Espanha, em torno da Universidade de Salamanca, no tempo da dominação árabe que já se desprendia da tradição original arraigada nas cidades iraquianas, daí vindo a irradiar-se sobre a Itália e, muito depois, sobre o resto da Europa.

Nas sagradas terras do Rio Jordão, portanto, nasceram e vicejaram as três grandes religiões monoteístas - judaica, cristã com suas variações romana, ortodoxa oriental, protestante e batista e a muçulmana - do mundo moderno. As mesmas religiões que viriam a forjar o ideal humanista que alimentou o Renascimento nos Séculos XV, XVI e XVII, o Iluminismo Europeu e Norte-americano no Século XVIII, a Era das Revoluções no final do Século XIX e todo o século XX, e a consagração dos Direitos Humanos nos dias que correm. Tudo fundado no princípio elementar do amor ao próximo como seu semelhante. Acostumamo-nos, num país cristão, com a idéia de que apenas o Cristianismo alimenta este processo. Isto não é propriamente verdade, pois, na origem, todas estas fés se alimentaram de ideais de amor e respeito ao próximo presentes nas confissões mais antigas que lhe deram origem.

Tais considerações históricas, entretanto, pouco contribuem para se entender o cerne do conflito no Oriente Médio, que é substancialmente contemporâneo. Veja-se que em nenhum momento das tensões Israel-Mundo Árabe emergem questões confessionais de caráter milenarista.

O conflito no Oriente Médio, tal como o conhecemos hoje, tem origem no processo de descolonização que se seguiu ao final da II Guerra. A América Latina antecipou-se um século a este processo porque suas potências colonizadoras já haviam entrado em colapso ao final do Século dos Descobrimentos, sendo um marco deste processo o fato de que a Invencível Armada, que era espanhola, perde o controle dos mares (e continentes) para a Inglaterra no Reinado de Elizabeth I (Século XVII). Mas enquanto íamos construindo nossa história própria por aqui, culminando na independência de toda a região (ou quase toda) no Século XIX, os povos da Ásia e África eram retalhados em suas etnias, história e formas específicas de organização institucional ao neo-colonialismo mais brutal que acompanhou a Revolução Industrial. Assim, o Oriente Médio todo ficou dividido entre França e Inglaterra assim permanecendo até muito bem pouco tempo atrás. Importante papel teve aí o fato de que o mundo que resultou do Pacto de Yalta, no pós-guerra era um mundo radicalmente dividido e polarizado entre Estados Unidos e União Soviética, ambos países novos, sem qualquer interesse no mecanismo colonial amparado principalmente por França e Inglaterra. Estimulados ainda pela retórica socialista e nacionalista, sob o influxo da bipolaridade mundial, os povos da África e Ásia envolveram-se em longas lutas de libertação que acabam produzindo a *descolonização*, cujos capítulos finais foram escritos pela independência de Angola, Moçambique e Sahara Espanhol e Timor Leste. Esta descolonização, regeu-se toda ela por novas regras do Direito Internacional, supervisionado e consagrado, depois de II Grande Guerra pela nascente Organização das Nações Unidas – ONU. Aí se destacam dois princípios indissolúveis: o da auto-

determinação dos povos e o da intangibilidade das fronteiras. Ou seja, respeitava-se o direito à auto-determinação desde que em consonância com os contornos geográficos do período colonial.

Mas o que frisa o princípio da intangibilidade das fronteiras? E por quê foi ele tão proclamado e seguido ao longo da descolonização?

O princípio diz que as nações descolonizadas deveriam manter o mesmo desenho – fronteiras - herdadas do período colonial. E isto por uma razão muito simples: as chamadas potências colonizadas, às quais se incumbia a responsabilidade de encaminhar o processo de descolonização, desejavam manter suas áreas de influência (leia-se mercados) sendo a mais expressiva destas o "*Commonwealth*", comunidade liderada pela Rainha da Inglaterra até hoje. Por esta razão as Nações Unidas intervieram, recentemente, no Timor Leste, antiga colônia portuguesa, abandonada por Portugal – não se sabe a que preço – (nos extertores do regime salazarista, tal como Franco abandonou o Sahara Espanhol, entregando-o em Acordo Tripartite ao Marrocos e Mauritânia, frustrando o anseio de autodeterminação saharauí na região).

O Direito Contemporâneo que rege a descolonização é, pois, o da auto-determinação dos povos sob o primado da intangibilidade das fronteiras herdadas do período colonial.

Mas o que isto tem a ver com o conflito no Oriente Médio?

Nesta região havia um povo de origem árabe, cujo desenho colonial, sob o jugo inglês, se denominava Palestina, e que viu frustradas suas expectativas de auto-determinação quando da criação, em 1948, do Estado de Israel. A criação deste Estado artificial e totalmente fora do processo de descolonização, sobre o qual, aliás, se antecipou exatamente porque tinha um caráter excepcional, decorreu, primeiro da determinação de um grupo de judeus (sionistas) empenhados na recuperação de um território que pusesse término ao êxodo milenar, causador de tantas perseguições e sofrimentos ao seu povo. Em segundo, aos interesses estratégicos, principalmente dos Estados Unidos, que aí viu a possibilidade de ancorar um de seus tentáculos para o exercício de uma hegemonia militar mundial que já se anunciava. *Lembre-se que os Estados Unidos, embora hegemônico ao final da Guerra, tanto no plano militar, como tecnológico e comercial, não tinha áreas de influência consagradas pelo princípio da intangibilidade das fronteiras.* Portanto, vê-se na contingência de construir alianças de novo tipo como a que procura com o próprio Brasil durante a Guerra, como a que construiu com o Panamá e, naquele momento, com Israel. Não é diferente, no fundamental, o que ocorre com o outro extremo da polarização durante toda a guerra fria: a URSS. Esta também articulava sua política externa com base no princípio do *internacionalismo proletário*, que na prática consistia na defesa intransigente deste país por todo o movimento comunista internacional e seus simpatizantes, dentre os quais muitos movimentos de libertação nacional e, em especial, o mundo árabe ferido pela ostensiva presença americana em Israel. O Pós-Guerra produz, enfim, um cenário internacional novo sobre o qual emergirão conflitos de novo tipo, tal como o conflito árabe-judeu.

Instalado o Estado de Israel, com base no imperativo moral de dar ao povo judeu o direito à recuperação histórica de seu lugar primordial, sob o impacto do holocausto, e



frustradas as expectativas da autodeterminação palestina, o que passa?

O Estado de Israel começa a se consolidar. E, para tanto, combina a expropriação sumária com a expulsão de suas terras de milhares de palestinos que ali estavam desde que se iniciou a expansão árabe há mais de mil anos. Calcula-se que metade dos cerca de um milhão e meio de palestinos foi expropriada de seu patrimônio e expulsa para os campos de refugiados nos países vizinhos, onde até hoje se amontoam impedidos de retornar à terra de origem. Em seguida, dados os conflitos com os palestinos que vivem então o seu êxodo próprio em direção aos países árabes vizinhos, Israel inicia uma política de expansão territorial, que tem início na Guerra dos seis dias, nos idos de 67 e que continuou na década seguinte. Todas essas anexações territoriais foram, naturalmente, rechaçadas em bloco pelo mundo árabe abocanhado pelo expansionismo do espaço vital judeu, como também pela comunidade internacional presente no seio da ONU. Rigorosamente, pois, muito embora alegue que Israel que fez (as anexações) em defesa de seu povo, este país acabou se transformando numa máquina de guerra expansionista que, tal como qualquer outra, como a de Hitler que alegava o espaço vital para os alemães, ou a de Saddam Hussein sobre o Kuwait, em nome da recuperação histórica do Iraque, ou a de Slobodan Milosovic sobre a Croácia, Bosnia e Kosovo, em nome da unidade jugoslava centrada na sagrada Servia, teria que produzir conflitos. Conflitos seculares, repito, pois nada têm de religiosos ou milenaristas. Os judeus não empreenderam sobre os territórios árabes nenhuma Guerra Santa, mas uma simples e pura ocupação militar com expulsão de seus ocupantes e expropriação sem indenização justa de suas propriedades.

Trata-se, pois, de superar a certeza, que tem um estatuto interno para os membros das duas principais comunidades envolvidas no conflito do Oriente Médio, em busca de um mínimo de verdade histórica sobre os fatos que o envolvem. Tais fatos apontam para a frustração da auto-determinação palestina, com o agravante da expansão israelense e suas seqüelas sobre direitos humanos (civis, políticos e sociais) e de propriedade, bem como para a inelutável e inarredável realidade da existência do Estado de Israel na região.

Israelitas e palestinos de bom senso, que constituem a provável maioria hoje, sabem disso e desejam a paz, apesar de que um radical israelense ainda mataria o Premiê Isaac Rabin com a mesma ferocidade com que o Hamas, facção radical palestina se lançaria ao terrorismo.

Por isso Arafat, à frente do principal partido palestino e com uma longa luta em defesa de seu povo compareceu à Assembléia Geral da ONU em 1974. Falou com um ramo de oliveira numa das mãos comovendo o mundo pela eloqüência de suas convicções e pedindo ao mundo que o impedisse de usar a mão armada. E foi aí que se iniciou sua condenação à violência como forma de luta que acabaria o conduzindo a selar a paz de Oslo, em 1993, acompanhando neste processo de amadurecimento político a tendência de aliados indispensáveis, como os egípcios, que já haviam selado em Camp David este caminho.

Todos sabem que o Estado atual de Israel exagerou no processo de ocupação e no terror de Estado com que vem operando a manutenção *manu militari* deste processo e que assim fazendo vem comprometendo o futuro dos seus filhos. Todos sabem, também, que o Oriente Médio é uma dobradiça entre o Oriente e o Ocidente - a qual já

marcou no passado a divisão do próprio mundo árabe, anterior à *reconquista*, entre os seguidores de Avicenas e Averróis – que não pode ser tão forçada a ponto de derrubar os mundos que sustenta e separa.

Há que ressaltar, a propósito, que o desaparecimento do bloco soviético, hegemônico pela URSS, criou uma nova conjuntura internacional que apenas circunstancial e aparentemente beneficia o Estado de Israel, aliado dos Estados Unidos. A ideologia que alimentou a derrubada do mundo comunista ancorou-se de tal maneira na defesa das liberdades e dos direitos humanos que já é impossível tergiversar sobre este tema em qualquer parte do mundo. A criação do Tribunal Internacional de Defesa dos Direitos Humanos, sob os auspícios das Nações Unidas e como um de seus órgãos permanentes, embora muito recente, criou uma instância supranacional no tratamento dos crimes contra a pessoa humana que torna as ações massivas de repressão contra populações civis passíveis de acusação e indiciamento. Que o diga Milosevic, na Jugoslávia. As ações, portanto, de caráter militar de Israel contra os palestinos, com ou sem direito histórico, serão, mais cedo ou mais tarde, levadas a este Tribunal criando uma situação para seus dignitários similar à de Milovic.

E não há como fazer confusões sobre esse assunto, identificando o passado de resistência militar de Yasser Arafat com o terrorismo implacável dos seguidores de Bin Laden e outros regressistas muçulmanos, pois é evidente que os palestinos lutavam e continuarão lutando pela sua auto-determinação, nos mesmos moldes que todos os outros movimentos de libertação o fizeram na África e na Ásia. Lutam, na sua grande maioria, pelo Estado da Palestina concedendo aos judeus o direito de manterem Israel como sua pátria, embora arrancada do solo que lhes pertencia. Que outro povo daria maior prova de tolerância do que esta? De resto, já se disse que infeliz do povo que necessita de mártires na sua história, mas esqueceu-se de dizer que mais infeliz ainda é aquele que não os tem nas horas em que a história põe seu destino à prova...E Arafat mais do que um mártir, foi um herói do povo Palestino com o nome inscrito nas tábuas da lei da história da humanidade.

*Paulo Timm é economista e técnico aposentado do IPEA e Professor da Universidade de Brasília.*

## A Voz do Papa

O Brasil, como o maior país católico do mundo, deveria prestar mais atenção às palavras do Papa, discutindo-as e submetendo-as a uma apreciação própria. Quando o papa era “progressista”, como João XXIII, padres “avançados” e intelectuais, católicos ou não, se apressavam em repercutir suas idéias. Mudaram os tempos, mudou o papa ou mudamos nós, intelectuais brasileiros?

O último anúncio do Vaticano , proposto pela Congregação para a fé, feito nesta semana , teve imensa repercussão na Europa. Reafirmando que só a Igreja Católica de Roma é a verdadeira Igreja de Cristo o Papa dá seqüência à sua peregrinação às origens , à qual se associa um ainda tímido mas inequívoco retorno à liturgia tradicional regada pelo latim. Com isso o Vaticano congela os entendimentos rumo à unificação cristã e às ações já concretas de ecumenismo entre as várias Igrejas de Cristo. Um leva aceno doutrinário é dado à Igreja Ortodoxa sem, contudo, estender-se sobre as razões destes dois ramos .

Sem ser especialista na matéria, sequer entendido suficientemente para tratar do assunto com propriedade, eis que sequer li a referida comunicação , atrevo-me, ainda assim- mas com o sentido de estimular o debate-, a dar algumas opiniões.

Primeiro, é lamentável que uma questão do tipo desta seja tratada com tanto menosprezo, tanto pela inteligência , como pela imprensa. A grande imprensa divulga o assunto superficialmente, como mais uma das suas infinitas informações que vão do nascimento de um filhote de Panda na China, à morte anônima de 150 pessoas num certo diz no Iraque, à prisão de mais uma dúzia de prevaricadores do serviço público e do submarino atômico da marinha brasileira. Não há hierarquia nas notícias, só espetáculo. Vivemos numa época em que somos inundados por informações sem que tenhamos qualquer idéia de como elas se “localizam” no conjunto em que se situam. São meros “acontecimentos”, bordas de uma realidade inapreensível porque nunca problematizada. Veja-se, por exemplo, o caso do escândalo do Senado Federal. Quem sabe, neste imenso mar de desinformação o que é o Senado, como funciona, qual seu papel , qual sua origem e dinâmica política, qual o perfil social e ocupacional de seus membros. Nada! Nenhuma informação além do escândalo e do escandaloso.

Com relação ao conteúdo da comunicação do Vaticano seria bom nos perguntarmos: De onde surgiu esta vocação “universalista- e monopolizadora da palavra de Cristo - “ da Igreja de Roma.

Catholicos, é, no original, “ universal”. E a pregação cristã oriunda do judaísmo ortodoxo, mas a ele oposto , sempre pautou-se pela pretensão de universalidade de sua fé, constante no amor ao próximo, independentemente de quem ele fosse: estrangeiro, pobre, negro ou branco, na expectativa de construir uma pacífica fraternidade de todos os povos. Amor, fé e esperança foi o tripé da contribuição cristã para a humanidade , em substituição aos valores da coragem, da honra e da prudência que marcavam os mais antigos... Esta clivagem “rebelde” do cristianismo , no seu tempo, foi o que fez dela uma religião extremamente popular, que dava à pessoas, indistintamente, sem qualquer razão para viver, uma razão transcendental até para morrer. Os romanos ficavam perplexos diante da serenidade com que os adeptos de uma seita ainda presa à liturgia judaica, caminhavam para a morte. Logo depois, com Paulo, os cristãos se desfariam de um importante ponto do judaísmo , que era o fechamento no “povo eleito de Deus” para fazer do proselitismo, ou seja da luta pela “conversão” de pagãos de todos os lugares ( os índios da América foram até vítimas deste processo “evangelizador”), uma verdadeira missão. Estes foram os primeiros séculos do cristianismo e da nossa era “ocidental”.até que Santo Agostinho, um monge filósofo em Roma assentasse as bases desta fé num sistema de doutrina que procuraria sintetizar o encontro da “boa nova” com o legado pagão helenístico baseado , principalmente , no idealismo platônico, que perduraria por quase mil anos .

Neste longo período, que coincidiu, mais ou menos, com a Idade Média” na Europa, não apenas se consolidou o cristianismo como uma crença universal, mas como uma filosofia a ele vinculada, ambos forjadores do “mundo ocidental”, muitas coisas aconteceram.

O Império Romano se desintegra e se divide em dois ramos, desde o Imperador Constantino, no Século IV, o Ocidental, hegemonicamente latina, com sede em Roma, onde o catolicismo se transforma em religião oficial herdando do Império sua pompa e circunstâncias que logo se cristalizariam no denominado cesaro-papismo; a outra, em Constantinopla, predominantemente grega, que daria origem ao Império Bizantino e à Igreja Ortodoxa. Este império perduraria, acossados por bárbaros da Ásia Central ( Atila, Rei dos Hunos chegou a com eles negociar a paz, árabes e finalmente, turcos, até a conhecida “Queda de Constantinopla”, em 1454. A princípio havia uma só Igreja Católica, com dois Impérios. Mas, no Concílio de Nicéia uma questão doutrinária sobre a Santíssima Trindade levou, também à divisão religiosa. A Igreja de Roma insistia na crença de o Espírito Santo era “tão” Deus quanto o Pai e o Filho, o que contestavam os católicos de Bizâncio, levando-os à cisão.

Mas, curiosamente, se a hierarquia foi se enrijecendo como um patrimônio “natural” da Igreja de Roma levando os sucessivos Papas à assumirem para si próprios a exclusividade do vicariato de Cristo e dos poderes não só sobre os confins não delimitados do mundo cristão mas de todo o mundo, com as inevitáveis seqüelas para a própria Igreja, foi neste mundo Europeu convulsionado nos primeiros séculos da nossa era pelas invasões bárbaras, depois, até o século XII, por intensas migrações, às quais se associaram as Cruzadas mobilizando dezenas de milhares de pessoas ao longo de seu território até Jerusalém e aí pontilhando o Oriente Médio com vários pequenos reinos católicos, e depois pelas Grandes Navegações, pelo reaparecimento das “comunas” como Flandres, Paris e Veneza, e pela emergência de Estados Nacionais soberanos, que se desenvolveu um pensar próprio e avançado numa sociedade que chega a 60 milhões de habitantes em 1300.. Embora também inspirado no platonismo como fundamento da fé, jamais este mundo “em formação” abandonou completamente as tentativas de conciliar de forma mais articulada a fé à razão aristotélica, mais percebida, é claro, como instrumento de lógica do que como filosofia natural, apontando para o homem como um ser universal digno de consideração especial. O tema da liberdade do homem era bastante conhecido mas subordinado a uma visão dicotômica deste homem entre um corpo torturado pela paixão da carne e um espírito capaz de se elevar sobre estas paixões pela “graça” do Criador. Só no Renascimento ( Século XV), com Picco della Mirandola, que estabelece a distinção entre o ser que é capaz por natureza e o que por sê-lo é capaz de livremente tornar-se mais do que já é, esta “graça” se substitui pela “auto-reflexão”. E esta concepção da liberdade irá às suas últimas conseqüências no Século XVIII com o iluminismo. O legado de Roma se imprime pois, contraditoriamente, sobre a Igreja Católica: De um lado, desloca a divinização à Roma, tão cara, antes, à Polis grega, para a própria Igreja e, por fim ao próprio “césar papal”. E não é por acaso que este catolicismo é tão pleno de imagens, ritos e adereços suntuosos; de outro lado, foi o legado helenístico pagão da busca incessante da razão sob o de todas as coisas como fundamento de sua verdade, sob o primado da liberdade, que lhe inoculou indelevelmente com a respeito ao conhecimento. Nada disso ocorreu no mundo bizantino. A Igreja Ortodoxa até recorreu

à mesma pompa de Roma e Constantinopla, mas mesmo contígua à Grécia e suas remanescentes academias e falando o grego, desconheceu as contribuições mais caras do “naturalismo” helênico abolindo sua filosofia de homem. Por isto os bizantinos passam à História como “os bibliotecários” do mundo, sem os quais teríamos acessado plenamente os clássicos. Mas não leram. Só guardaram. O mundo da Igreja de Roma levou a tarefa da construção de um Homem Universal num Universo Cristão mais a fundo e, ao fazê-lo, sucumbiu a si mesmo nas malhas de uma doutrina sofisticada que ainda sob a Inquisição soube se superar e apontar para os novos caminhos da Filosofia como guia da dignidade humana. E se isto não foi possível sequer na próxima Bizâncio muito menos possível na ingênita cultura árabe, tão explosiva em sua expansão mundial – em dois séculos ocupava grande parte do norte da África e parte do Oriente Médio – quanto sectário em sua formação religiosa. Os muçulmanos rejeitaram in limine o helenismo por sua percepção “natural” da eternidade do mundo e de constituição do homem. Só no califado andaluz, depois da ocupação da Ibéria foi possível abrir algumas brechas na ortodoxia muçulmana de forma a torná-la mais permeável aos imperativos da compatibilização entre fé e razão. Ainda assim, um lúcido Al Farabi ainda via a importância do saber na condução da política como um fundamento da concentração de poderes seculares e milenares nas mãos de um único chefe religioso e isso atrasou por séculos a separação da Igreja do Estado no mundo muçulmano. Mas mesmo a contribuição árabe, significativa, por certo, sobre o pensamento europeu no Século XII, quando aí viveu e deixou marcas importantes Avicena, isto só ocorreu porque o sistema escolar já estava bastante estruturado na Europa, várias Universidades estavam sendo fundadas dotadas de autonomia e liberdade de pensamento e alguns reinos iniciavam a levar às últimas conseqüências a separação de poderes entre o Papa e o Soberano, resultante da entronização pela cultura dos princípios do Direito Romano.

O grande pecado da Igreja de Roma em todos estes anos foi precisamente a sua insistência numa estrutura de poder hierática derivada do Império que lhe condicionou a forma. No plano da doutrina esta Igreja acomodou-se sobre um patamar civilizatório do mundo helênico sobre o qual teve mil anos para destilar-se como um produto cultural invejável para o homem moderno. Comparada às duas outras religiões monoteístas releva sua capacidade para criar as bases de uma “globalização” secular compatível com o avanço das ciências e de uma ética de compromisso com a dignidade humana. E, comparada às Igrejas reformadas de denominado cunho evangélico, com ênfase nas escrituras e um “retorno” às origens especulativas da Alta Idade Média, nem falar. Mas isto é assunto para outro artigo. Importa, aqui, concluir pela inequívoca contribuição da Igreja de Roma para a construção do paradigma de razão e liberdade que até exageraram os níveis de ceticismo do homem ocidental, tornando-o, muitas vezes, tão cínico quanto o que pretendia contestar com sua fé universalista, mas, nem por isto, condenado à revolução permanente de expectativas que não controla. Suas “paixões”? Ou razões que sua própria razão (ainda) desconhece no interior de uma consciência que se constitui como lugar psíquico de uma necessidade externa?

Paulo Timm, 63- Professor da Universidade de Brasília

## PRESEÇA DO PAPA, AUSENCIA DE DEUS

“A fonte da moralidade está no sentimento do bem”

Friedrich Heinz Jacobi

Filósofo Alemão – Séc. XVII

Pouca atenção estão dando os intelectuais brasileiros à presença do Papa Bento XVI no país, limitando-se, mais da vezes, a destacar suas características pessoais: um homem de doutrina, mais propenso à escrita do que a palavra, severo na defesa dos postulados cristãos de defesa da vida, desde sua concepção até a morte “natural”, do homem como um sujeito moral dotado de consciência, vontade e capacidade para a ação sobre a sociedade e da liturgia tradicional. Um conservador. Mas poucos leram suas obras, encíclicas e pouquíssimos estão aproveitando a ocasião para discutir alguns postulados da fé cristã. Sendo o Brasil o maior país católico do mundo é de se estranhar tal silêncio, ou, talvez, os intelectuais já não considerem esta questão importante para suas reflexões. Ainda assim, vale a digressão em busca da nossa identidade. Somos criados num mundo cristão. O que isto significa?

Para responder a esta indagação há que se recorrer à História e à própria Filosofia.

Queiramos ou não, vivemos, no mundo ocidental, globalizado, do qual participamos compulsoriamente, sob o legado de duas grandes sínteses culturais, há mais de dois mil anos: o helenismo e a fé cristã, uma filosofia e uma religião, um entendimento e um sentimento, uma razão e uma paixão, uma certeza e um mistério, ambos justos e igualmente justificáveis.

O helenismo jamais se restringiu aos gregos ou à Grécia. O helenismo vicejou numa cultura desenvolvida na Hélade, a qual, segundo Arnold Toynbee ( “ O Helenismo” ,Ed. Zahar , RJ) iniciou-se no segundo milênio A.C. e preservou sua identidade até o Século VII da Era Cristã, quando se torna evidente o esfacelamento do Império Romano do Ocidente, deslocando-se todo o seu fausto, grandeza e convicções para Bizâncio, onde sobreviveu até a queda de Constantinopla, em 1454. Ao final do período greco-helênico, que teve seu auge com Péricles, em Atenas, no Séc. IV AC, os romanos, que lhe sucederam nesta cultura, foram capazes de, absorvendo suas instituições e valores, dotarem-lhe de um “instrumento lingüístico” equivalente, francamente competitivo, eis que falados e escritos, ambos, com igual desenvoltura, acrescentado-lhe a capacidade para unificar sob um único Império um imenso território com várias culturas, regulados

por uma concepção do Direito, como critério de administração de homens e coisas, e uma nova visão do humanismo, calcada não no entendimento do homem como medida de todas as coisas, como dizia Protágoras, mas como o “destinamento” da criação do mundo por uma entidade mística - O Deus supremo-, substituindo os valores de uma moral pagã, de origem aristocrática, no culto do herói que “fala e pratica ações”, fundada nas virtudes da coragem, da lealdade, moderação e honestidade, para uma ética mais democrática, curiosamente fundamentada em Aristóteles, mas sustentada por Cristo, de “representações” no amor, na fé e na esperança. Esta concepção da ética chegaria até nossos dias recentes fazendo em Hegel e Marx o cúmulo de fazer da criação do Estado a suprema encarnação da obra humana e de sua ação, a redenção salvadora da humanidade.

Na nossa cultura ainda sobrevivem as instituições do Direito Civil Romano que informam a noção do homem como um sujeito teológico do conhecimento, como um sujeito político de direitos humanos e um sujeito psicológico das tensões entre razão, sensibilidade e fé: A Teoria da Personalidade, a Capacidade de Direito, a Teoria dos Bens e Direitos Reais, a Teoria da Posse e a Teoria Geral das Obrigações e dos Contratos e Sucessão. E aí estão os princípios fundamentais que as informam: a liberdade, no sentido de uma esfera de atividade própria de cada indivíduo; a existência e reconhecimento de direitos certos e precisos do cidadão. Dessa crença na liberdade surgiu o princípio da autonomia da vontade, que viria a ser consagrado no iluminismo do Século XVIII, e a propriedade como um direito subjetivo absoluto. Desta mesma crença emanam os grandes suportes do mundo moderno com a noção de indivíduo, em Hobbes, da comunidade em Rousseau, e da fraternidade em Marx.

Mas o que caracterizou precisamente o helenismo, vindo a repercutir sobre nossa vida cotidiana?

O helenismo consistiu num culto exorbitante ao homem e sua principal criação, a cidade, na qual ele se constituía como um “cidadão”, sujeito de direitos e obrigações, e sobre ela exercia seu poder *re-criador*, pela instituição da Lei. A cidade era o Estado e o Estado era a cidade. Mas ambos eram muito mais do que meras criações humanas. Eram verdadeiras divindades que, pouco a pouco, foram substituindo, na consciência do homem grego, mais ilustrado as peripécias da mitologia. A prática da liturgia pagã, que jamais se estruturou doutrinariamente como religião, foi sendo relegada, ao longo da civilização – civilização como uma consciência de si- aos segmentos mais oprimidos da sociedade grega: as mulheres e os escravos. Aos sábios, depois aos filósofos, com o passar do tempo, cabia, crescentemente, o papel de formulação das prescrições morais, podendo-se afirmar que a religião helênica era uma questão apenas de culto e não de credo o que, provavelmente, os tenha levada a aceitar com tanta tolerância as práticas e crenças religiosas de povos colonizados.

*“O helenismo foi uma forma de vida característica, corporificada numa instituição básica, a cidade-Estado, e quem se aclimatasse à vida tal como vivida numa cidade-Estado helênica, seria aceito como heleno, não importando qual a sua origem e formação”*, afirma Toynbee, prenunciando, nesta observação, o que viria a se constituir na necessidade de uma nova moral e de uma nova religião, mais compatíveis com esta vivência da tolerância e da compreensão do universo pelos gregos e helenos de uma

forma geral. Pois a cidade-Estado era um lugar onde se exercia, não apenas um poder centralizado, mas o lugar, por excelência, capaz de dar expressão prática a uma determinada concepção do homem como Senhor de si mesmo, da vida social por ele instituída e regulada e do universo. E enquanto avançava a influência helênica, fosse pelo comércio liderado por Atenas, fosse pelas tropas de Alexandre, no Século IV AC, fosse mais tarde, pelos últimos helenizados, os romanos, que converteram o credo à cidade pelo credo à Roma Imperial (e, depois do Império, à César), aí avançavam as contradições internas do mundo helênico à espera de uma salvação mística que superasse o culto à uma divindade humana herdada dos tempos imemoriais ilustrados por Homero.

Este encontro deu-se precisamente no mundo hebreu.

Antigos moradores da Galiléia, no Oriente Médio, os hebreus sempre se opuseram à helenização no que ela continha, paradoxalmente, de humanismo. Mas de um humanismo como manifestação de idolatria ao homem e suas imagens e criações sociais e artísticas, que se chocava frontalmente com a idéia de um Deus criador de todas as coisas e que impunha uma rigorosa tábua de regras restritivas à liberdade de ação e representação do homem. Mais uma vez vale a citação de Toynbee de que “em 175 AC e a partir de então, foi o maior acontecimento isolado da história helênica” porque a Hélade conquistadora sob o primado de Roma não conseguiu “cativar a Jerusalém cativa” e todas as tentativas de impor o helenismo foram sumariamente repudiadas.

Nesta época as nações que haviam sofrido humilhante derrota frente à Alexandre aproveitaram-se da Idade da Agonia do helenismo, um período de tempo que vai de 218 AC, ano em que Aníbal, o Cartaginês avança sobre a Itália ameaçando Roma, Dóson marcha sobre Esparta e Antíoco III sobre a Celessíria, até 31 AC, quando ascende Augusto à frente do Império Romano, para recobrar o moral e seus espaços.

O Rei selêucida Antíoco III no ano de 218 AC avança sobre o Egito herdeiro do império alexandrino e consegue que os súditos egípcios não sejam mais manejados ao talante dos governantes ptolomaicos. Há insurreições em massa e um recolhimento da população local aos recintos dos templos ou no deserto para fugir dos impostos e da influência helênica.

Logo após veio a vez dos selêucidas. Tanto Antíoco III como Antíoco IV encontraram a morte, supostamente, em motins populares, após suas tentativas de saquear os tesouros dos templos nativos da Média e do Elam. Em confronto com Roma em expansão no Oriente Médio, estes herdeiros também alexandrinos, que subtraíram a Palestina do Egito ptolomaico, são forçados a assinatura de uma dura paz com o Império, em 189



AC , com severas indenizações de guerra e, para revigorar seu poder interno, reforçam a cobrança de pesados encargos às populações locais aumentando-lhes a insatisfação e a revolta. Mas não lhes falta a subserviência de um Josué- “Jasão” hebreu “helenizado” para cumprir o odioso papel de fantoche como garantia do exercício do cargo de sumo-sacerdote. O templo de Jerusalém é transformado na polis grega e os jovens sacerdotes judeus e levitas são levados à prática de esportes à moda helênica inteiramente nus ou com um mero capacete grego como proteção solar, numa ofensa mortal aos costumes do povo hebreu. Daí à resistência armada, um pequeno passo e novas investidas de helenização forçada no ano de 167 AC quando o Templo de Javé é dedicado ao Zeus Olímpico , com uma estátua sua no Supremo Santuário. A abominação da desolação , colocada num lugar onde não deveria estar. E novas rebeliões, martírios e revides.

Neste contexto, a família Hasmoneana, mais conhecida como Macabeus, indignada, encabeça a rebelião contra os selêucidas e consegue retomar Jerusalém, transformando-a numa cidadela judaica autônoma da qual saem incursões rumo à várias cidades a leste do Rio Jordão, reconquistando e revertendo à força, para o judaísmo, dois redutos vizinhos: Iduméia e Galiléia, lugar, justamente onde viria a nascer Jesus Cristo um século depois. No entretanto os romanos contra-atacam e dominam a região com suas legiões num entrevero histórico que se estenderá por séculos culminando nos anos 66-70, quando o Templo de Jerusalém, cujas laterais ainda se oferecem à oração dos judeus contemporâneos na parte denominada Muro da Lamentações, é totalmente destruído e, finalmente entre 132-135 da Era Cristã..

Enquanto isto, Roma, com a destruição de Cartago e Corinto, consolida sua posição hegemônica no Mediterrâneo, assenhoreia-se das técnicas de navegação e avança sobre as suas fronteiras ocidentais na Europa, ocupando e dobrando sucessivamente, a Península Ibérica e a Gália, de onde reúne forças para chegar à Germânia. Em 127AC já havia ocupado a faixa litorânea do Mediterrâneo entre Espanha e bacia do do Pó. Em 58-50 AC Caio Julio César, que em seguida derrubaria a República e fundaria o Império, domina a Gália transalpina, até sua costa Atlântica e a margem esquerda do Reno. Mas Roma exalava tensões e mergulha numa sucessão de guerras internas das quais só se recuperará com a ascensão de Augusto à cabeça do Império , em 58AC. A partir de então a agonia helênica cede lugar à uma longa e cansativa monotonia que perdurará até o fim do Império romano, no século V da nossa era. Já não há guerras de conquista , nem revoluções, mas a administração de um vastíssimo território separado de populações bárbaras por frágeis esquemas militares e burocráticos. O modo de articulação deste Império continuará sendo a cidade-Estado mas uma multidão de servidores civis obrigam-se a garantir-lhe a eficiência, sempre duvidosa. Mas há um esgotamento nas virtudes originais do civismo que faziam da cidade-estado um baluarte do humanismo. A corrupção grassa por todo Império começando pela sua sede, Roma, e pelo seu coração, o Senado, já despossuído de seus poderes e de seu encanto. Um vácuo espiritual domina todo o Reino evocando seu passado como artifício de sobrevivência. Mas isto conduz ao arcaísmo e à nostalgia gerando uma fantasia de retorno ao tempo perdido.”Essa moda expressava-se em formas diferentes. As cópias cuidadosas das obras de arte clássicas e pré-clássicas helênicas, na vila de Adriano, próxima à estrada de Roma a Tibur (Tivoli) , constituem um monumento visual dessa voga. Seus

monumentos literários eram as imitações pendentes do estilo ateniense grego acabado do século IV AC, e do estilo rústico latino do século II AC. No campo da religião, essa tendência se manifestava no cultivo de ritos religiosos obsoletos: os maçantes ritos da irmandade do Arval, em Roma e o ritual brutal de Ártemis Ortia em Esparta”. A moral se degrada a níveis inimagináveis transformando o cotidiano do homem de Roma numa rotina insuportável de divertimentos a título de passar o tempo. Sêneca percebe este vácuo quando condena o desperdício da vida humana neste circo. “ Dessa forma a eficiência cívica declinou *pari passu* com o orgulho cívico, a decadência da instituição do auto-governo da cidade-Estado, na qual os fundadores do Império tinham confiado para a provisão de administração local, forçou o governo a participar dessa administração... *Isso tornou o serviço público complexo e caro, fazendo com que a vida do povo fosse ainda mais monótona*” – in Toynbee, O Helenismo, pg 190 Ed. Zahar, )

E se a classe média romana se acha enfadada neste círculo vicioso de desvirtuamento e falta de sentido da vida a grande maioria da população da cidade, constituída de escravos miseráveis, padece das condições mais insuportáveis de sobrevivência.

É, pois, num contexto de resistência ao helenismo pagão e racionalista e de resistência secular aos romanos, que nasce Jesus Cristo, na Galiléia, no seio de uma família judia.

Cristo não é um nobre proprietário, nem um sacerdote. É, no meio de tantos outros em sua época, um pregador simples e obstinado mas que se diz filho de Deus. Há tempos os judeus ansiavam por um Messias que lhes viesse libertar do jugo helênico. Mas como reconhecê-lo em Jesus? E como certificar-se da autenticidade deste Mestre entre tantos outros Profetas, sábios e verdadeiros líderes da resistência quando, ele próprio, renuncia à violência e à sofisticação doutrinária e litúrgica preferindo a linguagem das parábolas para ilustrar sua opção pelo amor, não apenas aos judeus, mas a toda a humanidade? Como e para quê amar a um romano em armas contra o povo judeu, um heleno pagão que se bastava a si próprio cultuando-se como a um deus, a um estrangeiro qualquer

que nada tinham a ver com o “povo eleito” de Abraão? Sabiamente, os discípulos de Cristo souberam perceber que a cultura onde poderia progredir a “boa nova” não seria tanto a Jerusalém exaltada pelo ódio judeu, mas o centro do império que ensejava este ódio: Roma. E será aí que Pedro entregará sua cabeça como o marco de fundação da Igreja Católica. Pois era em Roma que a lacuna espiritual do helenismo era mais evidente. Não como desenvolvimento das faculdades espirituais tão avançadas em Roma quanto na Grécia anterior, como atestam as obras de Virgílio, Tácito, Cícero e tantos outros, mas como desenvolvimento interior do ser humano com vistas à sua paz e felicidade.

Não foi tarefa nada fácil, mas, historicamente, o cristianismo impôs-se , primeiro como uma seita judaica que acompanhava grande parte de seu código moral e de sua liturgia, depois, já nos séculos I a III , como uma religião própria com complexas controvérsias doutrinárias , entrelaçadas com a filosofia grega e um vestígio de hierarquia, depois, como religião oficial de Roma, da qual herda a rígida estrutura institucional que a caracteriza até os dias de hoje. Daí poder-se dizer que a Igreja Católica foi para Roma o que o Partido Comunista foi para a velha Rússia, no Século XX, um sopro de renovação espiritual que lhe garantiu a sobrevivência de estruturas muito anteriores e muito sólidas para desabarem diante do mero acontecimento.

O cristianismo , inicialmente, sequer foi percebido pelas autoridades romanas , aliás, bastante tolerantes com as crenças e mitos dos povos conquistados. Mesmo assim já nos anos 64 o proibiu e fez de sua prática um crime, embora o tolerasse na prática fazendo letra morta da proibição, a qual só foi levantada por Constantino e Licínio no ano de 313. Rigor muito maior recebiam os movimentos de rebelião política contra o Estado e contra César. As seis mil cruces ao longo da Via Apia atestam o rigor com que foi tratada a revolta dos escravos liderada por Spartacus. Mas os cristãos não pregavam a revolta, nem se batiam contra as autoridades. O que começou a chamar a atenção quanto aos novos crentes era sua obstinação em não reconhecer na autoridade romana o caráter de divindade que se lhe exigia, fazendo com que muitos cristãos preferissem a morte à abjuração de seu Deus Todo Poderoso. Tudo por uma questão de fé. Isto não era comum nem na tradição helênica , nem na romana em particular. E isto começou a chamar a atenção , também, dos milhares de condenados à miséria que pululavam no centro do império e a quem os cristãos se dirigiam em seu proselitismo pioneiro. Sim, porque o judaísmo era uma crença dos judeus para os judeus. “Eles” eram o povo eleito e não fazia qualquer sentido disseminar a crença fora do seu povo. Todo o esforço judeu sempre foi no sentido de reforçar a fé e as prescrições morais internamente, tal como hoje. Mas os cristãos saíram em peregrinação pela fraternidade da “boa nova” falando ao gentio, ao escravo, ao estrangeiro, com a mesma mensagem de fé, amor e esperança que se constituem, até os nossos dias, na grande marca da civilização ocidental.

Mas, curiosamente, o cristianismo não se resumiu apenas na oração aos pobres e oprimidos que viria a lhe caracterizar até hoje, conferindo-lhe , até , um tom iconoclasta frente à soberba das instituições sociais, contrariamente ao que prega , por exemplo o confucionismo no mundo oriental. Como assinala um estudioso ( Roberto Mangabeira unger, “ A Paixão”, Ed. Boitempo, p.31):

*“ Santificar uma versão específica da sociedade é transferir para um objeto secular limitado – um ideal de civilização – uma lealdade que deve ser devotada apenas ao outro humano ou divino e ao princípio da personalidade em si mesmo”.*

O cristianismo também invadiu o cerne do pensamento helênico preenchendo-lhe , na doutrina e na prática do amor ao próximo, a lacuna aristocrática que tanto viciou a sua ação . E dele recebeu, em compensação, uma sofisticação teórica para a sustentação de

uma teologia superior, capaz de sustentar com incrível êxito, uma nova doutrina e uma nova liturgia religiosas.

Mas por que foi possível o enlace do helenismo com o cristianismo e não o foi com o judaísmo?

Por uma razão muito simples: O helenismo, com suas alegorias pagãs, representações divinas antropomórficas e seu culto à liberdade, era rechaçado pelos sacerdotes judeus como um atentado à sua moral e costumes muito austeros. Depois, os helênicos, desde Alexandre, depois com os romanos, eram os invasores de suas terras restando-lhes o dever de expulsá-los e libertá-los deste jugo. Em compensação, gregos e romanos tomavam os judeus como bárbaros, pois assim percebiam todos aqueles que rejeitavam o processo de helenização.

Com o cristianismo deu-se um processo histórico diferente.

A figura heróica de Cristo na cruz, como um mártir de sua doutrina, evocava na consciência grega, toda ela formada pela leitura sistemática das obras de Homero, povoada de feitos heróicos, uma provável familiaridade. O ascetismo cristão dos primeiros tempos, decorrência, até da pobreza de seus apóstolos, equiparava-se à austeridade exigida dos filósofos, sempre distantes das preocupações mundanas e principais responsáveis pelas prescrições morais na ordem helênica. Quanto aos cristãos mais cultos dos primeiros tempo a aproximação com os filósofos se justificava pela alegação de que eles haviam simplesmente se apropriados das idéias das Escrituras judaicas mais antigas, daí retirando seus melhores ensinamentos colocando-os a serviço do paganismo. Tratava-se, então, de recuperá-las para a cristandade. Não era, aliás, rara, a exaltação da sabedoria oriental e mesmo os gregos sabiam que haviam bebido nela a sua sabedoria que, agora, nas mãos dos cristãos, tanto podia ser usada para condenar o paganismo, como para justificar sua aproximação com sua filosofia. Os pensadores cristãos Justino e Clemente, de Alexandria, tinham uma outra justificativa para tal aproximação. Para eles a palavra (Logos) de Deus sempre estivera presente desde os primórdios da humanidade, inspirando sábios e bons homens, judeus ou não, até mesmo os gregos, de modo que se poderia tomar todos os pensamentos anteriores a Cristo como uma espécie de “preparação divinamente determinada” de todos os povos para o Evangelho. Orígenes (185-255), outro pensador católico importante, que deve ter estudado com o mestre de Plotino, Amônio “Sacas”, também afirmava – adotando a idéia platônica da re-encarnação -que o Pai, por meio de seu Logos criou uma comunidade de espíritos livres e inteligentes de cujas livres opções dependem os homens mas estes mesmos espíritos acabam perdendo sua pureza original e voltam reencarnados em novos corpos de acordo com o grau de seus deméritos podendo ou não voltar à perfeição original, sem jamais perder a esperança de serem redimidos pelo Criador.

*“ Nos séculos II e III DC, a meta da vida filosófica e o conteúdo do saber filosófico tornaram-se cada vez mais explicitamente religiosos. Isso não constitui um progresso revolucionário, mas uma intensificação de tendências que já eram videntes entre alguns filósofos gregos desde bem antes de Sócrates, e que são patentes de modo particular nos trabalhos , de imensa influência, da fase posterior de Platão. O Timeu e As leis deram o tom para a boa patê da filosofia subsequente. Como resultado desse desenvolvimento, os filósofos, de quem há muito se esperava orientação moral prática ( e não só reflexões sobre conceitos éticos) , eram considerados cada vez mais guias espirituais, ajudando os homens a encontrarem o caminho para o divino, e seu pensamento sobre a divindade tornou-se uma parte cada vez mais fundamental e importante de seus ensinamentos filosóficos. Mesmo os cétricos , para quem a certeza sobre o divino era impossível, pregavam a manutenção de crenças e costumes herdados ( Sexto Empírico, Teses Fundamentais do pirronismo, 1.24,3.2).”*

Mas se os filósofos eram os responsáveis pela evocação moral eles jamais se envolviam com a prática dos cultos e mistérios da vida religiosa, sempre à cargos de mantéis, adivinhos, profetas, exegetas e sacerdotes órficos. E isto constitui-se num fator positivos de aproximação com os cristãos, pois mantinha os filósofos separados dos cultos pagãos e acessíveis aos cristãos. Apóstolos e mestres cristãos do primeiro e segundo século encontraram nos filósofos helênicos um suporte de autoridade moral, sabedoria e curiosidade que lhes faltavam no mundo judeu de onde provinham e eram vistos com desconfiança crescente, tanto por terem quebrado a regra de ouro do judaísmo ao fazer de Cristo um equivalente do Criador, quanto por o terem retratado em imagem. A única exceção talvez tenha sido um sábio judeu denominado Filão de Alexandria, contemporâneo de São Paulo, o qual certamente teve o papel de orientar , também, os primeiros pensadores cristãos , que se esforçavam para expressar sua fé como a verdadeira filosofia – um modo de vida e um caminho para Deus -e não mero obscurantismo bárbaro. Claro que a tarefa de levar o Cristianismo para a Filosofia era tarefa bastante árdua e não teria sido possível sem a incorporação dos próprios filósofos neste processo. As idéias da “revelação” e das interferências de Deus no destino dos homens e na história e o senso de vocação missionária universal do cristianismo não eram facilmente compreensíveis do ponto de vista filosófico mas acabaram sensibilizando-os à conversão ou diálogo.

A verdade é que, com tropeços e dificuldades, cristianismo e helenismo encontraram-se na Filosofia e aí se acharam prontos para forjar uma concepção de mundo tão inédita quanto revolucionária, pois subvertia tanto o distanciamento racional dos pensadores helenos quanto a estreiteza dogmática do Antigo Testamento. A filosofia deu a esta concepção um método para expressá-la como o produto da inteligência humana e o cristianismo deu-lhe um humanismo misterioso e universal capaz de projetá-la como um destinamento divino. Razão e sensibilidade, certeza e fé, entendimento e sentimento mesclam-se para criar um paradigma para a compreensão do bem e do sentido do

homem na terra. Já não se trata , apenas, de proferir palavras e fazer ações heróicas ( Paidéia, Ed.....) como determinava o código de virtude helênico, nem de deixar-se morrer na cruz por um vago sentimento de amor cristão, mas de fazer da palavra revelada por Cristo, anti-herói nascido do ventre de uma virgem com o sopro de Deus, a ação salvadora da humanidade. Aqui , agora, a palavra não é a retórica que sustenta o cidadão na polis, é o verbo encarnado nos Evangelhos que vem ao encontro da salvação eterna ; não é mais , também, a ação que imortaliza o feito do herói clássico, mas a sua própria conduta coerente com a moral cristã que o glorifica para a eternidade.. Estava, pois, selado o Pacto da Nova Aliança de Deus com o conjunto dos homens na terra. Era a universalidade que dava à -nova- crença uma doutrina e à filosofia –pagã- uma ilustração divina. O mundo ocidental começava a esboçar-se.

A principal influência grega sobre o cristianismo sempre foi e continua sendo a Filosofia de Platão, o maior filósofo clássico. A influência estoíca foi também muito grande, mas há que se considerar que havia muito do estoíco na ética platônica. Aristóteles sempre teve menor influência embora sempre tenha sido tomado como uma espécie de ferramenta segura para a construção lógica. Santo Agostinho, no Século IV, talvez a tenha aplicado na sua teologia trinitária, e, depois do Século VI, outros teólogos também nela se inspiraram. Os cétricos não parecem ter dado nenhuma contribuição aos cristãos. E o próprio ceticismo inerente ao platonismo pela sua abertura ao diálogo sempre aberto, por sua vertente aporemática , socrática, que poderia ter contribuído para dar ao cristianismo triunfante um caráter não dogmático no seu nascedouro ficou, durante muitos séculos, submerso na sua simplificação doutrinária. Mas, em todo o caso, será o platonismo que servirá à causa da cristandade, embora o próprio platonismo, àquelas alturas dos Séculos I a III , já se tivesse convertido num complexo muito controvertido de interpretações. Por “platonismo”, portanto, deve se tomar toda e qualquer filosofia inspirada por uma leitura dos Diálogos, que como se sabe, é marcada por uma diversidade muito grande de temas, nem sempre concisos nem finamente concluídos e “resolvidos”. M. I. Finley, em seu O Legado da Gécia, Ed. Unb.p.394, assim sintetiza o que se poderia tomar coma base deste “platonismo”:

*1) Há uma realidade imaterial transcendente, em certo sentido diferente e independente (embora não necessariamente separada) do mundo empírico que conhecemos pela percepção sensorial, que dá a esse mundo a realidade e o valor que ele possui, sendo de modo geral considerada como culminância ou decorrência da fonte última da realidade e do valor,o Bem;*

*2) O conhecimento disso constitui uma percepção imediata, difícil de alcançar e que exige um compromisso irrestrito com a investigação filosófica e uma disciplina intelectual e moral que dura toda a vida. Isso não é idêntico aos processos empíricos, dedutivos ou analíticos que geralmente descrevemos como “razão”, embora possam contribuir para a sua consecução;*

*3) A capacidade do homem para esse conhecimento é, em geral, considerado pelos platônicos como indicação de que ele pode viver uma vida que transcende a do corpo e continua depois da morte corporal ( e, no platonismo pagão e muito raramente no*

*cristão, que não começa com a vida corporal). Entretanto, qualquer vida futura mais plena depende, para os platônicos, de como vivemos aqui e agora, e a razão primordial para procurar o conhecimento do transcendental é descobrir normas e padrões e alcançar uma percepção da realidade que nos permitirá viver nossa vida presente tão bem quanto possível. O platonismo é, eminentemente, uma filosofia prática e isso se aplica àqueles platônicos posteriores, que, por motivos históricos, não compartilhavam a preocupação de Platão com reformas sociais e políticas, bem como àqueles que a compartilhavam.”*

Para Platão, por exemplo, e como ilustração de sua aproximação com as idéias cristãs, há um corpo e uma alma. A alma é anterior ao corpo e, antes de aprisionar-se nele, pertenceu ao mundo das idéias. Sua natureza é tripartida: no nível inferior, está a alma sensível, morada dos desejos e das paixões, à qual corresponde a virtude da moderação ou temperança; vem em seguida a alma irascível, que impele à ação e ao valor; sobre elas está a alma racional, que pertence à ordem inteligível e permite ao homem recordar sua existência anterior e aceder ao mundo das idéias, mediante o cultivo da filosofia. A alma superior é imortal e retornará à esfera das idéias após a morte do corpo. Tais faculdades ou capacidades da alma se relacionam harmoniosamente por meio da virtude – o sentimento de justiça – e constituem aspectos de uma única e mesma realidade.

Os platônicos destes primeiros três séculos iniciais da cristandade denominavam-se a si mesmo “platônicos”, mas os especialistas modernos preferem referir-se a eles, por oposição ao platonismo mais clássico de outrora, como “platonismo médio”. Isto abrange tanto a retomada do ensino dogmáticos na Academia, por Antíoco de Áscalon, à época de Cícero, até a emergência do grande pensador e religioso Plotino (205-270), incluindo alguns outros pensadores que se consideravam pitagóricos e que acabaram por tornar estas duas vertentes numa só tradição. Eles influenciaram enormemente a doutrina cristã nascente tanto através de eruditos especialistas como através de divulgadores “vulgares”, mais panfletários, que os tornavam conhecidos através de “Manuais” dirigidos a leitores comuns, muitos deles católicos, como Máximo de Tiro, ao final do Século II. Um autor atual, J. B. Kemp (*Plato's concept of deity, Zetesis, Antuérpia, Utrecht, 1973, pp. 115-121*) destaca que este “platonismo” era muito mais deísta do que o Platão original, embora isto até se explique, sem prejuízo do que a obra original já continha, pelas circunstâncias históricas do “encontro” da filosofia com a religião emergente. Como explica o já citado M. I. Finley:

*No alto do sistema está uma realidade eterna suprema e princípio primeiro a que se aplica a palavra grega theos, quase como um nome próprio – e pode muitas vezes ser legitimamente traduzido como “Deus”, com D maiúsculo.(...) A transcendência desse Deus é frequentemente muito ressaltada (especialmente por pensadores de tendência*

*pitagórica) . A linguagem da teologia “negativa” ou “apofática”, que enfatiza a realidade de Deus ultrapassa nosso pensamento e nossa imaginação ao negar todos os predicados que lhe possam ser atribuídos, já está sendo utilizada de um modo que aponta para o neoplatonismo. Mas não está ainda inteiramente claro (como está no neoplatonismo) que Deus seja algo mais do que uma espécie de Mente e Ser supremos; e um teísmo devoto e seu amoroso zelo para com o mundo merecem destaque, é frequentemente encontrado nos platônicos médios, em especial em Plutarco ... no Século I, em Ático, no século II. (...). As Formas ou Idéias platônicas são em geral apresentadas ... como “os pensamentos de Deus”, ( e em geral..) Deus é imaginado como tendo formado e dirigido o mundo por meio de intermediários, deuses subordinados e espíritos (daemones) nas versões mais populares da filosofia e por uma Segunda Mente ou Deus nas versões mais filosóficas ( como em Alcino e Numênio, no Século II).*

Algumas questões difíceis cercavam , naturalmete, o “encontro” entre cristãos e platônicos médios. Os primeiros aceitavam a idéia filosófica da absoluta

incorporalidade e eterna imutabilidade de Deus, sua transcendência incognoscível e sentiam-se confortáveis com a doutrina de que as Formas platônicas, os eternos arquétipos das coisas criadas, existiam idealmente, antes, na mente de Deus, embora tivessem alguma dificuldade em aceitar a distinção feita pelos platônicos entre o Uno primordial e a realidade formal dele procedente, o intelecto divino , a distinção entre as várias “almas” e a hierarquia entre os “ Deuses”. Entendiam Cristo como um filho de Deus, subordinado à Ele, mas não encontravam um “lugar para o Espírito Santo, o que só se resolverá no ano 325 no Concílio de Nicéia que consagrou o dogma da Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo.Em contrapartida, unia-os a idéia da separação radical entre corpo e alma , embora os filósofos tentassem minimizar o verdadeiro ódio dos cristãos ao próprio corpo – ou sua representação- ainda que o tomassem, ambos, com muito maior desagrado e suspeita do que o mundo material em geral. Outra questão controversa dizia respeito à maldade do mundo. Para os cristãos, resgatada pela bondade infinita de Deus, com fundamento no amor e na esperança e para os gregos de uma forma mais complexa, com uma cadeia de suportes divinos intermediários. Por último, mas não menos importante, os filósofos tinham como referência o cosmos ao qual retornavam pela simples contemplação enquanto os cristãos centravam-se no princípio de Cristo encarnado e sua nova Igreja.

Já no final do Século IV a doutrina cristã estava consolidada como tal, com uma liturgia muito simples,que recolhia dos judeus algumas datas comemorativas e algumas práticas. A maior parte da liturgia católica desenvolveu-se, justamente, depois de transformação do cristianismo em religião oficial de Roma, herdando-lhe a pompa e hierarquia, e ao longo da Idade Média. Mas , a partir do Século IV e daí em diante, os especialistas preferem denominar de neoplatonismo às influências de uma filosofia “da experiência” sobre a religião: a experiência de estar-se em união mística com Deus, de estar presente no mundo do Intelecto e a experiência da unidade com o princípio universal de vida e ordem racional de nosso universo material , esta manifestação divina e gloriosa que faz o arquétipo inteligível.A cesura entre estas duas fases pode ser



encontrada na exposição do Primeiro Princípio. Plotino já havia sugerido esta mudança, A origem da realidade não era um Ser Supremo mas o Uno ou o Bem . Segundo Plotino, em M.I.Finley , já citado

*“ ergue-se perante a inteligência e a realidade formada e determinada uma bondade e uma liberdade criativas e infinitas, inacessíveis ao raciocínio porque nele o pensamento não encontra objeto determinado – ele não é isto ou “aquilo” e só é atingível na união mística à qual nos reconduz o amor que ele indica” (pg 403)*

A contribuição de Plotino veio à tona no início do Século VI editada por seu discípulo Porfírio com o nome de *Enéadas* . , mas o grande filósofo já era lido antes , mais provavelmente no Oriente grego , onde um conjunto de escritos atribuídos à Dionísio lhe fazem referência . Um dos maiores teólogos cristãos gregos, desta tradição, Máximo Confessor ( 580-662) , - e que é divulgado mais tarde no Ocidente por Johanes Scotus Eriugena (817-877) – também freqüentou as idéias de Plotino. A mais peculiar discussão desta fase diz respeito à cognoscibilidade de Deus. Supõe-se que o princípio de tudo, o Uno ou Deus, transcende ser e pensamento, sendo, por sua natureza, incognoscível., doutrina que os sucessores de Plotino, mais do que ele, continuaram sustentando por muito tempo. Gregório de Nissa, um sacerdócio da Capadócia é ainda mais veemente neste sentido assacando contra opositores arianos que pretendiam o contrário. Contra eles este religioso defendia a trindade-na-unidade . Santo Agostinho ( 354-430), no ocidente, que agradece textualmente seu débito com Porfírio e Plotino tem também profundo entendimento sobre Substância e Pessoas na Divindade Trínica refutando com energia a possibilidade da cognoscibilidade de Deus. Já sua idéia de pré-destinação e suas observações históricas presentes em Cidade de Deus tem mais a ver com sua inspiração evangélica.

*“Estes liberaram sua mente do corporalismo maniqueísta e convenceram-no da espiritualidade de Deus e da alma, e ajudaram-no a construir seu modo introspectivo de pensar, o modo segundo o qual, para ele, a jornada rumo a Deus dentro de si é uma jornada para o interior, e nesta ele encontra Deus dentro de si e transcende sua própria alma.” ( M.I. Finley, citado, p.407)*

O último grande filósofo de Roma, enfim, Boécio ( 480-524) , em sua *Consolidação da Filosofia*, reafirma os postulados neo-platônicos sobre a teologia cristã encerrando, talvez, este ciclo curto , porém importante, de entrelaçamento entre a filosofia grega e o cristianismo. De uma forma geral pode-se dizer que a contribuição platônica reforçou o mistério da natureza de Deus e evitou o fanatismo dogmático , inevitável em toda a doutrina religiosa , abrindo , ainda, seu descortínio para a confiança na “bondade” do mundo como reflexo da beleza de Deus, contra o catastrofismo, também sempre

presente nos exageros do moralismo religioso. Uma boa análise desta contribuição pode ser encontrado em R.T. Wallis ( *Neoplatonism, caps. 4-5*)

Durante toda a Idade Média e no alvorecer da Idade Contemporânea não faltaram contribuições da Filosofia ao cristianismo. Mas , com o advento da Modernidade as questões mudaram completamente de rumo a ponto de se assumir um novo tempo em que se anuncia, com o advento do materialismo no Século XIX “ a morte de Deus” e a necessidade de um outro caminho capaz de preencher as necessidades espirituais do homem, sempre angustiado pela incompreensão do universo e pela inevitável perspectiva da morte. Lentamente o homem moderno vai perdendo , também, a sua própria ilusão de infinitude para assumir-se como um destinamento vão que, não obstante, cria e funda com seu gesto. Este o itinerário , nos cem anos que vão do início do Século XIX a meados do Século XX, de Feuerbach, Schopenhauer, Nietsch e Heidegger. Em todo este longo itinerário , porém, fica a humanidade, sempre à espera de um melhor entendimento entre as relações do material com o imaterial, do corpo com a alma, do previsível como imprevisível, da razão com a sensibilidade, do eterno com o efêmero, do entendimento com o sentimento, Depois de transitar pelos excessos da razão no iluminismo , principalmente nas mãos hábeis de seu melhor intérprete que foi E. Kant , que chegou a animar um auspicioso otimismo da humanidade quanto ao seu futuro ao longo do Século XIX o homem vê-se, no alvorecer do Século XXI às voltas , novamente, com o mistério. De que serve o avanço de uma razão instrumental se o espírito humano não lhe acompanha os passos tecnológicos? De que adiante dominar a natureza quando o homem não domina a si próprio em suas desmedidas ambições de consumo e poder, capazes de levá-lo à destruição total da natureza e ao holocausto nuclear?

Um filósofo “místico”, pouco conhecido, ex-adverso de Kant, já procurava chamar a atenção no seu tempo , no final do Século XVIII, para os excessos de uma razão desgovernada: Friedrich Henirch Jacobi. Para ele

*“ o entendimento , quanto o sentimento, são simultaneamente justapostos e distintos (...) A vida mais íntima da alma (...) consiste precisamente neste sentimento que vem do entendimento, e neste entendimento que vem do sentimento, sem que os dois pólos cessem de ser distintos e de se confundir. “*

Este verdadeiro “enigma de nossa natureza”, segundo o Filósofo, não tem solução fácil levando a enganos fatais. Mas a razão, em lugar de se resignar, prostrada, sempre prefere arriscar-se a prevalecer através de um verdadeiro “salto mortal” nem sempre inofensivo.

*“Toda minha filosofia repousa sobre o dulismo e o antagnismo de uma necessidade cega e de uma liberdade inteligente, cujo problema faz a essência do homem...”*, afirma ele, advertindo-nos para um tempo por vir no qual esta essência resumir-se-ia no utilitarismo racional, num mundo de homens transformados em máquinas desejanter e de objetos subjetivados como protagonistas da história humana, tal como registram os apólogos contemporâneos da pós-modernidade, que pretendem ter sepultado o iluminismo com sua nova filosofia.

Terá sido , enfim, este o “destinamento” a que estávamos condenados desde priscas eras? Terá estado tal “destinamento” no cerne da tradição greco-cristã que nos formou? Ou há algo a ser, ainda, revelado ou descoberto, pelo encanto do (pré)sentimento ou pelo esforço analítico da dedução, no âmbito deste umbral da civilização que foi o encontro do helenismo com o cristianismo? Ou , finalmente, Deus está morto, o homem reduzido ao temível nada sideral e tudo não passou de um mero equívoco, como adverte a poesia?

*“Eu não sou nada,*

*Eu nunca fui nada,*

*Eu não quero ser nada”*

*( Fernando Pessoa)*

PAULO TIMM , 63 – Economista, Professor da Unb, Técnico do IPEA.(Aposentado)

## Rússia – Um caso histórico de ocidentalização forçada.

A história da Rússia é bastante recente quando comparada aos grandes Impérios Orientais, de um dos quais, de certa forma, descende: o Mongol. Como se sabe o Grande Gengis Kahn, Rei dos mongóis realizou, no Século XIII da nossa era, a incrível façanha de unificar seu povo, semi-bárbaro, e marchar rumo à conquista da China. Dali esperava retirar não apenas a riqueza, mas uma cultura superior à de sua própria nação, e que viria iluminar os caminhos do futuro mongol. Realizado seu intento, ao ocupar Pequim, literalmente “Capital do Norte”, meados do Século XIII, onde deu início ao que viria a ser a Cidade Proibida, o grande Kahn tentou ocupar o Japão também, mas esbarrou na tenacidade dos japoneses. Acabou voltando-se, então, para novas conquistas ao Ocidente, vindo aí a dominar grande parte das estepes russas e a histórica Pérsia. Nos amplos espaços russos uma cidade caracterizou-se como capaz de ganhar a confiança mongol representando-a na cobrança de impostos e de administração daquelas vastidões: a ainda pequena Moscou. Desde aí esta cidade cresceu em importância entre os russos vindo nos séculos seguintes a lutar pela sua autonomia como capital de um novo Império.

Três grandes monarcas marcam este processo de luta pela unificação da Rússia e que medeia o Século XV: Ivan I, o fundador do império. Seu filho Basílio e seu neto Ivan, o terrível.

Lembre-se que nesta época o mundo resumia-se nos grandes Reinos Orientais, com destaque para o Reino Mongol, a China reduzida ao Sul, a Índia ainda esfacelada em uma multiplicidade de Reinos; o mundo muçulmano estava dividido em dois campos: os reinos árabes do norte da África e do oriente Médio e o Império Otomano sob hegemonia turca e que viria, em 1453, a ocupar a sede do remanescente Império Romano do Oriente -em Constantinopla-, com base na qual chegou até desmoronar-se ao final da I Grande Guerra Mundial abrindo espaço para a reconstituição da Grécia e e novos países na margem oriental do Mediterrâneo e Ásia Menor, especialmente o Iraque. A Europa Ocidental saía do feudalismo e estava ainda dividida em inúmeros pequenos reinos e condados com exceção de Portugal, que fizera sua precoce autonomia nos anos de 1381 e Espanha, graças aos casamentos dos Reis Fernando e Isabel de Castela e Aragão, em meados do Século XIV.

O nascente reino da Rússia vindo a constituir-se neste momento sofreria a influência de Constantinopla, que sobre seu território deitava o credo católico ortodoxo, mas, mais ainda, os resultados de sua capitulação frente aos turcos em 1454. O Rússia nasce, praticamente, na mesma data da queda de Constantinopla. Vitorioso contra os mongóis o novo soberano russo, Ivan, procurará numa filha desta cidade, os vestígios de uma bênção que lhe faltava para inaugurar uma dinastia de inspiração divina. Casa-se com uma suposta descendente da linhagem do grande César e adota sua denominação russificada “Tsar”, o maior dos maiores.

A Rússia inicia, dessa forma, sua desarticulação milenar do continente asiático pelos longos braços da Constantinopla decaída e do catolicismo ortodoxo destronado de sua centenária cidadela . Pedro, O Grande, no início do Século XVIII, persiste nesse processo, construindo São Petersburgo, às margens do Volga, como uma janela para o Ocidente. E Lênin, com a Revolução Bolchevique, em 1917, o consolidaria. Quando a Rússia emerge dos setenta anos de um regime comunista tão autoritário como o tsarismo que combateu e destronou -liquidando a Família Real Romanoff - , não será ainda uma parte integrante do denominado mundo ocidental e suas instituições como o Mercado Comum Europeu e a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, contra o qual se batera , à morte, na Guerra Fria. Mas tampouco era um país oriental, apesar das alianças geopolíticas e históricas que ainda o ligam a muitos de seus países.

Voltando atrás, vamos ver que em

janeiro de 1547 , quando os sinos de Moscou dobram pela coroação de Ivan, denominado “ Terrível”, pela sua crueldade no poder, como Czar, título herdado do seu avô, Ivan o Grande, que havia libertado o condado de Moscou dos mongóis ao final do Século XV, a Rússia já era maior do que toda a Inglaterra . Mas instaurando um regime , além de autocrático , cruel, Ivan O Terrível não se satisfaz . Desejava uma saída para o Mar Negro, como mais tarde, outro herdeiro do trono russo almejava a saída para o Báltico. , ambas alcançadas com o sacrifício de inúmeras guerras, Com a queda da Fortaleza de Kazan , ainda na posse dos mongóis, Ivan O Terrível empurra a fronteira da Rússia para o sul . Ele expandiu o império a razão de 130 km<sup>2</sup> por dia.

Ivan Ivanovich, o Terrível , imortalizado nas telas pelo grande cineasta russo Eisenstein era filho do Czar Basílio.. Em 1560 veria Moscou em chamas e neste grande incêndio perde a única mulher que o acalentava , Anastácia. A morte desta mulher é parte de um processo provavelmente doentio de Ivan , no qual vai sentindo-se ameaçado pelos que o cercam e perdendo a confiança de seus auxiliares e nobres proprietários , os boiardos. A tal ponto que cunhou-se, à época, esta frase: “Quanto mais próximo de Ivan mais perto da morte”. Foi neste momento que começou a ser chamado de Ivan O Terrível . Em 1564 seu principal general desertou e denunciou o Czar. As acusações deste General –Kusik- levaram Ivan ao delírio, desatando sua ira no assassinato de um sem número de auxiliares e nobres. Logo depois, alucinado pela idéia de perseguição abandona simplesmente o poder. Abdica, evade-se de Moscou , supostamente para sempre, dizendo que não podia suportar a deslealdade. Sai entregando-se à própria sorte. Deixa a Rússia à deriva entregue ao seu inverno inclemente, sem governo e sem qualquer autoridade capaz de impedi-la do desmoronamento interno. Ms é exatamente este “clima” que o traz de volta aclamado pelo povo numa tentativa de evitar o esfacelamento do Império.Sempre houve a crença, nos regimes monárquicos absolutistas fundados numa concepção de que os reis reinavam por mandato divino que , sem eles, os Impérios se desintegrariam. Curiosamente, foi esta mesma inspiração que séculos mais tarde, quando da Independência do Brasil, em 1822, também contribui para a fundação do regime monárquico sob a Coroa de Dom Pedro I. Mas retornando à Rússia e ao trono, Ivan dá início a uma verdadeira cruzada santa contra seus supostos inimigos., alguns nobres boiardos e ,

provavelmente, alguns membros da Igreja ortodoxa. Mas a Rússia, dilacerada pelos anos malditos de Ivan, o Terrível, se desorganiza politicamente e abre seus flancos para os velhos inimigos que outrora a dominavam. Em pouco mais de oito anos os mongóis se rearmam e atacam a Rússia, ocupando e destruindo Moscou no que viria a ser, com os séculos, um estigma desta cidade. Nos anos seguintes fome e doenças dilaceraram todo o país matando mais da metade de sua população. Mas enquanto viveu e reinou Ivan resistiu, sobrepôs-se à crise e ampliou seus horizontes de conquistas. Aliás, tanto políticas e territoriais como amorosas, cobijando à tentativa de casar com uma princesa da Inglaterra, Maria Stuart. Em seus delírios, aventuras e festins era acompanhado por seu filho mais velho, fruto do grande amor que perecera no incêndio de Moscou e que partilhava de semelhante temperamento e ambições. Mas nem este filho escapou-lhe à sanha cruel e por ele acabou assassinado. Tendo desaprovando seu casamento, quando o mesmo chegou a idade adulta, o Czar passou a ser grosseiro com sua escolhida. Chocado, o filho lançou-se contra Ivan levando-os ao rompimento. Não faltou muito tempo para ser assassinado pelo próprio pai. Envelhecido e cada vez mais solitário no seu mundo de alucinações febris e perseguições Ivan não esmoreceu em sua crueldade e ainda mandou executar muita gente renovando, sempre, seu regime de terror. Só viria a morrer a 18 de março de 1584, serenamente, numa mesa de xadrez. Mas, apesar da crueldade, da miséria, das guerras e de todo o sofrimento do povo russo Ivan, o Terrível havia transformado a pequena Moscúvia, capital de um pequeno Reino, numa grande cidade e este Reino num Grande Império que viria a ter papel fundamental no contexto europeu e mundial até os dias de hoje. Mas sem herdeiros rompeu a linhagem vinda da fundação do Império e abriu caminho para uma nova dinastia- os Romanoffs, que governaram até fevereiro de 1917, poucos meses antes de estourar o levante bolchevique. Mas, internamente, a Rússia sofria. Seis Czares se seguem a Ivan, de 1540 a 1610, tentando refazê-la dos traumas por ele causados.

Das cinzas e do caos vividos entre o final do Século XVI e grande parte do Século XVII, o Império Russo renasceria, em 1720, pelas mãos de um homem simples mas carismático: Pedro.

Em 1610, por exemplo, em meio à crise russa a Suécia, então um próspero Estado invade seu território ao Norte. A Polônia, também reorganizada, lhe segue de perto ameaçando a sobrevivência do Reino da Rússia. A Rússia estava praticamente exangue e em ruínas. Mas no ápice desta crise o Patriarca da Igreja Ortodoxa, resiste nas masmorras e chama o povo à resistência. Inesperadamente, um grande exército se improvisa e se sobressai na resistência, sob a liderança de Kimitri Kusski. Mas a Rússia era uma nação sem um soberano, uma nação sem um símbolo, numa época em que as famílias reais cumpriam tal papel. Nobres, padres e membros da aristocracia rural procuram, então, um Czar e acabam encontrando-o no seio da família Romanoff. A escolha recaí sobre o jovem Mikail Mikailovich. Sob o reinado dos dois primeiros czares Romanoff a Rússia começa a se reconstruir e a época dos grandes problemas, herdada de Ivan o Terrível, parecia ter chegado ao fim. Mas os longos anos de desorganização, quando se dispersou a população e debilitou-se a nobreza exigem novas medidas para a reconstrução. Daí a instauração de um extemporâneo sistema de servidão, em 1649, vinculando e prendendo os camponeses às terras dos aristocratas, com

vistas a reforçá-los política e economicamente. Um regime, na verdade, mais próximo da escravidão do que do feudalismo e que iria, nos séculos posteriores, emperrar a modernização da Rússia, além de levá-la a várias revoltas que iriam minar a solidariedade no seu tecido social, até a Revolução de 1917. Mas a economia agrária se recompõe, o Império se expande do Pacífico até mar Negro, recompondo, ainda sua fronteira norte no Báltico. Mas tudo isto custaria novas guerras, novos sofrimentos, novas privações que viriam marcar a tormentosa história do povo russo.

A 30 maio 1672 novo grande entusiasmo em Moscou. A Corte delira com o nascimento de um herdeiro do Czar Alexei, chamado Pedro, filho legítimo da casa real, embora não fosse o mais próximo na linha de sucessão. Os seus meio-irmãos Fiodor e Ivan, além da meia-irmã Sofia, filhos de um casamento anterior, lhe barravam o caminho sendo que, particularmente esta última, ambicionava o trono. E assim foi. Quando o Czar Alexei veio a falecer, Fiodor assumiu o trono mas governou por pouco tempo. No mesmo dia do seu funeral Sofia anuncia sua pretensão ao trono afirmando que “inimigos” haviam assassinado o irmão. Claro que esta conhecida trama palaciana colocava em cheque a vida de Pedro, ainda criança, obrigando seus protetores a retirá-lo de Moscou para evitar a ira da meia-irmã que, por ser mulher, estava impedida de chegar à condição de czarina.. Mas ainda assim, Sofia consolidou-se no governo ficando, entretanto, sempre numa penumbra cujo cenário principal era ocupado pelos dois legítimos herdeiros do trono: Ivan e Pedro.

Pedro, muito jovem, fora de Moscou, com Sofia no comando do Governo, vai viver seu mundo à parte. Mas se preparava, em liberdade e com longos períodos vivendo nas capitais do Ocidente, para retomar Moscou e reclamar o trono. Nestas cidades viu as transformações ocorridas na Europa com a montagem de grandes potências em concorrência pelas riquezas do Novo Mundo, percebeu a importância de uma armada como instrumento de defesa e comércio destas potências, viu as mudanças ocorridas na estrutura social dos países europeus com o fim do monopólio da Igreja sobre os soberanos e a crescente importância de uma próspera burguesia comercial nos negócios de Estado, percebeu a mudança já visíveis no espírito reinante na cultura européia.

Com efeito, em 1689. Pedro anuncia a seu irmão que chegara a hora de retomar o governo das mãos de Sofia. Em agosto desse ano, rumores de que Pedro ameaçaria Moscou levam Sofia a tentar impedi-lo. Mas já era tarde. Este reage e com o auxílio dos militares leais a seu pai retira Sofia de cena obrigando-a a se retirar para um convento. Estava encerrado o reinado tirano de Sofia. Iniciava-se o Reinado de Pedro, O Grande, assim chamado tanto pela sua elevada e impressionante estatura, como pela sua capacidade de comando militar e do Governo.

O Reinado de Pedro, O Grande consolida as conquistas do Império Russo e o projeta com maior importância no cenário europeu. Não lhe falta sequer uma tentativa de compartilhar as conquistas do Novo Mundo com a Espanha ao fundar

a Companhia Russo-Americana que irá estimular a colonização do Alasca. A Missão Behring é cuidadosamente preparada durante dezesseis anos para sair, em 1741, mar afora a partir de Kantchatka, no extremo oriental da Rússia, rumo à descoberta de uma passagem para a América. Daí até o início do século XIX os russos dominarão o comércio de peles raras e as rotas de comércio através das Ilhas Aleutas. Neste período contracenam com os espanhóis que avançam do México até a cidade de San Francisco, na Califórnia, encontrando-se estes dois movimentos colonizadores vindo de tão diferentes pontos de partida, o russo do Pacífico, na Ásia, o espanhol, do Atlântico. Quando da Proclamação da Independência dos Estados Unidos, em 1776, recém haviam chegado à costa oeste os primeiros povoadores europeus. Até então estas terras eram cobiçadas apenas pela sua fertilidade e clima ameno. Poucos suspeitavam de suas riquezas em ouro que , menos de século depois, a fariam o centro de um movimento migratório intenso e que a tornaria um dos mais ricos lugares do planeta. Castigado pela miséria de suas posições no Alasca um embaixador russo nesta região aporta em março de 1806 em San Francisco em busca de mantimentos. Aí encontra abrigo graças à promessa de casamento com uma das mais cortejadas e bela donzelas da época, chamada Concepción , filha do Comandante local da guarnição, com quem jamais se casará em virtude de morte precoce no retorno à Rússia. Mas fica , com isso, consolidada a ocupação russa ao noroeste da América.

Depois de Pedro , o Grande , a Rússia seguiu sob a dinastia dos Romanoff até o Século XX , quando, por ordem do grande líder da revolução soviética, Wladimir Lênin, desde outubro de 1917 , determina o fuzilamento de toda a família real. Com o Czar são executados sua mulher, seu filho e três filhas, cujos corpos ficaram durante mais de setenta anos cobertos como um dos mais severos segredos de Estado. Com a derrubada do regime comunista o segredo foi revelado e os restos mortais da família real trasladados para o Mausoléu dos Romanoff em Moscou.

Mas entre Pedro, o Grande e o fim trágico da dinastia transcorreu para a Rússia um século inteiro – o século XIX- de grandes conquistas e realizações. Consolidou-se o imenso território russo, dos confins da Sibéria passando pelo Báltico até o Mar Negro, firmou-se a monarquia absolutista com um bastião da defesa das autocracias européias ameaçadas pelos ideais iluministas e pelas tropas de Napoleão, rechaçadas pelo Czar Alexandre , já dentro de Moscou (mais uma vez incendiada) e de onde este sairia para um retorno humilhante à França , para, afinal, capitular em Waterloo em 1812. Fortaleceu-se, no final do século XIX, a industrialização russa como uma vanguarda da tecnologia mundial, paralela à formação de uma configuração urbana de clivagem operária sem precedentes na história da humanidade. Modificou-se , ainda a rígida estrutura feudal da velha Rússia agrária com a emancipação dos servos em 1861 e, last but not least, e como resultado de todo este processo de mudanças internas, desponta no seu interior um vigoroso movimento revolucionário, primeiro com um grupo dissidente da elite russa denominado narodnaia volia – vontade do povo- , depois com os bolcheviques , disposto a levar às últimas conseqüências os ideais de modernização que acabariam deslocando crescentemente a Rússia em direção ao ocidente.



Mas de meados do Século XV até os dias de hoje forjou-se um grande povo e uma vasta cultura crescentemente voltados para o Ocidente ,onde os valores de uma matriz existencial cristão-romântica fundada no amor, na fé na esperança se afirmam cada vez mais como critério de vida e de morte. Neste longo processo Ivan, o fundador da primeira dinastia, buscou nas ruínas do Império Romano do Oriente sua inspiração dinástica divina, Pedro o Grande, no Século XVIII, a materialidade da abertura para o Ocidente com a edificação de São Petersburgo e a colonização do Alasca, e Lênin, no Século XX, com a Revolução Social, o ideal de fraternidade do iluminismo. Todos eles profundamente ocidentalizantes, no rastro da máxima grega que lhe serviu de umbral: “Proferir palavras e fazer ações sob o signo da razão”.

Paulo

Timm-

2006-2007,

Torres,

RS

## **FIDEL : Vai-se o homem, fica o mito**

“ *Fidel Castro foi para a Política o que Picasso foi para a pintura no Século XX.*”- F. Ramonet , do Le Monde.

Fidel Castro está morrendo. Um câncer corrói sua mortal existência. O que acontecerá , agora, com Cuba? O que sobrar de este vulto do século XX que fez um Revolução Socialista nas barbas do Tio Sam em plena Guerra Fria e que sobreviveu,

sempre açoitado, a mais de 15 Presidentes dos Estados Unidos; que conviveu

com os grandes líderes soviéticos Kruchev. Brejnev, Gorbachev, com

Lumunba, Ho Chi Min, Mao Tse Tung, com o maior filósofo de seu tempo – Jean Paul Sartre ,que deixou seu testemunho no clássico UM FURACÃO SOBRE CUBA -, que foi companheiro de lutas de Ernesto CHE GUEVARA na Sierra Maestra, que tinha em Salvador Allende, a quem visitou no Chile durante sua curta experiência socialista entre 1971 e 11 de setembro de 1973; e que acompanhou, atento, as vicissitudes da política brasileira desde Jânio Quadros ( quem-condecorou Che em Brasília), Jango, Brizola e Lula, a quem tem suposta e secretamente ajudado, e com o controvertido Hugo Chavez, hoje seu mais íntimo confidente...?

Não se sabe exatamente o que ocorrerá com Cuba. Diz um Premio Nobel de Economia, Gary Becker, que, “*se as coisas fracassam acabam mudando*”. E não foram pequenos ,os fracassos da Revolução Cubana , principalmente na esfera econômica, que dizer do cerco às liberdades em toda a ilha?. Nem menores seus êxitos. Entre eles o alto nível cultural de uma população – única na América Latina – sem analfabetos, com bom nível de assistência médica e impressionante porcentagem de pessoas com nível científico, só inferior à americana e israelense. Outra conquista da Revolução foi a reconquista do sentimento de dignidade do cubano, antes reduzido e pintado apenas como laiaio de investidores externos ou ilustres moradores dos Estados Unidos, dentre os quais reconhecidos gângsteres . Este sentimento se mescla com um orgulho do cubano simples de se sentir pertencendo à uma sociedade mais ou menos homogênea liderada por uma elite que se tem demonstrado dona de uma austeridade inexistente em outras experiências revolucionárias ou no resto da América Latina e que, por isto mesmo, continua merecendo o respeito de seu povo. Fracassos e êxitos, pois, no silêncio do homem, conduzirão à inevitáveis mudanças. E ficará a dúvida: Quem foi Fidel? Que representou? Como realmente era?

Fidel foi , talvez, a mais convincente síntese contemporânea dos ideais de virtude ocidental juntando a inspiração aristocrática helênica à *boa nova* cristã. Para os gregos, a grande virtude , capaz de imortalizar seu portador, consistia na consigna: *dizer palavras e realizar ações*. Este ideal foi cunhado na formação da alta cultura helênica e a distinguiu por onde se estendeu, principalmente no mundo romano. Mas quis o cristianismo, que ali vicejou entre as pessoas mais simples do Império dos césares, que a palavra – empenhada na fé - e não a *grande obra*, viesse a encarnar a figura do herói.; Democratizava-se, assim, o ideal aristocrático adequando-o a uma sociedade que, por primeira vez na história, se massificara. E não por acaso o ideal da revolução comunista, dezoito séculos mais tarde, quando, precisamente, Paris reeditava em número o tamanho de Roma , ofereceria o cenário para a reafirmação da virtude heróica

. A Revolução iluminista retomava a idéia helênica de *grande obra* como conquista popular por meio da razão. E o fazia pela palavra dos filósofos. Cumprira-se, enfim, a afirmação grega de que o filósofo

estava para o homem, como o homem para a natureza. Era o homem apoderando-se de sua história. E os que encarnassem esse desafio os novos imortais. Fidel, de longe, um dos mais emblemáticos deles.

Curiosamente, Fidel guarda, como duas de suas principais características pessoais, o ser um homem extremamente bem educado e polido. Todos os que conviveram ou que com ele tiveram contatos mais estreitos, um dos últimos F. Ramonet, Editor do *Le Monde Diplomatique*, que lhe entrevistou longamente daí retirando o material para um livro recentemente lançado na França, confirmam essas qualidades “nobres” de Fidel. Ele nada tem com os modos rústicos dos antigos líderes soviéticos nem muito menos com os maneirismos exagerados de líderes populistas do continente, à la Chavez. Ele é, rigorosamente, um aristocrata. E é precisamente esta característica que atribui o pior defeito. Nada existe em torno a Fidel. Ele reina soberano envolto numa aura de quase sacralidade.

Mas, ao mesmo tempo, todos, fora os exilados em Miami, são também unânimes em reconhecer seu compromisso na construção de uma sociedade igualitária em Cuba, revelando, aí, sua *alma* particularmente cristã. Paradoxo diante de um empedernido comunista? Não! Já ninguém duvida que a emergência dos ideais salvacionistas dos *communards* hodiernos proveio de fonte religiosa, embora revestido de forte anti-clericalismo e um materialismo ingênuo. A obstinação *communard* só fez seguir os passos do ideal cristão. Esta religião, o catolicismo, nos seus primórdios, emergiu num contexto de grande turbulência espiritual. Roma pontificava no Século I DC, a ferro e fogo, sobre um território continental que ia da fronteira com a China à Europa – hoje – ocidental uma pax laica, que convivia com intenso intercâmbio de crenças, superstições, divindades, gerando tensões inusitadas. Nesse contexto a idéia da *salvação*, sob uma bênção que se distribuía indistintamente entre cidadãos e não cidadãos romanos, senhores e escravos, nacionais e estrangeiros, homens e mulheres, era simplesmente revolucionária. Custou-lhe o martírio nas arenas e câmaras de tortura. Não lhe faltou sequer a fusão com a filosofia e cultura gregas, presentes neste mesmo espaço desde cedo, que veio a dar no Renascimento e no Iluminismo. Pois Fidel é um filho dileto desta tradição *revolucionária* comprometida, sim, em salvar almas, mas também com a construção de um mundo mais fraterno à luz de uma razão hipostasiada à luz do amor.

Mas Fidel é, ainda, um espanhol clássico. A Península Ibérica sempre foi uma terra intensamente disputada por cartagineses, romanos, árabes e, já no século XIX, pelos vizinhos franceses. Todos conhecem a encarniçada resistência que os espanhóis ofereceram ao exército napoleônico. Seus próprios ocupantes nativos, dos quatro cantos da Ibéria, até hoje mantêm diferenças e disputas significativas. O espírito de luta permanente nesta terra gerou um tipo de personalidade *sui generis* no espanhol: sua forte disposição de luta. O conflito interpondo-se, sempre, como um atributo da firmeza do caráter. Mesmo quando os confrontos se elevavam para o campo fértil das idéias precocemente estabelecidas nos grandes centros de pensamento já à época da ocupação árabe, fazendo do grande Averno um precursor do iluminismo, o espírito espanhol se enriquecia transformando-se no que um autor chamou de propensão à irreligião e à

infilosofia. Pois aí está o comunismo de Fidel. Um comunismo militante tão religioso como o catolicismo jesuítico dos membros da Companhia de Jesus fundada por Inácio de Loyola na Espanha para combater a Reforma. Um conjunto de sólidos dogmas cunhados pela fé destinados a oferecer um caminho para a salvação da humanidade.

Santiago Dantas, um dos mais brilhantes intelectuais brasileiros dos anos dourados escreveu um pequeno livro intitulado “Quixote, um apólogo do Século XX”. Aí ressaltava os dois grandes modelos de heroicidade ocidental que referimos, dispondo-os, aliás, como antagônicas e mostrando o personagem de Cervantes como o paradigma cristão. Esqueceu-se, a propósito, de dizer, que Quixote, ao contrario de Cristo, não morre, retira-se, embora tenha neste personagem vida eterna. Mas tivesse Santiago Dantas vivido até nossos dias teria, certamente, visto em Fidel Castro a síntese destes paradigmas que não chegou a perceber. Fidel, ao encarnar historicamente Quixote dá-lhe com a Revolução Cubana a obra que lhe faltou, deixando-lhe legado tragicômico. Mas ainda aí uma semelhança: A Grande Obra da Revolução Cubana, nobremente conquistada com o objetivo de realizar a moderna utopia de uma sociedade sem aristocratas de sangue, dinheiro e prestígio, não passa também de um grande fracasso. Mas um fracasso que se sustenta aos olhos de seu ideal igualitário jamais cumprido. Ironicamente, Fidel, na velhice, começa a se parecer de uma forma impressionante com o personagem Quixote. Não lhe faltam, sequer, os tropeços, o olhar franco e triste

mergulhado na voz rouca de tanto falar, a envergadura alquebrada do fidalgo espanhol castigado pelo confronto de seus sonhos com a realidade. Com Fidel vão-se também os últimos suspiros do socialismo cunhado no Século XX confirmando as excusas de Prometeu aos deuses que o acusavam de ter dado o fogo aos homens: *“Lembrai-vos que, junto com o fogo, dei-lhes, também, vãs ilusões...”*

Paulo Timm, 62 – Economista do IPEA e Professor da Unb

## A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

*“ O desejo de dar e tão importante para compreender a espécie humana quanto o de receber”.*

**Godbout , Jacques T. e Caillé. – O Espírito da Dádiva. R.J.: FGV,1999**

### 1. A empresa como unidade básica de produção .

A empresa , fundada no direito à propriedade e à livre iniciativa , como unidade básica de organização da produção , com vistas à satisfação das necessidades materiais dos indivíduos e geração de lucros para seus respectivos donos, tornou-se um dos pilares da modernidade. Hoje , com a elevação considerável do poder de compra dos consumidores e de sua diversificação crescente de consumo sobre o setor serviços, notadamente de lazer, recreação , turismo e cultura, também a empresa tornou-se o centro da articulação de capitais, tecnologia e mão de obra para o atendimento destas necessidades. Mas se o capitalismo foi o responsável pelo advento desta forma de produzir, sepultando as formas tradicionais de economia de subsistência e artesanais nada indica que com ele se confunda. A empresa, acompanhando o desenvolvimento tecnológico da humanidade é sua correspondente no plano da organização da economia com inevitáveis reflexos sobre o mundo do trabalho, sobre o contexto institucional e sobre o conjunto da sociedade. Hoje ela se define mais pelos resultados que traz a todas estas esferas da sociedade do que pela sua gênese na propriedade privada. Ainda assim, também a propriedade privada transcendeu sua dimensão de princípio para assumir , crescentemente, uma função social. Ressalte-se, ainda, que o Estado Moderno, contemporâneo da Empresa Moderna , eis que ambos oriundos de um mesmo processo histórico , faleceu tanto em sua concepção idealista como suprema criação da ética humana , como na administração suficiente de mecanismos de administração do desenvolvimento econômico , de promoção da justiça – particularmente a social- e de defesa da vida no planeta. Tornou-se senso comum o entendimento de que o Estado opera mais por pressão de interesses organizados na Sociedade do que por vocação de utilidade pública. Assim, Empresas, Organizações Não Governamentais, Sindicatos e outras formas de intervenção social tem elevado sua importância , paralelo e complementar ao Estado, na realização de metas de crescimento acompanhadas de maior desigualdade social e preservação ambiental. Dessa forma, a geração de lucros continua operando como força motriz das empresas mas se combina, a prazo mais longo, com as prescrições substantivas de Filosofia Social sobre o Estatuto Legal e Institucional onde atuam e que lhe impõem o uso de seu poder para a conquista de objetivos sociais mais amplos.

## 2- O novo marco de responsabilidade social das Empresas

O ponto de partida para a ação empresarial na área social foi a filantropia, ou seja, a sensibilidade pessoal de seus proprietários, geralmente abastados, à caridade. Tratava-se, na maioria das vezes, de uma motivação religiosa. Em outros casos, como o famoso E. Carnegie, que deu origem ao famoso “Carnegie Hall”, de New York, senhor do aço no final do Século XIX, nos Estados Unidos, a motivação era de tipo filosófico. Defendia ele a propriedade privada e a livre iniciativa mas proclamava que toda a riqueza produzida sob o comando da empresa pertencia à comunidade que a gerava. Era um tempo ainda influenciado pela economia clássica e que creditava exclusivamente ao trabalho a origem do valor e da riqueza das nações. Carnegie levou a termo sua visão tornando-se, paradoxalmente – para um dos magnatas do aço- pacifista militante e generoso mecenas. Na sua morte, depois de nove anos de silêncio em protesto à deflagração da I Grande Guerra, legou sua fortuna à comunidade. E deixou um legado sobre a cultura empresarial americana de fortes laços entre empresa e sociedade do qual emerge o vulto, hoje em dia, de um Bill Gates. A estreita vinculação entre Empresas e Universidades não pode também deixar de ser mencionada como uma destas profícuas heranças que acabaram entregando um potencial de pesquisa inusitado às primeiras. Mas em quase todos os casos a ação de responsabilidade social sempre era dirigida para fora da empresa, jamais para o mundo interior do trabalho da empresa. A agudização do conflito capital-trabalho ao longo do século XX reiterava a noção dicotômica de que empresa e sociedade eram dois mundos completamente segmentados e divididos pelo muro da propriedade, o primeiro acionado pela competição, o outro pela cooperação em torno do Estado. Os últimos anos do Século XX, porém, derrubaram não apenas este muro simbólico da sociedade de classes mas também o muro que dividia o globo em dois sistemas supostamente excludentes, o muro de Berlim. A noção de convergência destes sistemas, tão ao gosto de autores como Raymond Aron nas suas *“Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial”*, outrora condenada pela esquerda como altamente conservadora demonstrou-se plausível e aceitável mesmo nestes segmentos ideológicos com forte influência sobre os trabalhadores organizados. Uma nova economia, tecnológica, bem descrita nos anos oitenta por Peter Drucker, ia se desenhando com base no conhecimento e elevando cada vez mais o peso do setor terciário na geração do emprego e da renda nos países mais desenvolvidos. Ao mesmo tempo uma nova fisionomia social surgia nestas sociedades decorrente do peso dos empregados nas redes urbanas cada vez mais voltadas para a interconectibilidade entre os vários países e mercados. A questão da produtividade, interna às empresas, ia também se deslocando para as exigências destes mercados fazendo com que a qualidade dos produtos passasse a exigir, também, dos seus empregados novos perfis de intervenção onde a capacidade de decisão se substituía crescentemente à mera repetição de movimentos na cadeia de montagem de produtos. O Estado, finalmente, mas não menos importante, ao longo da segunda metade do Século XX foi também abrindo-se para uma maior articulação com a Sociedade na medida em que os requisitos da liberdade humana aprofundavam-se na consciência de todos aprofundando o conceito de Direitos Humanos horizontal e verticalmente, até alcançar o vértice da subjetividade no campo da pessoa e do direito à qualidade de vida no plano social. Daí a importância dos conceitos de espaço público e de cidadania ativa cada vez mais recorrentes no aprofundamento da democracia nas últimas décadas. A cidadania, que correspondia à constituição do consumidor, no plano da política, deixou de ser uma “graça” ingênita do Estado Moderno para se constituir

num penoso processo de formação de consciência, portanto educação , organização de interesses, e participação permanente nos espaços públicos abertos pelo Estado , ultrapassando o mero direito de votar ou mesmo de ser votado. Apresentar-se, enfim, tornou-se , tanto quanto a representação , um imperativo da democracia moderna. Como resultado de todo este processo histórico o pacto social-democrata que assegurava a distribuição dos incrementos de produtividade entre o capital e o trabalho, forjando, sob o manto da paz social e estabilização política, as bases da sociedade de consumo de massas, extravasava, também, para o reconhecimento de margens cada vez maiores de intervenção das empresas no âmbito social e dos seus trabalhadores organizados em torno de pautas de reivindicação extra-salarial. O aparecimento de disciplinas voltadas ao estudo das condições de trabalho no interior das empresas como a Sociologia do Trabalho, de Georges Friedman, na França , a psicologia do trabalho, especialmente vertente hoje liderada por Christophe Dejours ( “CHRISTOPHE DEJOURS- Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho” , Ed. Paralelo 15-Brasília, 2006), também francês, denunciando os horrores da desqualificação humana nos processos de trabalho , com seqüelas sobre sua capacidade criativa, seu equilíbrio emocional e sua saúde oferecem um novo marco para estas reivindicações fazendo com que a ação de responsabilidade social das empresas, outrora meramente filantrópica, se desloque para um complexo de atenções, cada vez mais estrategicamente ligadas ao próprio modo de produção , onde se pode identificar um compromisso econômico com a qualidade dos produtos, um compromisso social com os seus próprios trabalhadores e com o conjunto da sociedade e um compromisso ambiental na defesa da qualidade de vida presente e futura da humanidade.

### 3 – O novo marco institucional da responsabilidade social das empresas

Até o ano 2.000 os diversos compromissos adjetivos da empresa para com a Sociedade restringiam-se à questão das ações sociais e se avaliavam no título de Responsabilidade Social. No Brasil ganhou força a mobilização das empresas em torno da Campanha Contra Fome, liderada nos anos 80 e 90 por Herbert J. de Souza, o Betinho, que, na Presidência do IBASE lançou também a idéia do “balanço social” das empresas. Aos reflexos sociais da década perdida (80), quando a economia brasileira padeceu dos graves problemas derivados da crise externa e da inflação, somaram-se, no início dos 90. os problemas advindos, primeiro, da abertura de sua economia à concorrência internacional (Governo Collor de Mello 1990-1992), e, depois, do alto preço cobrado pela eliminação da hiper-inflação (Governos Itamar e FHC 1992-2002). O desemprego aumenta assustadoramente, a miséria transfigura-se em violência urbana e a sociedade desperta para uma ação mais ativa sobre os problemas sociais. Começa-se a falar crescentemente em “ética” na vida pública e surge o “MOVIMENTO ETICA NA POLÍTICA”, maior responsável pela cassação do Presidente Collor da Presidência, daí nascendo a “AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, MISÉRIA E PELA VIDA”, a qual comoveu toda a nação sob a bandeira da solidariedade. Dessa mobilização surgiu o COMITE DE ENTIDADES NO COMBATE Á FOME E PELA VIDA - COEP, ainda existente e em funcionamento com cerca de 700 associados entre empresas públicas e privadas, universidades e outras entidades não governamentais.

Coincidiu que nesta época a questão ambiental no âmbito das Nações Unidas converge para o “Fórum Global Rio 92”, abrindo, aí, um inusitado espaço de ressonância para as idéias de responsabilidade social, mais precisamente num de seus debates, o “FORUM INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS”. Como provável resultado desta mobilização de idéias, consciência e vontade foram criados o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e, mais tarde, o Ethos de Empresas e Responsabilidade Social voltados ao compromisso das empresas com a responsabilidade social.

Ainda em 1990 foi criado o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade com a concessão de um Prêmio Nacional de Qualidade como mérito à empresas que, dentre nove compromissos se distinguisse pela “responsabilidade social” ( “Os critérios de excelência na Revista “Qualidade” nº 92, p.82-83, jan2000) , numa clara demonstração de que a “questão social” começava a extravasar o campo da ação pública para abrir campo para as empresas. No final da década uma pesquisa do IPEA mostraria que dois terços das empresas do Sudeste já realizava alguma atividade social não obrigatória, observando, ainda, que as empresas maiores “que já faziam doações filantrópicas há mais tempo apontam os anos 90 como o início de uma nova participação no campo social, mais estruturada e pró-ativa” conforme assinala Anna Maria Peliano em estudo recente, também do IPEA :”Bondade ou Interesse – Como e porque as empresas atuam na areal social”.

Enquanto isto, a nível internacional, a questão da responsabilidade social também evolui, mas com ênfase na questão ambiental sob o ângulo da “sustentabilidade”,



conceito amplo de desenvolvimento com respeito aos recursos naturais universalizado a partir da Eco-92.

Em 1997 numa iniciativa conjunta de organizações ambientais, a CERES ( Coalition for Environmentally Responsible Economies) e o PNUMA ( Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) veio o tona o Global Reporting Initiative (GRI)” com o objetivo de melhorar o rigor e a comparabilidade dos relatórios de sustentabilidade em âmbito mundial” (Maria Cecília Prates Rodrigues Audera, in Evoluir para o estágio da sustentabilidade, in Jornal Valor Econômico de 20.IV.2007 – p.F2), em cujos Relatórios de 1999 e 2002 era visível o conceito de responsabilidade social das empresas embora secundário à responsabilidade social. Já na última versão do Relatório GRI , 2006, responsabilidade social e balanço social são praticamente sinônimos e nas operaçõe!’s para a definição da sustentabilidade faz referência ao relacionamento das empresas com seus “stake-holders”, fundamental na questão da responsabilidade social.

De outra parte a ISO ( International Organization for Standardization) famosa pela ISO 9.000, que instituiu o “selo de qualidade”, prepara-se para lança no ano que vem a ISSO 26.000 voltada, precisamente, para o “selo da responsabilidade social”. Esta iniciativa foi antecipada , no Brasil, numa demonstração de seu amadurecimento na matéria,em 2004 pela ABTN (Associação Brasileira de Normas Técnicas), com a NBR 16.001 para a certificação de empresas brsileiras com responsabilidade social. Objetivo desta norma estabelece os requisitos mínimos a um sistema da gestão da responsabilidade social , permitindo à organização formular e implementar uma política de objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros, seus compromissos éticos e sua preocupação com a:

- promoção da cidadania
- promoção do desenvolvimento sustentável
- transparência das suas atividades.

A Norma ABTN citada afirma também que o resultado do desenvolvimento sustentável “*é a sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica e social*” circunstanciando assim tais dimensões:

- “ *A dimensão ambiental da sustentabilidade diz respeito aos impactos da organização sobre sistemas naturais, vivos ou não, incuindo terra, água e ar;*

- *A dimensão econômica da sustentabilidade diz respeito aos impactos da organização sobre as circunstâncias econômicas das partes interessadas e sobre sistemas econômicos em níveis local, regional, nacional e global;*

- *A dimensão social da sustentabilidade refere-se aos impactos da organização sobre os sistemas sociais (incluindo-se as questões política, cultural, institucional, espacial e espiritual entre outras) nos quais opera.”*

As Bolsas de Valores , atentas à estas percções novas do mercado , não fica para trás, procurando indicadores de fundos comprometidos com a responsabilidade social e ambiental capazes de atrair capitais. Em 1999 foi criado em Nova York o DJSI ( Dow

Jones Sustainability Index) e em 2005, o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) pela Bolsa de Valores de São Paulo) tendo como base os fundos de investimento HSBC ISE, BB Ações ISE; Bradesco Prime Índice de Sustentabilidade Empresarial e o SAFRA ISE Ações. E, antes disso já havia o ABN Amro Ethical , de 2001 e o Itaú Excelência Social, de 2004 , voltados para o compromisso de responsabilidade social.

Pode-se verificar , pois, ao longo da trajetória do processo de definição das responsabilidades adjetivas das empresas, tomando-se a geração de lucros como substantiva, de forma a mantê-la auto-sustentada numa posição de mercado, há uma clara tendência internacional a valorizar a questão ambiental e outra, o Brasil, a valorizar suas ações sociais. A exigência de qualidade ou poderia ser tomada como uma exigência de tipo econômica, portanto vinculada à geração de lucros e auto-sustentação de longo prazo, ou , eventualmente, interligada à compromissos adjetivos com a empresa a saber, internamente, com o desenvolvimento da capacidade humana de seus trabalhadores, e externamente, com a sociedade, através de ações de responsabilidade social, e com a vida, através da responsabilidade ambiental. Esta não parecer a tendência em curso que prefere privilegiar o conceito de “sustentabilidade” para o conjunto de compromissos voluntários da empresa nas esferas social e ambiental, sem distinção, também, do social-interno e do social-externo à empresa. Mas há quem advirta que “utilizar o conceito de sustentabilidade empresarial para caracterizar o grau desejado de relacionamento da empresa para com a sociedade só serve para confundir e tirar o foco das questões centrais relacionadas à responsabilidade social corporativa, nas quais se precisa avançar (mas...) só há sentido em falar em empresa responsável se as suas iniciativas de RSC forem sustentáveis, ou seja, se forem construídas no âmbito de uma relação de compromisso duradoura com os seus stakeholders relevantes, aí incluído evidentemente o meio ambiente ”- Maria Cecília Prates Rodrigues Audera, Sócia de Estratégia Social Consultoria e Autora de “Ação Social das empresas, como Avaliar Resultados ”- FGV ,2005.

#### 4 – Bondade ou Interesse?

Embora o número de empresas brasileiras socialmente responsáveis , isto é, com ações que ultrapassam seus objetivos imediatos de produção e geração de lucros, seja considerável foi possível ao IPEA, sob a Coordenação de Anna Maria T.Medeiros Peliano , coordenar uma significativa pesquisa sobre 47 destas empresas, todas grandes, com mais de 500 empregados, de forma a avaliar as razões , características e perspectivas deste compromisso. Esta Pesquisa está publicada sob o nome sugestivo de “Bondade ou Interesse – Como e porque as empresas atuam na área social”, em 2002 ,

segunda edição. O IPEA vem sendo pioneiro nesta matéria desde a divulgação da “Ação Social das Empresas Privadas”, em 1999, e da “Iniciativa Privada e o Espírito Público: um retrato da ação social das empresas, no ano 2.000. Importa fazer o registro, constante na Pesquisa do IPEA de que, segundo dados da Pesquisa de Ação Social das Empresas da Região Sudeste, o montante da aplicação destas empresas em ações sociais é da ordem de R\$ 3,5 bilhões em 1998, ou seja, 30% do volume de aplicações do Governo Federal nesta região neste mesmo ano (excluída a Previdência).

Os resultados desta pesquisa apontam para a importância da “sedução da dádiva”, expressão de sua coordenadora para expressar o envolvimento dos empresários com as ações sociais de suas empresas.

Eis algumas conclusões:

- Mais da metade das empresas revelaram que o que move os dirigentes, principais agentes destas ações, sempre envolvidos por motivações religiosas ou filosóficas, a intervir em ações sociais, é sua “*vontade de contribuir para a solução dos problemas sociais do país e de atender às necessidades e solicitações das comunidades*” ultrapassando os limites da mera filantropia, sempre expressamente rejeitada;

- A totalidade das empresas informou ter uma clara definição de objetivos consistente com a suposta vontade de seus dirigentes em intervir socialmente embora só 44% delas os tenha contemplado em um Plano de Ação, das quais 93% confirmam a existência de recursos, sendo em 44% dos casos orçamentário, 38% em documentos oficiais e 18% em previsões não documentadas; neste Plano há definição de metas em 79% dos casos, de resultados esperados em 71%, previsão de desembolso em 71%, procedimentos para a execução das atividades em 21%, definição de responsabilidades em 14% e cronograma de atividades em 7% deles;

- Mesmo sem aumentos em suas vendas 65% das empresas revelaram melhora de suas imagens junto à comunidade e 50% junto aos clientes, sendo significativa a elevação do envolvimento dos empregados na missão da empresa (53%) e no relacionamento com parceiros (69%);

- 82% das empresas informaram que seus empregados participam das ações sociais e 56% das empresas investigadas confirmaram oferecer estímulos para tal envolvimento; com isto as empresas constatarem com relação a seus empregados que os mesmos adquirem consciência social, ampliam seu poder de interferência ao seu redor, elevam o nível de satisfação e produtividade no trabalho, melhoram a sociabilidade e o relacionamento dentro da empresa e desenvolvem competências úteis;

- A grande maioria das empresas (79%) declarou ter incorporado as ações sociais à sua estratégia, sendo que apenas a minoria, 38%, o faz formalmente através de documentos

internos numa clara evidência da fragilidade institucional deste compromisso , muito embora quase todos (90%) tenham declarado jamais ter suspenso as respectivas ações sociais e , segundo as respostas mais de 80% pretende ampliá-las , numa clara demonstração de intenção desta permanência como uma **necessidade** e não mera opção da empresa;

- O grande privilegiado das ações sociais das empresas é sua vizinhança (80%) em grande parte , entre outros motivos , pelo conhecimento dos problemas aí existentes derivado dos contatos em reuniões e comissões comunitárias (48%) ou do atendimento de reclamações e sugestões ouvidas (48%); esta vizinhança, porém, não se confunde com o espaço geográfico da empresa mas com o espaço onde ela se insere conforme o alcance de seu mercado; já o público alvo das ações das empresas são crianças, jovens, comunidade em geral e adultos, listando-se como outros beneficiários agentes de educação e de saúde, desempregados, famílias, idosos, meninas, moradoras de rua e do entorno da empresa, mulheres, entidades assistenciais, pais, pediatras, policiais, portadores de necessidades especiais e professores;

- Quanto à seleção dos beneficiários das ações sociais das empresas, embora aleguem elas em 68% das respostas atender a uma racionalidade técnica não se pauta por critérios propriamente racionais sendo , na maioria dos casos, resultante do conhecimento obtido em contatos pessoais numa clara evidência afetiva decisões dos respectivos dirigentes , muito superior à escala (27%) das escolhas determinadas pela sensibilidade dos dirigentes a um determinado problema;

- A identificação das ações aponta , além da assistência social, alimentação, saúde e educação, para uma forte predominância no campo do Desenvolvimento Comunitário e Mobilização (74%), seguido de Cultura (65%), Lazer e Recreação (56%), Qualificação Profissional (53%), Meio Ambiente (44%), Esporte (38%), Desenvolvimento Rural (24%), Desenvolvimento Urbano (21%) e Segurança (15%); ou seja, o grande compromisso das empresas é mesmo com as ações ditas sociais externas à empresas , as quais podem ser melhor visualizadas em anexo;

- Quanto à abrangência das ações das empresas a pesquisa verificou uma grande pulverização de projetos, feitos, em grande parte, em resposta à demandas específicas da “vizinhança” , refletindo a ausência de foco e de prioridade no atendimento

realizado; não obstante, 74% das empresas declara executar diretamente suas ações que podem ser englobadas em cinco grupos: i) realização de campanhas diversas e de eventos comunitários, ii) organização de prêmios e concursos, iii) prestação gratuita de serviços “ sem intermediários”, iv) construção e manutenção de equipamentos sociais coletivos e v) implementação de projetos próprios ou em parcerias , planejados pela empresa; isto não significa que as empresas restringem-se à ações própria pois 68% declara que faz doações diretas às comunidades ou entidades vinculadas , ou às duas simultaneamente (65%)

- Quanto à avaliação destas ações sociais as empresas , como resultado da inexistência, na grande maioria dos casos, de metas pré-definidas em Planos de ação, reconhece que acompanha informalmente os projetos mediante informações e até visitas pessoais às localidades beneficiadas; o número médio de pessoas envolvidas nas ações sociais das empresas é de cinco profissionais, geralmente de nível superior, aí contando-se administradores de empresas, psicólogos, comunicadores, assistentes sociais e engenheiros, a grande maioria em tempo parcial e apenas 48% com , pelo menos, um profissional em tempo integral demonstrando que ainda há falta de clareza, das empresas, quanto às necessidades de maior profissionalização em suas ações sociais;

- No tocante à manutenção das ações sociais há grande controvérsia entre os empresários. Muitos acreditam ser “até difícil sair “ dos projetos com os quais se envolveram, mas três grupos se distinguem: um primeiro considera que não devem apoiar por tempo indeterminado o mesmo projeto achando que os beneficiários devem encontrar uma saída própria; outro grupo acha que seria melhor procurar parcerias necessárias às atividades desenvolvidas pois seria impensável a sustentabilidade das mesmas pelos beneficiários; o terceiro grupo reconhece que as empresas chegaram à responsabilidade social sobre estes projetos para ficar e optam por uma intervenção permanente de suas empresas nos projetos;

- A pesquisa também indagou sobre a melhor forma que as empresas gostariam de oferecer sua contribuição à comunidade ressaltando aí o desejo , em 65% dos casos, em realizar ações voluntárias junto a entidades assistenciais, seguida em 56% pela opção na dedicação de parte dos seus lucros para ações sociais, 44% investindo na qualidade de seu produto, 35% oferecendo benefícios a seus empregados, 32% pagando os impostos

e exigindo respostas do Governo e, finalmente, em 26% dos casos, destacando que a empresa já cumpre um papel social ao oferecer empregos;

- Alguns exemplos de intervenção social são alinhados na pesquisa sob as rubricas (i) Cessão de recursos humanos e materiais; (ii) Participação em Campanhas ; (iii) Apoio financeiro a programas; (iv) participação na elaboração de propostas ; (v) Partipação em Conselhos como Brasil Empreendedor, Contra HIV, Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente etc.

As conclusões da Pesquisa do IPEA apontam, finalmente, para o que denomina “ os sete pecados capitais” da responsabilidade social no Brasil:

1. Descoordenação.
2. Pulverização de recursos
3. Burocratização
4. Descontinuidade
5. Falta de transparência
6. Clientelismo
7. Distanciamento

Conclui afirmando que *“se há avanço em certos aspectos da atuação privada, em outros aspectos reproduzem-se os mesmos problemas detectados na área governamental (e que) apesar das dificuldades de formação de parcerias publico;privado, das críticas feitas ao Estado e do receio das Empresas associarem-se ao Governo, a experiência mostra que, na prática, elas apóiam órgãos governamentais... e para que a contribuição ... torne-se mais eficaz , é necessário caminhar na direção de uma estratégia integrada de enfrentamento dos problemas sociais.”*

## 5 – Conclusões

Ainda existe uma certa confusão entre os conceitos de Responsabilidade Social, Responsabilidade Corporativa e Sustentabilidade das Empresas. Rigorosamente, o termo Sustentabilidade deveria, nos termos do conceito de desenvolvimento sustentável, universalizado depois da Eco-92, referir-se fundamentalmente ao compromisso com o uso racional dos recursos naturais de forma a preservá-los para as próximas gerações. Não obstante o termo foi sendo crescentemente usado em substituição ao de Responsabilidade Social ou Corporativa das Empresas, englobando-o. Parece muito difícil a estas alturas dos acontecimentos abandoná-lo voltando à idéia original de compromisso social das empresas com sociedade, particularmente num contexto de grande carência de necessidades básicas em comunidades “vizinhas” às empresas. Trata-se então de dar, às vésperas da ISSO 26.000 que disporá sobre o tema, de dar maior envergadura “social” ao uso da sustentabilidade das empresas fazendo com que nele se incorporem, com clareza, duas vertentes:

- (a) o compromisso social das empresas com os seus próprios trabalhadores;
- (b) o compromisso social das empresas com o conjunto da sociedade em que se insere, em complementação à ação do Estado

Deve se ter presente que são muito poucas as ações da empresa voltadas para a melhoria das condições de trabalho e de vida de seus trabalhadores, com vistas a desenvolvê-los humanamente, isto é, enquanto indivíduos portadores de uma identidade própria, de uma subjetividade específica e de uma capacidade auto-reflexiva e criadora, enquanto cidadãos, membros de uma sociedade política, enquanto sujeitos de sua história pessoal. Mais de trinta por cento dos empresários declararam na Pesquisa IPEA que gostariam de fazer uma opção de Responsabilidade Social voltada para seus próprios trabalhadores, mas isto não vem ocorrendo. Talvez por inércia das organizações sindicais ainda muito vinculadas a uma pauta de reivindicações imediatista. É hora e tempo de reverter este quadro, tanto no plano conceitual, que informará as disposições relativas ao conceito de SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS a nível nacional e internacional, como de dar início a uma ação concreta de demandas sociais e culturais

dos trabalhadores como critério e justificativa da Responsabilidade Social das empresas onde trabalham. . Neste sentido o conceito de SUSTENTABILIDADE poderia conter três dimensões básicas – (a) responsabilidade corporativa, interna, junto aos seus próprios empregados; (b) responsabilidade social, relativa aos esforços para a realização plena dos Direitos Humanos, aí incluídos Direitos Civis, Direitos Políticos e Direitos Sociais ; e (c) responsabilidade diante do direito à vida das próximas gerações, isto é, respeito ao uso racional dos recursos naturais e das criações humanas que constituem Patrimônio Cultural da Humanidade, nos termos da UNESCO. Este processo de discussão da matéria em discussão elevará o nível de consciência empresarial sobre o tema levando-os a olhar mais de perto a situação interna de seus processos produtivos, de gestão material e pessoal e de seus trabalhadores. Para os trabalhadores isto significa um desafio porque até aqui estiveram mais ou menos ausentes do debate e, portanto, prejudicados pela pouca evidência dos compromissos internos da empresa . Fica em aberto a questão das responsabilidades econômicas da empresa até aqui incorporadas no conceito de sustentabilidade. Em parte porque , a nosso juízo, este compromisso não deveria ser parte integrante do conceito de sustentabilidade visto ser objeto mesmo da produção , supostamente obediente aos imperativos superiores e determinantes da criação da empresa , qual seja a articulação num lugar específica dos recursos disponível pelo empresário para a sua devida valorização em processo de forma a gerar, ao final da realização do ciclo do produto e dos esforços empreendidos, e em obediência aos imperativos da concorrência e do mercado um lucro satisfatório.

Brasília, 23 de abril de 2006

Paulo Timm, 63 – Economista, Técnico do IPEA, Professor da Unb (aposentado)

Jose Ibrahim – 63 – Líder Sindical.



## RE-FUNDAÇÃO SIM, MAS DA ESQUERDA

Uma das falas mais recorrentes do Ministro TARSO GENRO, desde a crise que o levou à Presidência interina do PT, no ano passado (2005), agora reforçada (setembro de 2006), é a da Re-fundação do PT. Isto me lembra a Reforma Religiosa de Martinho Lutero: Diante da venalidade da Igreja Católica, no seu tempo, lançou-se à Reforma. Mas com que fundamentação? Mediante retorno às máximas agostinianas do cristianismo da alta idade média, ou seja, à ortodoxia. Deu no que deu. Uma outra Igreja, sem autoridade central pontificando sobre os assuntos da fé cristã, mas mais rígida para enfrentar os desafios da modernidade que se anunciava. A tão conhecida como já discutível tese "weberiana" (*A ética protestante e o espírito do capitalismo*) da importância da Reforma para a consolidação do capitalismo é, cada vez mais, contestada por autores contemporâneos que encontram nas Repúblicas italianas dos Séculos XIV, XV e XVI expressões capitalistas perfeitamente ajustadas ao catolicismo vigente. Assim, o Ministro Tarso Genro talvez pretenda a sua re-fundação do PT: Expurgá-lo, com gestos grandiloquentes, dos petistas que caíram em pecado, simultâneo ao reforço da fé nos pressupostos da Igreja Petista. Quais? A metafísica do Partido de Classe e de um novo "internacionalismo" - terceiro -mundista -, a noção implícita do direito de uma pequena vanguarda em conduzi-lo dispensando a democracia interna e o direito das minorias dissidentes e a fé inabalável na inevitabilidade do socialismo como primazia do Estado nos vários campos sociais num entendimento de sua existência como quintessência ética. Fica faltando, claro, a noção do assalto (leninista) ao poder e a ditadura do proletariado. Mas aí, também, já seria demais...

O Ministro intuiu certo, mas pela metade. Trata-se não de re-fundar o PT, mas de re-fundar a esquerda brasileira, de forma a aproveitar o grande momento do PT e da Liderança do Presidente Lula para criar um instrumento capaz de construir uma verdadeira hegemonia popular no âmbito da sociedade brasileira e de projetá-la rumo às transformações que anseia. Trata-se, enfim, de abandonar o PT com os pressupostos que o criaram no seio do sindicalismo paulista de vanguarda e que constituíam - àquela época- gloriosa herança do movimento socialista. Trata-se, enfim, não só de transformar o PT mas de redefinir a própria esquerda brasileira, sempre atrasada relativamente às suas correspondentes européias de corte democrático. Isto é possível porque, na prática, o Governo Lula- e por sua pura intuição- já está fazendo isto. Mas claro, está fazendo sem suportes teóricos adequados, sem visão de futuro, sem a menor idéia de onde isto irá parar.

Aqui uma digressão histórica.

O PT nasceu, ap final da década de 70, como afirmação do novo sindicalismo brasileiro com epicentro no ABC paulista , como afirmação operária contra as várias propostas partidárias em curso no Brasil àquela época. Dispensou o conselho dos velhos comunistas, abrigados na Oposição Liberal do MDB, que defendiam a permanência neste abrigo sob a tese da UNIDADE das oposições até que uma derrota campal eleitoral (ledo engano) enterrasse a ditadura. Dispensou a hegemonia intelectual sob a liderança , até as eleições de 1978, de Fernando Henrique Cardoso que queriam um moderno partido socialista de corte social-democrata ao estilo europeu. Dispensou o forte apelo de Leonel Brizola que, então, já na Europa, juntava forças para a reorganização do trabalhismo histórico. Ao capital político-eleitoral de Brizola, ao capital intelectual da intelligenzia nacional, Lula, à frente das greves de 78/79 propôs um autêntico e inédito PARTIDO DOS TRABALHADORES, logo aclamado pelas correntes da ortodoxia marxista dispersos pela repressão, pelas comunidades eclesiais de base e grande parte do movimento sindical menos alinhado à velha burocracia trabalhista.

A iniciativa foi brilhante. Difícil nos primeiros tempos, logo impôs-se à opinião pública como uma proposta nova (autêntica) digna de atenção. Mas, ao mesmo tempo, o PT imprimia, com sua dinâmica própria, uma marca na esquerda brasileira. **Primeiro, era uma esquerda legal** e não sofreu contratempos, neste processo, até hoje. Os comunistas, ao contrário, no passado (1945/64) haviam crescido muito, mas sempre , com exceção do breve interregno da Constituinte até 1947 , quando elegeram Prestes Senador pelo Rio de Janeiro e um obscuro candidato à Presidência que chegou perto dos 10% dos votos (Yedo Fiúza) , sempre na clandestinidade. Em 1964 sobreveio o Golpe que logo tiraria de cena (1966), também, o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, pela ameaça eleitoral que constituía ao regime militar, cioso de guardar as aparências institucionais do Brasil para evitar conflitos diplomáticos externos - lembre-se que , enquanto os combatentes contra este regime eram presos, torturados e exilados , o país guardava sua *legalidade* , embora outorgada , e suas instituições políticas como Congresso, Partidos e eleições continuavam operavam. **Em segundo lugar, além de legais os novos atores da esquerda tinham não só bases efetivas, nos sindicatos, nas paróquias, como meios** para protagonizarem vitórias nos pleitos que se foram abrindo depois de 1982. Eram estruturas complexas e poderosas de sindicatos fortes que entravam em cena na defesa de campanhas eleitorais de seus dirigentes sem o menor constrangimentos pelo uso político e pessoal destas máquinas em benefício próprio (político). Afinal eles eram puros e melhores do que os outros candidatos, fossem da esquerda tradicional ou da *direita*. Isto continuou quando o PT ganhou as primeiras Prefeituras. O fato era tão natural e marcante que um certo Administrador Regional no Distrito Federal, no Governo de Cristovam Buarque (PT, 1995/99) mandou colocar em todos os formulários oficiais o símbolo do PT... Mas , também em consequência desta origem sindical, sempre enaltecida como positiva e inovadora , vinha um estilo de comportamento petista marcado pelo que se chama de **economicismo**, um seja uma concentração das energias da luta sobre os ganhos materiais de sua atuação e eventual gestão. A inflação galopante dos anos 80 e parte dos 90 só fez reiterar esta marca petista levando-o a um crescimento fantástico num prazo de vinte anos, tomando-se 1982 como o seu primeiro pleito, quando se dá a vitória aplastrante de Lula em 2002. **Mas legalismo, livre acesso à condições materiais jamais experimentadas pela esquerda brasileira e economicismo militante numa**

**conjuntura hiper-inflacionária soterraram as propostas ideológicas mais avançadas da esquerda brasileira** . Ninguém , nestes vinte anos que vão, grosso modo, de 78 a 2002, quis discutir projetos alternativos para o Brasil e programas efetivos de condução da luta política , com clara definição de inimigos principais e aliados eventuais.neste projeto. Em conseqüência, salvo as raras exceções que ainda sobrevivem nos quase folclóricos partidos de esquerda, liquidou-se a parte da geração de esquerda que não aderiu ao PT e com eles seus Partidos. Brizola é apenas um símbolo deste processo, ridicularizado pela intelectualidade e rejeitado pelos movimentos populares.

**Nesta rápida análise vêm-se dois dos grandes problemas do Governo Lula: A naturalidade no (ab)uso da máquina pública e o caráter fundamental das ações de seu Governo no sentido da política como resolução de problemas materiais dos mais necessitados.** O Estado, para os petistas, enfim, é o mecanismo natural de fortalecimento de seu Partido que se legitima pela capacidade de corresponder mecanicamente os anseios dos pobres ou mais pobres. Estes dois aspectos definiram o caráter da disputa no primeiro turno entre Lula e Alkmin e se refletiram no caráter dos resultados obtidos. Em que sentido? No sentido de que a tônica da Oposição foi a discussão ética, comprometida nos escândalos Waldimir Diniz, mensalão , dinheiro na cueca e dossiê dos aloprados , numa tentativa de isolar a influência de Lula das classes médias, e que o resultado das urnas refletiu o economicismo das ações sociais de Governo incidentes sobre as áreas mais pobres de todo o país e , particularmente, no Norte/Nordeste. Claro, o Governo Lula foi coerente com sua filosofia. Defendeu , mesmo sob o crivo da falta de ética, o seu instrumento de luta e vitória - o PT - , da mesma forma como todos os petistas usaram e abusaram das máquinas sindicais no passado e mudou o foco do Estado de instrumento do desenvolvimento econômico para veículo de construção da cidadania. Nada mais lógico! O PT nunca teve Projeto Nacional de Desenvolvimento, teve , sempre, fidelidade à sua luta pela reconquista dos níveis salariais engolidos pela escalada inflacionária. Legitimou-se aí, com muito mais força do que a esquerda ideológica tradicional. Com a vantagem de que esta esquerda estava e continua atônita depois da queda do bloco do socialismo real. No Governo, o PT assume sua natureza: Defende os mais pobres, direta e mecanicamente, sem rodeios, mesmo à custa da mediocridade nos índices de crescimento. E se bons resultados houve na área das exportações que não deixaram a economia desabar isto se deveu , na verdade, muito mais a um resultado defasado da recuperação da credibilidade do país no período FHC , do que a ação "ativa" sobre a política econômica por parte de Paocci. É evidente que este conservadorismo de Paocci ajudou muito a evitar com que o Governo Lula desabasse , como desabou Allende , no Chile, em 1970. Mas não foi o mais importante. O mais importante foi voltar a ação do Governo para a defesa dos mais pobres através da BOLSA-FAMÍLIA e outros programas sociais. Enfim, depois que FHC retirou o Estado da promoção do desenvolvimento, coube a Lula, recoloca-lo como veículo de incorporação social e construção da cidadania.

Vejamos o resultado das recentes eleições.

Dividiu-se o país entre o norte/nordeste vermelho e o sul/sudeste azul num desequilíbrio entre as duas candidaturas nunca visto nas últimas eleições. Elas tenderam a igualar "esquerda" e "direita" em todos os Estados. Em alguns casos tivemos o paroxismo de uma vitória de Lula e seus candidatos locais, como Bahia, Ceará e Sergipe na casa dos 70%. Em Minas, o mesmo índice, ainda por se explicar. Enquanto isto o sul maravilha, onde estão as aglomerações mais educadas e politicamente menos alienadas, tradicionalmente responsáveis pelo avanço dos ideais socialistas no país, optaram por Alckmin. Aqui e acolá, entre uma e outra destas macro-regiões, um herdeiro da nobre causa consegue furar o modelo. Caso do Agnelo, PCdoB, em Brasília, imprensando o adversário ao Senado Roriz com 46% da votação ou Valdez, PDT, no Amapá, sagrando-se Governador no primeiro turno.

Mas isto faz sentido? Norte?Nordeste maciçamente de *esquerda*. Sul *de direita*

Claro que não!

Os resultados não apontam para um avanço da esquerda no norte/nordeste e um recuo no sul. Apontam para o êxito economicista das políticas do Governo junto às camadas e regiões mais pobres e seu relativo fracasso na sustentação do crescimento econômico nas regiões mais dinâmicas.

Os resultados indicam, ainda, que o Governo está abandonando suas raízes históricas fincadas nas grandes cidades do sul/sudeste para arriscar-se à legitimação, indispensável à sua sobrevivência com o peso das políticas de assistência social. Ressalte-se também o caráter pessoal da vitória de Lula nestas regiões que com ele se identificam confiando-lhe o voto, aí seu carisma, não sua ideologia. Algo parecido aconteceu no tempo de Getúlio quando, no Rio Grande do Sul enaltecia-se-lhe a atuação e votava-se-lhe confiança independentemente de sua política. Este, enfim, o âmbito da liderança pessoal, empatia, sua capacidade de comunicação. É o princípio de identidade, importante fator de definição de preferência política. Afinal, a história de Lula é comovente para qualquer brasileiro trabalhador, mas é particularmente comovente para um nordestino pobre sempre à beira do colapso pessoal e social numa sociedade extremamente estratificada que, desde a colônia, jamais abriu espaços para a incorporação desta gente. É no sul/sudeste, também, mercê do padrão da colonização, abrindo espaços para a pequena e média propriedade no campo e na cidade, para a fragmentação político-administrativa que lhe segue, onde a classe média tem mais expressão na sociedade vindo, daí, a romper, cada vez mais, o domínio oligárquico. Pois é esta classe média que tem dado suporte a todos os processos de mudança histórica do país através do tenentismo que desemboca na Revolução de 30, na luta pela redemocratização em 45, na luta pelas Reformas de Base na década de 60, na longa luta pela redemocratização afinal conquistada na Constituição de 88. Pois esta classe média está perplexa, agora, frente à vitória do PT, do Lula, da esquerda no norte/nordeste.

Os resultados do primeiro turno são um alerta não um alento. Alguém de bom português deve procurar dizer isto ao pessoal do PT.

A sociedade brasileira, trabalhadores organizados, pobres, miseráveis e grande parte da classe média, com seus intelectuais, artistas, funcionários, empregados, professores etc, sufragou Lula quatro anos atrás para que realizasse um grande projeto de mudança não para universalizar o *Voto-Família* de triste origem no regime militar que teve, justamente no Norte/Nordeste sua sustentação eleitoral até a Constituinte, graças ao FUNRURAL e que se prolongou na Nova Republica com o Programa do Leite , chegando finalmente ao período FHC com uma vestimenta mais sofisticada . Esta sociedade está traumatizada com os escândalos, não há como negar, pois é ela a portadora e mantenedora dos valores tradicionais numa sociedade dilacerada tanto pela ganância desenfreada dos muito têm como dos que nada têm. Está perplexa sem saber se deve confiar em Lula ou atrever-se por outros caminhos, sejam mais à esquerda ou à direita. Esta sociedade está clamando por um Projeto de Hegemonia comandado pela liderança do Lula sobre a sociedade brasileira. Não um Refundação pífia do PT. A Hora é de pensar a esquerda brasileira, repensar o Governo Lula, redefinir os rumos de sua condução política para os próximos anos e isto só é possível mediante o concurso de todas as gerações-ainda vivas- que lutaram pela autonomia e liberdade desta nação e que não constituem patrimônio exclusivo do PT. Esta sociedade clama por uma REFUNDAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA COM VISTAS AO SECULO XXI que tenha um Projeto de Desenvolvimento Nacional que assegure, simultaneamente o crescimento da economia e a incorporação, tanto via mercado , como via políticas sociais, de milhões de brasileiros ainda à margem da sociedade e da política.

#### Votos para Presidente - Eleições 2002 e 2003

PRESIDENTE		Exceto Exterior					Brancos e Nulos
Turno	Região	Eleitorado	Votantes	Abstenção	Brancos	Nulos	Nulos
1º Turno	Norte	7.630.044	5.999.822	21,37	1,72	7,39	9,11
2º Turno	Norte	7.630.044	5.514.128	27,73	1,11	2,94	4,05
1º Turno	Nordeste	30.998.109	24.338.043	21,49	3,69	12,38	16,07
2º Turno	Nordeste	30.998.109	23.029.986	25,71	1,87	4,99	6,86
1º Turno	C. Oeste	8.026.080	6.581.066	18,00	2,01	5,62	7,63
2º Turno	C. Oeste	8.026.080	6.285.999	21,68	1,41	2,92	4,33
1º Turno	Sudeste	50.696.080	42.564.128	16,04	3,05	5,44	8,49

2º Turno	Sudeste	50.696.080	41.852.600	17,44	2,00	3,53	5,53	
1º Turno	Sul	17.833.494	15.283.906	14,3	2,89	5,45	8,34	
2º Turno	Sul	17.833.494	14.945.503	16,19	2,06	5,35	7,41	
	<b>PRESIDENTE</b>		<b>Exceto Exterior</b>				<b>Brancos e Nulos</b>	<b>% de Aumento do Eleitorado</b>
<b>Turno</b>	<b>Região</b>	<b>Eleitorado</b>	<b>Votantes</b>	<b>Abstenção</b>	<b>Brancos</b>	<b>Nulos</b>	<b>Nulos</b>	
1º Turno	Norte	8.817.390	7.149.435	18,92	1,43	4,58	6,01	15,56
2º Turno	Norte						0	
1º Turno	Nordeste	34.133.740	27.836.190	18,45	2,68	7,83	10,51	10,12
2º Turno	Nordeste						0	
1º Turno	C. Oeste	8.890.686	7.358.015	17,24	1,83	4,97	6,8	10,77
2º Turno	C. Oeste						0	
1º Turno	Sudeste	54.944.420	46.202.720	15,91	3,11	5,22	8,33	8,38
2º Turno	Sudeste						0	
1º Turno	Sul	19.040.335	16.232.397	14,75	2,74	4,14	6,88	6,77
2º Turno	Sul						0	

	% Votos		Válidos		
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul
<b>Lula</b>	<b>56,06</b>	<b>66,78</b>	<b>38,49</b>	<b>43,28</b>	<b>34,88</b>
<b>Alckmin</b>	<b>36,38</b>	<b>26,15</b>	<b>51,59</b>	<b>45,22</b>	<b>54,93</b>
<b>Heloisa</b>	<b>5,38</b>	<b>4,44</b>	<b>6,77</b>	<b>8,67</b>	<b>6,36</b>
<b>Cristovam</b>	<b>1,94</b>	<b>2,33</b>	<b>2,77</b>	<b>2,59</b>	<b>3,57</b>
<b>Ana Maria</b>	<b>0,13</b>	<b>0,15</b>	<b>0,14</b>	<b>0,12</b>	<b>0,14</b>
<b>Eymael</b>	<b>0,05</b>	<b>0,06</b>	<b>0,07</b>	<b>0,07</b>	<b>0,06</b>
<b>Bivar</b>	<b>0,05</b>	<b>0,09</b>	<b>0,06</b>	<b>0,06</b>	<b>0,05</b>

Fonte : DATAVALENTE

## ARTIGOS

#### 4. DIREITOS SOCIAIS: IMPERATIVO ÉTICO OU RAZÃO CONSENSUAL

*“Ao contrário do idealismo ético, o liberalismo democrático não visa à construção da sociedade justa, “sub ispécie atemitatis”. Mais modestamente, tenta permitir que as pessoas aqui e agora articulem suas necessidades e ideais e projetem uma base para a atual cooperação. Um liberalismo deste tipo não é apenas necessário, é a única maneira, hoje em dia, de todos podermos ser liberais”.*

*Bellamy Richard - o liberalismo a sociedade moderna. Ed. UNESP - São Paulo.*

A construção do mundo moderno está inequivocamente ligada à instauração do contrato, que institui no homem a dicotomia entre o inato e o adquirido, entre a natureza e a cultura. Devemos a Hobbes, sem dúvida, esta inauguração teórico-prática ao final das longas lutas travadas no séc. XVII na Inglaterra e que impunham este dilema moral: prosseguir com as guerras na tentativa de sua legitimação ou interrompê-las pelo direito. Para ele a história não é uma propedêutica suave mas uma maiêutica violenta. É o máximo de barbárie que aponta para o extermínio da espécie humana que introduz a civilização, não como imperativo moral, mas uma utopia da anterioridade. Assim o “destino do homem resume-se a uma dupla condição: a de fugitivo do pânico experimentado e a de prisioneiro do medo construído pela magnina do Leviatã...”.

A longa trajetória da democracia corresponde ao processo de modelagem do contrato. Primeiro, através de uma instituição idealizada como representativa dos interesses coletivos expressos num conceito restrito e vago de cidadania. Mais tarde, progressivamente como o lugar de articulação de mecanismos para a produção deste consenso. Daí o trânsito da “democracia liberal”, de fundamento ético, para o liberalismo democrático do final do século XX, incluindo nesta trajetória não apenas uma mudança política, mas uma redefinição do Estado e da razão soberana, muito menos complexa ao tempo de Hobbes. Neste trânsito, a passagem da cidadania como um atributo natural, inato, que faz de todos iguais perante a Lei, para a cidadania como igualdade nos direitos, vale dizer como construção desta igualdade pela ampliação das oportunidades entre socialmente desiguais.

Neste contexto histórico e teórico é que ganharam importância os “direitos humanos”. Simplesmente se poderia dizer que a noção mesma do contrato contemplava dois grandes âmbitos de direitos: aquelas indispensáveis à eliminação de diferenças perante a lei, que garantiriam a constituição da sociedade civil separada do Estado - direitos civis - e aqueles indispensáveis à participação no próprio processo contratual - direitos políticos. Em ambos casos o Direito e o estado são objetos distintos



da sociedade. Neste sistema de idéias clássicas à idéia da natureza sobreveio a idéia da razão. Depois vem a moral e a política. “O sistema do direito pode-se autodescrever como um produto da política ou de moral, mas não consegue compreender, mediante este tipo de autodescrição, aquilo que o torna diverso do sistema da política ou das construções morais. Mas se tudo se resolve na Política, então não há direito”. Este modelo de representação do Direito, do Estado e da Sociedade Civil expressava bem o ideal iluminista da razão a serviço do homem, colocando num extremo o Estado como razão suprema e noutra o reino a individualidade idealizada pelo Direito.

Nem mesmo a ampliação dos direitos humanos para o campo da ampliação das oportunidades que contribuiriam para o entendimento da cidadania como construção e da democracia como processo alterariam radicalmente este modelo clássico. Claro que ampliou consideravelmente o nível de bem-estar e liberdades públicas nos últimos 50 anos, mas rigorosamente continua fundamentado no tripé Estado-Direito-Sociedade Civil, onde se atribui ao primeiro a responsabilidade maior pela estabilidade de todo o modelo regulatório. Cada vez mais, porém, a própria modernidade vai se superando a si própria e “tudo que é sólido desmancha no ar”... O limite desta transformação é a passagem do Estado Liberal para a sociedade liberada na qual o modelo clássico baseado em princípios passa dar passagem ao modelo cibernético de consentimento sobre decisões. A razão comunicativa de Habermas.

Assim sendo, a questão da inclusão ou não dos direitos humanos transita cada vez mais do Direito, que o articula ao Estado, para a política, que o articula à própria sociedade. Enquanto discussão ética, inequívoco. Enquanto forma de realização, um paradoxo, “quando elegemos como ponto de partida a moral do respeito universal, então nos comprometemos considerar todo ser humano em objeto de respeito. O respeito a cada ser humano supõe o reconhecimento de suas necessidades básicas. Somente a atribuição de direitos sociais pode garantir a satisfação de tais necessidades e, por conseguinte, fornecer a todos os indivíduos as condições mínimas para a realização de uma vida digna. Ou se quisermos, resumindo o argumento do reconhecimento dos direitos sociais básicos segundo Maria Clara Diky (Direitos Humanos a Moral do Respeito Universal - Ver. Princípios Junho 95): 1) Todos os integrantes da sociedade moral possuem direitos. 2) O exercício de tais direitos supõe uma vida saudável e ativa. 3) A garantia de condições mínimas de subsistência é uma condição mínima para uma vida saudável e ativa. 4) A garantia de condições mínimas de subsistência é, portanto, desde sempre já pressuposta, quando os integrantes da sociedade moral se outorgam direitos. A atribuição de direitos sociais básicos é, assim, um princípio fundamental da sociedade moral.

A questão, entretanto, não é meramente moral, mas política! Como assegurar que estes princípios (válidos) sejam efetivamente cumpridos. No Brasil, a Constituinte inflamada de 1988 não teve dúvidas e regozijou-se de ser uma “Constituição-Cidadã no sentido de ter inscrito no Pacto os compromissos com Direitos Individuais, Coletivos e Sociais (Cap. I e II Constituição de 1988).

Realização suprema do avanço das forças populares naquele momento histórico o Pacto de 88 só viria a conformar, depois, as objeções teóricas à tamanha ampliação dos direitos humanos. Os custos de muitos direitos sociais ali inscritos soterram a palavra. Mais do que nunca, também, o ajuste da economia brasileira às exigências da globalização viria estreitar na prática do mercado os incluídos de fato na ordem contratual e não a realizar os princípios morais de equidade registrados no constituinte. Isso posto, argumentam as autoridades, pior para uns, melhor para todos, pois o Estado se supõe vir recuperando sua capacidade de financiamento e desta forma recompondo suas funções básicas de acumulação e legitimação.

Trata-se, pois, não só de proclamar ou inscrever os Direitos Sociais na Constituição, mas de vê-los implementados. Há aqui, também, a premissa moral, sem a qual nada valeria a pena ser discutido. Mas além da premissa moral que inscreve pela razão iluminista estes Direitos como responsabilidade do Estado, há que se rever a própria relação entre o Estado, O Direito e A Política. Já não se trata de democratizar o Estado e de ampliar a extensão dos direitos, mas de refazer a política. “O Direito fornece estabilidade e certeza artificial e contingentes assim como faz o Estado, que organiza a comunicação entre a política e o Direito. No entanto, enquanto a sociedade representa para si próprio o futuro como risco e o vincula por intermédio direito, o mesmo não se deixa juridicizar... Os limites do Direito, ou seja seu futuro dependem de sua estrutural incapacidade de lidar com o risco. Di Giorgio - Democracia, Estado e Direito na Sociedade Contemporânea, in Cadernos da Escola Legislativo, BH Julho de 1995

## **5. DIREITOS HUMANOS, ESTRATÉGIA DO SÉCULO XXI**

*As recentes intervenções internacionais de forças da OTAN E NAÇÕES UNIDAS na Bósnia , Kosovo e Timor Leste por razões humanitárias traz a tona a questão dos direitos humanos com, efeito desde a declaração dos direitos de 1948 ate agora um longo percurso marcou essa matéria . Duas conferencias internacionais , em 1968 em Teerã e em 1993 em Viena , lhe dão dois impulsos significativos : o primeiro conceitual que assegurou um nível de adesão(à defesa dos direitos humanos ) por quase 200 países; o segundo institucional , garantindo a criação do ALTO COMISSARIADO dos direitos humanos na ONU e apontando para a criação do TRIBUNAL INTERNACIONAL DE CRIMES CONTRA A HUMANIDADE , cujo o projeto básico foi objeto de uma conferencia internacional em junho de 98 , em Roma. Com isto direitos humanos deixou de ser uma bandeira de abnegados e passou a se constituir numa estratégia para o século XXI , a qual se inclina toda a comunidade internacional . Três princípios mostram o avanço conceitual : indivisibilidade dos direitos civis , políticos, Econômicos , sociais e culturais , universalidade na sua observância e indisponibilidade entre democracia , desenvolvimento e defesa dos direitos humanos . Estado e sociedade doravante, deverão empenhar-se na reorganização de seus sistema político, econômico e cultural , com vistas ao fortalecimento , respectivamente , do processo de legitimação via construção de uma cidadania universal cada vez mais ativa , de um crescimento cada vez mais equitativo e uma auto mania ( consciente) cada vez mais tolerante fundada na educação para o decidir , fazer conviver e ser.*

*Do ponto der vista institucional da criação do ALTO COMISSARIADO DOS DIREITOS HUMANOS elevou esta questão aos níveis já alcançados*

na Nações Unidas , pelo comercio , desenvolvimento e educação Há, agora, um centro efetivo de articulação internacional e não de pesquisa e de documentação como o CENTRO DE DIREITOS HUMANOS , capaz de levar a intervenção sobre áreas objeto de nações capitulares como crimes contra a humanidade .

*Este novo “ SISTEMA DE SEGURANÇA HUMANA” em escala mundial é a consequência natural da democracia com valor universal fundado ontologicamente na liberdade. É verdade que o século XX foi palco de algumas ilusões totalitárias como o fascismo , o socialismo-real e alguns regimes fundamentalistas islâmicos . Agora mesmo a china comemora seus cinquenta anos de revolução comunistas .*

*Isaac Deutscher morreu impressionado com longa duração do regime soviético , ainda então vigoroso mas todos acabam revelando-se transitor diante do imperativo moral , funcional sistêmico da liberdade . Liberdade não apenas para construir o processo amplo de representação ao nível de poder mas também e cada vez mais para desconstituí-lo. Hayeck , insuspeito assina-la :*

*“Ao governo que pode ser desconstituído chamo democracia”*

*Claro que DIREITOS HUMANOS não é uma panacéia para todos os males o do vindouro século. Mas se atentarmos para os desafios que temos pela frente : ELIMINAÇÃO DA MISÉRIA , LEGITIMAÇÃO DA POLÍTICA PELA A ATIVAÇÃO DA CIDADANIA , CONSTRUÇÃO DA AFETIVA OUTONOMIA HUMANA ATRAVÉS DA DESMONTAGEM DE TODOS AS FATORES QUE CONDICIONAM A ALIENAÇÃO , A FALSA CONSCIENCIA E A INSUFICIENCIA DO PENSAR , O FIM DA INTOLERANCIA , temos ai uma estratégia global da atuação jamais vista. Apesar dos cétricos e dos eternos inimigos da liberdade.*

---

## **6.A VERDADE SOBRE OS SERVIDORES APOSENTADOS**

O Governo Fernando Henrique vai ficar na historia como o algoz dos servidores públicos : Privatizações, terceirizações, enxugamento da maquina, congelamento salarial por dois períodos de governo, revisão das aposentadorias e duas, agora a terceira tentativa publicamente defendida como prioridade pelo novo Ministro da Previdência, de cobrar INSS sobre os inativos.

E se tudo der errado? Vão culpar o barnabe pela catástrofe. Ah afogados nativos!...

Mas será realmente o funcionário publico brasileiro um privilegiado que se deve banir na construção de uma sociedade mais igualitária e o inativo um peso morto no reerguimento da econômica nacional?

A resposta e muito simples: Basta indagar sobre a relação entre servidores públicos e o numero de habitantes em países com nível de desenvolvimento similar ou mesmo superior ao do Brasil. Ai descobre-se que não padecemos de nenhum inchaço ou gigantismo, mas ate de uma anemia crônica, principalmente nos serviço básicos de educação e saúde. E os salários? Recente publicação do IPEA (Boletim Estatístico-fv.2001) demonstra que ,efetivamente ,nos níveis mais baixos da administração publica ,os salários são um pouco mais elevados do que no setor privado, o que , alias, só revela o esforço que faz o Estado quanto ao imperativo redistributivista que se reclama urgente. Nos escalões intermediários ,os níveis são equivalentes entre publico e privado e, curioso, onde mais de condenam os servidores, no nível superior, onde se situa cerca de 30% do numero de funcionários da União, a media salarial e mais baixa do que no setor privado. Ou seja, os executivos públicos , se tivessem ido para o setor privado estariam ganhando mais. Restaria saber, enfim, se o Estado – União, Estados, Municípios e Distrito Federal teem condições de arcar com as despesas dessa folha salarial? Ora, houve tempo em que isto era problemático, mas, mercê dos próprios reajustes efetuados no setor publico e da legislação que determina tetos para este gastos isto já não e mais problema, excetuando-se, e claro, os novos Estados , alguns municípios do nordeste e centro –oeste e Brasília, que e um caso a parte. O grande problema não estaria, pois, no pagamento dos ativos, mas dos inativos. Daí a alegada necessidade da cobrança do INSS para reequilibrar a situação claramente deficitária entre o que o Estado arrecada dos e paga aos inativos. Já se cobra INSS dos servidores novos, regidos pela nova Lei Previdenciaria, mas os aposentados antes da aprovação da Lei , sobre os quais o Governo insiste em cobrar a taxa providenciaria continuam isentos. O Governo na defesa da sua tese mostra o déficit. Os aposentados, francamente apoiados pelo Congresso Nacional ,os seus argumentos, sobre os quais atrevo-me a acrescentar, como aposentado da União, alguns, na certeza de confirmar cada vez mais o equívoco governamental agora na goela do novo ministro, alias mais governista do que pefelista, eis que o próprio PFL rejeita sua reverberação.

O Governo mostra o déficit realmente grande da conta dos aposentados e exige o reforço de caixa. Mas esquece que a conta previdenciaria em qualquer situação nunca fecha . O montante do fluxo das contribuições providenciarias dos ativos, públicos ou privados, sempre sera menor do que o montante dos gastos com aposentadorias e pensões. Em qualquer lugar do mundo. Daí a necessidade, presente no regime previdenciario de hoje de se providenciar a capitalização das contribuições, segundo os segmentos contributivos, associada ao direito de opção dos trabalhadores por varias alternativas de desfrute no futuro.E` o Estado providencial substituindo o Estado providencial. Entao, ao fluxo das contribuições dos ativos se somara o resultado da

capitalização do fundo previdenciário no sentido de chegar mais perto do equilíbrio com os gastos finais, o que dependera sempre de alguma contribuição fiscal do Estado, dependendo, naturalmente do grau não de previdência mas de providencia deste Estado associado ao peso político da população afetada por esta questão. A Franca discute muito esta ultima questão.

Mas há outro equívoco na argumentação do Governo: Ele alega que os aposentados públicos nunca pagaram contribuição previdenciária.

Esquece-se este Governo ou finge não saber que grande parte dos aposentados de hoje , como eu , pagaram nos seus primeiros anos de vida funcional o IPASE – ou equivalente nos Estados -. Depois de 1964, como fruto do modismo de então, alastrou-se o regime celetista na administração pública, chegando a ser maior do que 50% do total dos funcionários com a disseminação de fundações, autarquias e outras quejandas mistificadores. Todos estes funcionários pagaram durante toda a sua vida a contribuição do INSS só deixando de fazê-lo depois da instituição do regime único pela Constituição de 1988, regulamentada pela União em dezembro de 1990. E ` exatamente por isto que a porcentagem de gastos da União entre servidores ativos e inativos ,depois daquele ano começa a alterar-se de um nível histórico de 20-25% para ate 50% nos dias atuais, pois o que se altera na equação e exatamente o deslocamento do custo das aposentadorias e pensões que seriam do INSS, para o qual estes servidores contribuíam, para o Tesouro. O erro, se houve, de parte do Constituinte, foi o de não ter transferido para uma conta especial do Tesouro o patrimônio previdenciário capitalizado destes servidores ,junto com o regime único, deixando a impressão de sinecura . Mas mesmo que os celetistas jamais tivessem contribuído para o INSS durante suas vidas funcionais ainda assim seria justo beneficia-los com o instituto da previdência do setor público, pois na pratica , o foram . Qual a diferença , por exemplo entre um medico da Fundação Hospitalar do GDF e outro da Secretaria da Saúde? Em boa hora o Governador Joaquim Rores acabou com esta historia de Fundações aqui em Brasília, as quais foram concebidas em meados do século passado sob a perspectiva de que se deveria separar as funções de planejamento das funções de execução. Hoje, a moderna teoria da administração faz justamente o oposto:diminui a distancia ate o consumidor final de forma a elevar o nível de qualidade dos serviços. O Governo Federal faria uma boa economia se seguisse o exemplo de Roriz Mas, enfim, o déficit dos aposentados alem de ser ate certo ponto normal e` também conjuntural. Foi provocado pela incorporação dos custos dos celetistas recompostos no regime estatutário, a partir de 1991, sem a adequação de mecanismos de financiamento compensatorios. Daqui a vinte anos , no maximo, quando provavelmente a maioria dos aposentados e pensionistas estiverem mortos, a situacao se reequilibrara automaticamente. Mas se for instituída a cobrança do INSS sobre os aposentados, alem de ofensiva ao principio do direito adquirido e `a inteligência do processo, ela jamais será retirada, enrijecendo o circuito do dinheiro publico que deve ficar, tanto quanto possível, ao sabor das contingência das lutas ( de classes, segmentos, sexos, regiões etc.) que conformam a vida democrática. O que e bem pior do que a criação de Fundos Especiais consolidados em legislação para tais setores, pois aqui se estará cristalizando uma situação em beneficio do próprio Estado.Mais um imposto. E que i-m-p-o-s-t-o!...

Paulo Timm – Economista do IPEA, ex-presidente do Sindicato e Conselho de Economia do DF. Presidente do CLAE –Centro Latino de Estudos para a PAZ. Brasília 28 de marco de 2001. Publicado no site [www.mosap.org.br](http://www.mosap.org.br)



21.12.2004

## Olga



Paulo

Timm\*

O lançamento do livro *Olga*, de Fernando Morais (Cia. Das Letras, 314 p. R\$ 34,00, logo seguido pela verdadeira explosão do filme nele baseado, do diretor Jayme Monjardim, traz à baila, mais uma vez, o significado do Governo Vargas no Brasil.

O livro de Fernando Morais é um relato (superficial) do que realmente ocorreu com Olga Benário Prestes em decorrência de sua participação na tentativa de assalto ao poder pelos comunistas em 1935, liderados pelo lendário Luiz Carlos Prestes. O autor é um jornalista consagrado por outras obras, dentre as quais *Chatô, o Rei do Brasil*, conhecido pela sua militância de esquerda nos últimos 20 anos. Não se trata de obra de historiador minucioso nem de pesquisador atento. Mas de um esforço para reavivar a memória sobre acontecimentos estigmatizados pela crônica durante mais de 50 anos e que estão a merecer maiores cuidados por quem os investiga. É sabido que o próprio Comandante Prestes, um dos mais dignos homens públicos deste país evitava falar sobre este assunto mesmo tendo passado, quando veio a falecer, na década de 90, tantos anos de sua realização. Como evitava falar de seu romance com Olga, com quem teve uma filha - Anita Leocádia, nascida numa prisão da Alemanha, para onde a mãe foi devolvida no mesmo ano, por ser natural daquele país.

Melhor apreciação do livro de Fernando Morais pode ser feita cotejando-o com outro relato, também, sobre o tema, de autoria do filho de Prestes, o historiador Yuri Prestes e do jornalista Willian Waack, um dos mais respeitáveis jornalistas brasileiros: *Camaradas - Nos arquivos de Moscou - A História Secreta da Revolução Brasileira de 1935* (Cia. Das Letras, 382 p.). Melhor fora que neste livro o filme se baseasse, pois aí encontraria mais material para amparar o verdadeiro contexto histórico que envolveu o romance de Prestes com Olga Benário. Yuri e Willian Waack revisaram os arquivos secretos do movimento comunista internacional daquela época, graças à Perestroika de Gorbachev, e conseguiram ver o que nem Fernando Morais, nem os velhos comunistas brasileiros, que não fizeram a autocrítica dos erros então cometidos, nem o filme de Monjardim viram: 1935 foi um grande equívoco do Partido Comunista Brasileiro impulsionado pelo aventureirismo do Komintern – órgão que sustentava, em todos os sentidos, as ações comunistas no mundo inteiro sob a rígida tutela de Joseph Stalin, o qual a estas alturas, para consolidar seu poder na recente União Soviética, já havia passado pelas armas mais da metade do glorioso Comitê Central de seu próprio Partido Comunista (que em 1917 havia conquistado o poder). Neste livro vai se descobrir que, se é verdade que houve repressão sangrenta aos comunistas de 1935 pela mão temível do chefe de Polícia Filinto Muller, que alcançou o Presidente Vargas, não é menos verdade que Olga Benário era uma agente do Komintern, vale dizer de Stalin, enviada ao Brasil para cobrir a re-entrada de Prestes no país com o objetivo de cometer uma aventura militarista tramada no exterior no interesse do que se chamava, então, princípio do internacionalismo proletário



(eufemismo que encobria a defesa primordial e intransigente de União Soviética acima de quaisquer outros interesses). Descobrir-se-á, principalmente, que jamais Stalin dignou-se a receber a corajosa mãe de Prestes em Moscou, em sua campanha internacional em defesa do filho preso, nem incluiu sua agente Olga, então presa na Alemanha, nos acordos de troca de prisioneiros negociado com este país por ocasião da assinatura do Pacto Ribentrop-Molotov. Por este famigerado e historicamente condenado acordo Stalin pactuava com Hitler a partição da Polônia e silenciava diante da investida do ditador alemão sobre a Europa Ocidental. Filme recém exibido pela TV-5, francesa, sobre Jean Moulin, o representante de De Gaulle na resistência francesa ao nazismo - e destacado chefe desta resistência - relata seu veto inicial à participação dos comunistas franceses no movimento justamente em consequência do que entendia como conluio deles neste Pacto.

Tanto no Livro como no filme *Olga* falta, também, um retrato mais acurado do que era a Alemanha em 1935, quando Olga foi deportada. Nesta fase Hitler ainda não reunia os poderes ditatoriais que o levariam a montar uma das máquinas totalitárias mais mortíferas do mundo. Estava a caminho, é certo, mas havia ascendido ao poder institucionalmente em 1933 e estava obrigado a obedecer as regras do Estado de Direito que chefiava. A invasão da Polônia se dá em 1939, a investida sobre a Europa Ocidental em 1940, a criação dos campos de concentração e extermínio, em 1942. Portanto, Olga não foi deportada para morrer, o que, infelizmente, para ela e mais quase 40 milhões de pessoas veio a acontecer na Segunda Guerra, mas para cumprir uma pena numa prisão num país até então aliado tanto do Brasil, como dos Estados Unidos e União Soviética.

Ora, se alguém matou Olga, pois, não foi Getúlio Vargas. Foi Stalin, que a enviou ao Brasil para uma malograda empresa e que se negou a defendê-la quando podia.

Ao livro de Fernando Morais faltam, ainda, as circunstâncias de 1935 no Brasil e os fatos mais concretos que conduziram à sua expulsão. Presa, aparentemente jamais torturada no Brasil, Olga foi conduzida à expulsão por uma decisão judicial emanada pelo Supremo Tribunal Federal, na vigência de um regime constitucional de pleno direito assegurado pela aberta Constituição de 1934, e cumprida por ordem do Ministro da Justiça Vicente Rao, insigne jurista. Seria, então, também, o presidente e membros deste Tribunal responsáveis pela sua morte. Então concluiríamos que Clovis Bevilacqua, insigne autor do Código Civil teve suas mãos sujas de sangue. Quantos brasileiros ainda hoje não são submetidos a infames torturas e supliciados até a morte em delegacias? Seriam, então, o presidente Lula e o seu ministro da Justiça seus carrascos?

A questão é que o longo período de Governo de Vargas encobre suas várias fases confundindo-se, com ou sem propósitos, períodos muito variadas da conjuntura nacional. A primeira fase de Vargas corresponde à vitória da Revolução em 1930 e o início de um período inequivocamente autoritário no qual se gestam as forças de uma transformação estrutural no país voltada para a sua modernização em termos de reorganização do Estado e dos espaços públicos para a afirmação da cidadania e do trabalho, da redefinição dos mecanismos de financiamento deste Estado e centralidade de suas decisões para a racionalização de sua máquina com vistas à consolidação do mercado interno, além da liquidação dos últimos vestígios da denominada República Velha. Isto lhe deu grande respaldo entre os tenentes inquietos da década anterior que

reverberavam as aspirações das camadas médias emergentes nas cidades maiores do país, mas lhe custou a eterna rejeição das oligarquias, obrigando-o a fazer intervenções salvadoras em todas as unidades da Federação. Em 1934 inicia-se um novo período, constitucional, quando Getúlio vem a ser eleito, embora indiretamente, o que, em si, não constitui nenhum óbice ao funcionamento do Estado de Direito Democrático, que se estende até o Estado Novo, proclamado em 1937. É neste interregno de acumulação de forças populares para a modernização do país que Getúlio vem a ser golpeado, à esquerda, pelo putsch comunista de 1935, no qual se dá a prisão de Prestes e Olga, e, mais tarde, pela direita fanática, liderada por Plínio Salgado. Estes dois golpes contribuíram decisivamente para a desestabilização da nascente democracia de 1934 levando ao período, este sim, mais duro e autoritário de Vargas que perdurará até o final de Segunda Guerra, em fins de 1945.

Tanto é verdade que 1935 se constitui num grande equívoco, não registrado nem pelo livro nem pelo filme *Olga*, que saindo da prisão, Prestes irá ao encontro de Vargas defendendo-o na permanência no poder, o mesmo vindo a fazer em 1950 quando o velho caudilho se candidata à presidência da República. Nada indica uma quizília pessoal entre estes dois líderes gaúchos, parceiros de um ideal de transformação estrutural do país. Vargas, sabe-se, ofereceu a Prestes, pela experiência deste, o comando militar da Revolução de 1930. Mas Prestes, adventício na esquerda, preferiu abandoná-lo indo ao encontro de Stalin para, numa tentativa golpista e infundada, tentar derrubá-lo cinco anos mais tarde. Relata a crônica que não raro os dois foram vistos, tanto no final de 1945 como na campanha de 1950 rindo e conversando amigavelmente, o que dificilmente ocorreria se o velho camarada, no alto da sua sempre e indiscutível dignidade pessoal, tivesse, realmente, ressentimentos contra Vargas. Não por acaso, enfim, retornando do exílio, em 1979, Prestes prefere o caminho do trabalhismo varguista liderado por Leonel Brizola, no Partido Democrático Trabalhista (PDT), aos caminhos do oportunismo dos seus antigos companheiros que enveredaram para outras experiências, justamente quando já estavam abertas as portas para a legalização da ação comunista no Brasil. Morre filiado ao PDT.

O livro e o filme *Olga*, enfim, constituem um grande êxito de público, mas um lamentável erro de avaliação. Outro erro. Justamente num momento em que mais precisaríamos da verdade histórica para construir um futuro sem mágoa nem repetição de equívocos como 1935.

*\*Paulo Timm é economista, anistiado político, professor da Universidade de Brasília, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro e fundador do PDT.*

## Eu absolvo!

28.09.2005



Por

Paulo

Timm

(\*)

Não sou Juiz nem jurado. Muito menos simpatizante do PT, do Lula ou do Deputado Zé Dirceu, embora sejamos, ambos, de uma geração que fez, cada um a seu modo, dentro de seus limites, o que era melhor a ser feito contra o regime militar instaurado em 1964. Mas convenhamos, as acusações contra ele no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e os discursos que contra ele assacaram alguns de seus pares, são simplesmente risíveis.

Sobre Zé Dirceu pesa a acusação do PTB, um partido espúrio na vida nacional e de triste origem pelas mãos do General Golbery, mago de tempos obscuros, de ser o chefe da quadrilha do "mensalão". Seu principal algoz neste processo, o crápula Roberto Jefferson, cujo nome desonra o grande iluminista americano e que já sequer é deputado, eis que expelido da Casa por voto majoritário de seus membros que o consideraram indigno de ali permanecer preservando-o, entretanto, como um respeitável ator nos programas partidários obrigatórios da televisão. Uma acusação, aliás, formalmente retirada pelos autores por razões que a própria razão desconhece e não endossada senão pelo imperativo legal de ocasião que a tornou morta-viva no Conselho de Ética. Nenhum documento a embasa, nenhuma prova testemunhal a sustenta, nenhuma prova se faz presente.

E lá se vai o acusado sentar-se como réu. Réu de quê? De um Conselho que se supõe no direito de cassar um mandato sem evidência do delito à honra parlamentar? Réu de conjecturas sob a alegação de que o julgamento é político e não jurídico. Ora, julgamento é julgamento, tanto faz se num campo de futebol, como na intimidade de um casal, ou no caso em questão.

Exige-se além das suposições eivadas sempre de preconceitos, emanções da alma e interesses alheios algo capaz de dirimir qualquer sombra de dúvida razoável sobre o julgado. Isto não existe no processo contra Zé Dirceu e ele, com rara respeitabilidade e competência o demonstrou durante toda a inquirição tendo, inclusive, a coragem de pontualizar a banalidade de indagações que insistiam em saber quem teria feito o convite para um certo jantar nesta ou naquela data, com o arremate de afirmações que ele não se lembrava de tê-lo feito, mas que não se envergonharia de tê-lo visto não ser desonroso à função que exercia tal gesto.

Com efeito, todo aquele que já ocupou um alto cargo na função pública sabe das exigências políticas para o exercício destas funções e que passam inúmeras vezes por reuniões sociais, almoços, jantares, grande parte dos quais incômodos senão indigestos. Mas faz parte do ofício. E a única exigência é de que não se transformem em instrumentos de facilitação pública de favores privados.

O Ministro Zé Dirceu, aparentemente, não é um homem de vaidades pessoais ou

sociais que, não raro, contaminam a vida pública. Muitos líderes do PT, Delúbio primo inter pares, são pródigos nisto. Começaram desfrutando os pequenos benefícios da mordomia sindical e acabaram, com a maior cara de pau do mundo, incorporando isto como um direito natural nas carreiras pessoais. Aí foram incorporando a máquina sindical, o carro, a parafernália de mídia, os almoços bem regados e outras cositas...

Curiosamente, Zé Dirceu não é deste time. Não vem da área sindical, não vem deste vasto campo de vícios que hoje condenam o PT à execração nacional. Zé Dirceu é um homem público, antes de mais nada. Peca, ou pecou, principalmente o Deputado Baba quando, em tom polêmico, justificou a cassação de Zé Dirceu por ter sido o guru da estratégia capitulacionista do Governo Lula. Ora, deputado, a eloquência não é nem nunca foi um elemento de convicção. Os gregos para se justificarem em seus pleitos associavam à oratória o uso dos argumentos, cuidando que não fossem tantos que acabassem destronando a própria razão. O Zé Dirceu não está sendo, no Conselho de Ética, avaliado pela sua conduta política ou por suas idéias, mas por eventual falta de decoro parlamentar. Misturar estas coisas, sob pena de cassar um sagrado mandato popular, não é apenas uma simplificação grotesca do processo de avaliação. É picaretagem! É a mesma picaretagem, com sinal trocado, feita por Roberto Jefferson e Severino Cavalcanti diante das câmeras. Frases de efeito sem conteúdo na verdade *in casu*.

O Ministro Zé Dirceu merece os aplausos e o respeito da nação pela forma como vem se conduzindo até aqui. Lembrou-me até o velho Brizola com quem convivi durante anos desde a fundação do PDT em Lisboa até sua morte. Ainda tem muito o que explicar como Coordenador da Campanha de Lula em 2002, o que pode até levá-lo a outro processo no Conselho de Ética. Mas neste processo, eu, que como disse não sou Juiz nem Jurado, o absolvo.

*Paulo Timm é Fundador do PDT e Professor da Universidade de Brasília.*

## Lula x Alkmin

O longo debate, ontem (9/outubro) , na TV Bandeirantes merece registro. Não tanto pelo que foi apresentado pelos candidatos em termos de Programas para o Brasil, mas pela importância de um confronto como este , decisivo para o segundo turno.

Será mesmo importante este tipo de debate. Acho que indiscutivelmente. Se mesmo assim não se tem clareza sobre os candidatos, pior seria se tivéssemos que voltar aos anos da ditadura para decidir pelos "santinhos" de cada um. Pelo menos , para os eleitores, que num domingo à noite, à hora do debate, ainda estão atentos. Pôde-se visualizar os candidatos, sentir-lhes o pulso, avaliar-lhes a performance diante da nação. Deveria haver mais debates e não menos. Outros canais deveriam insistir neste método e trazer os candidatos à revelação. Portanto, se o debate da Bandeirantes não foi "decisivo" foi, pelo menos, importante.

O que mostrou o debate?

Mostrou que não há , realmente, grandes diferenças entre os candidatos. Rigorosamente, Lula enfatiza o papel do Estado na incorporação de grandes massas marginalizadas do país. Recente estudo confirmou sua eloquência: os miseráveis , que ganham , pasmem!, até 121 mil reais caíram de cerca de 30% do Governo FHC para 22,% no Governo Lula, o poder aquisitivo dos baixos salários também aumentou embora lhe seguido de perto o aumento da carga tributária que confiscou 77% a mais dos mais pobres do que dos mais ricos. Já Alkmin tem uma visão no fundo, antiga sobre o papel do Estado: acelerador do crescimento econômico e do emprego. Enquanto um vê o Estado como promotor da cidadania o outro o coloca como indutor do desenvolvimento na crença de aí se construirá a cidadania . Isto não fica muito claro no discurso do Almin e , de certa forma , até o impede de falar sobre isto com clareza porque o Governo FHC, que lhe patrocina a sigla, retirou muito o Estado da área econômica. Fosse Serra no lugar de Alkmin o discurso tucano seria mais desenvolvimentista.

Curioso é que os tucanos vendem-se como modernos e os petistas são taxados como antiquados. Curiosamente, nada mais errado. Lula, com sua visão do Estado centrado na construção da cidadania está muito mais ajustado aos requerimentos da modernidade do que os tucanos. A vantagem dos tucanos não está no conteúdo, mas na forma. Eles são melhores do que os petistas no que fazem. E isto por uma razão muito simples: herdaram da máquina pública uma plêiade de tecnocratas que simplesmente rareiam no PT. O PT até teria muitos simpatizantes capazes de se colocar à altura dos tucanos. Grande parte da velha esquerda brasileira do Partidão, da antiga Ação Popular, dos aparatos públicos que jamais se facistizaram sob os militares até imaginavam que seriam aproveitados pelo Governo Lula. Vã ilusão. Sobraram... O modelo de quadro do PT é o Tarso Genro, o Marco Aurélio Garcia, e outros tantos valiosos *aparatchiks* que, embora intelectualmente qualificados, tiveram pouca vivência no manejo da coisa pública. Isto não é um mal em si mas define capacidades diferenciadas no processo de governo.

Outra coisa é o entendimento claro de cidadania no Brasil. Como nunca tivemos uma sociedade de cidadãos construir a cidadania é um desafio. Mas esquece o PT que o

conceito positivo de cidadania foi importado de uma realidade alheia à nossa. **Aqui, desde a colônia, cidadão é aquele que tem acesso aos privilégios do poder estabelecido e não um sujeito (contratual) de direitos e obrigações.** Incorporar, pois, a massa marginalizada no processo político sem uma clara cobrança de obrigações é, no mínimo, arriscado, no máximo, um processo tradicional de cooptação. Os intelectuais paulistas reinventaram o conceito de populismo exatamente para condenar este tipo de prática no século XX. Erraram, pois o cerne dos anos que vão de Vargas até 1964 foram anos de incorporação simultânea no mercado e no espaço público que corresponderam a demandas concretamente formuladas pela nação naquele momento. Hoje, o Governo Lula, embora muito bem sustentado pela suposta modernidade de sua orientação acaba, ele, sim, no que os sociólogos chamariam de populismo desenfreado. Eu prefiro debitar-lhe apenas a responsabilidade de dar sem cobrar uma contrapartida ao nível do Estado. A cobrança pelo voto recai no coronelismo, enxada e voto do Vitor Nunes Leal.

Mas o debate não revelou apenas o que escondeu.

Nunca há nocautes neste tipo de debate. Quem chega ali, com o perdão do trocadilho, é super-pesado. Não cai por pouco. Mas se Alkmin revela maior preparo, isto é inequívoco, Lula foi mais sereno. Alkmin até parecia o Lula frente ao Collor em 89: tenso, irritado, cheio de razão...E poderia ter se justificado dizendo: " Não estou nervoso, estou indignado, como indignado está o povo brasileiro". Poderia até ter acedido aos apelos de Lula e reconhecido que seu governo, o de Lula, conseguiu mesmo melhorar as condições gerais de vida dos mais pobres - até porque grande parte destes miseráveis talvez não votem -. Mas não. Insistiu num estilo imperial. Sobrou, então, para Lula o estilo que ele bem domina: "Paz e Amor...!" A meu juízo, pois, não houve propriamente vencedores ontem. Houve performances distintas. E uma inequívoca e evidente incapacidade de ambos para dizerem que, afinal, são um orgulho para um país como o Brasil de democracia tão recente. Ambos são social-democratas, ambos são homens com trajetórias públicas respeitáveis, ambos, unidos talvez constituíssem o grande caminho brasileiros para a uma modernização rápida e segura. Não há, rigorosamente, no Brasil uma Esquerda que está com Lula, e uma Direita que está com Alkmin. Isto é figura de retórica. Há uma social democracia popular com Lula, com ênfase no papel do Estado na construção da cidadania, ainda sob o crivo de um coronelismo "a outrance" e uma social-democracia tecnocrática com ênfase no crescimento econômico. A esquerda revolucionária foi-se com o fim do bloco soviético e a direita furibunda perdeu-se nos descaminhos do período militar. Restou-nos o espetáculo que estamos assistindo: Milhões de brasileiros, sem distinção ou proibições, indo às urnas ... E quanto nos custou esta liberdade...?

Paulo Timm, 62 - Economista do IPEA, Professor da Unb.



Paulo

Timm

Leio , com atenção e preocupação , as visões apocalípticas sobre o nosso tempo. Ora anunciam a decadência moral, ora os estertores de um planeta ameaçado pela poluição, ora o "fim da história". Não são poucos os autores que prenunciam o grande caos

Grande parte destas visões é severamente ácida e pessimista. E não raro termina se perguntando se o "homem " é mesmo mau, ou se o problema está nas instituições sociais. Um clássico, Rousseau, já dizia: "O homem é bom, a sociedade é que o corrompe " , no que outro clássico, Ortega y Gasset completaria: " O homem é o homem e suas circunstâncias". Já Freud e seus seguidores preferem ver a origem do mal no próprio homem que acaba levando a civilização para um inevitável "mal estar". Todos estes artigos, ou grande parte deles acaba, também, se indagando: - Afinal, quem (?) faz a história , quem são os responsáveis pelas adversidades que nos afligem? Aqui vale lembrar , também, outro clássico, Oscar Wilde. Dizia ele que o homem sofre de três tipos de despotismo: o do espírito, cujo déspota é o papa, o do corpo, cujo déspota é o soberano de turno e o pior deles, o do corpo e da alma juntos, cujo déspota é o próprio povo...Aqui , também, uma explicação do mal pela maldade do próprio homem (coletivo).

Não tenho respostas para todas estas questões, só mais indagações. E , talvez, algumas considerações.

Uma delas, se a modernidade foi tão desprezível para a humanidade como explicamos o ter passado de um bilhão de almas no início de 1900 para mais de cinco bilhões no final daquele século? O número de almas sobre um território foi - sempre -um indicador da eficiência de uma organização social. Não apenas novas famílias foram constituídas, mas muitas delas , melhor constituídas. É a primeira vez na história da humanidade que assistimos ao adensamento significativo de camadas intermédias que se constituem num baluarte do consumo de massas e de estabilização social e política de sistemas extremamente complexos.

Outra coisa: Há duzentos anos o pouco mais de meio bilhão de pessoas que habitavam o planeta viviam , com exceção de alguns marajás, muito mal. Os africanos padeciam de regimes escravocratas, os chineses morriam como moscas, os russos só viram o fim do regime de servidão no ano de 1860, os europeus padeciam da miséria ressaltada pelos cronistas da época. E as mulheres? E as crianças, tratadas no regime de verdadeira propriedade paterna, que tudo permitia em nome da tradição? Não existia, rigorosamente, classe média. A vida política? Um terror aristocrático, apesar da Revolução Francesa, da Revolução Americana ou da " Independência do Brasil". Não havia direito de organização sindical, de voto livre, secreto e universal, não havia direitos sociais como oito horas de trabalho diário, férias, aposentadoria e dezenas de outras vantagens hoje gozadas pelos trabalhadores , mesmo mais pobres, mesmo de

países subdesenvolvidos. O trabalho era penoso, tanto na agricultura, como na indústria nascente, como no lar. Até nas artes era difícil o virtuosismo pois as tintas dos pintores era contaminante, os poetas e literatos dependiam horrorosamente dos favores de poderosos senhores da terra- senhores do governo e do mundo. E os transportes e comunicações? Extremamente lentos, cansativos e baixíssima eficiência. Alguns navios de imigrantes alemães, por exemplo, que chegaram ao Brasil no século XIX levavam meses para cruzar o Atlântico. Metade da população morria no meio do caminho. E que dizer dos odiosos navios negreiros?

É certo que a modernidade cobrou e tem cobrado um preço muito alto em vários sentidos. Houve muita degradação ambiental. Houve inúmeras e colossais guerras, todas feitas em nome de razões discutíveis e um suposto amor à causas consideradas nobres, como a liberdade, a democracia e o socialismo. Ainda há muita miséria no mundo. E muita violência. Mas será que teria sido melhor pedir aos negros que continuassem escravos nas grandes plantações do sul dos Estados Unidos, de Cuba e do nordeste brasileira? Será que teria sido melhor exigir que as mulheres se dedicassem exclusivamente aos seus maridos e filhos sem qualquer direito a uma vida livre, onde pudessem chegar ao orgasmo sem culpa? Será que teria sido melhor continuar moendo os operários nas engenhocas primitivas que lhe consumiam dezoito horas de trabalho diário junto com dedos e braços esmagados? Será que teria sido melhor o sistema de ensino elitizado para os filhos de magnatas no eles mesmos padeciam do rigor de regimes disciplinares escabrosos. Será que teria sido melhor adormecer o mundo nos braços dos vitoriosos de Waterloo que selaram a Santa Aliança em Viena, em 1815?

Honestamente, acho que devemos pensar muito a respeito de todas estas questões. E lembrarmos-nos de que, em todas as épocas, há os pregoeiros do Armagedon, do Apocalipse, do fim do mundo, os quais procuram fazer a roda da história voltar atrás para purificar as nódoas de sua contemporaneidade. São os proclamados fundamentalistas que procuram a verdade não nas coisas em si, tais como aparecem, mas na palavra revelada de algum profeta de ocasião. Agora é a vez dos muçulmanos radicais. Já houve tempo em que a Igreja Romana queimava na fogueira os que não acreditavam que a Terra girasse em torno do Sol...E nem o fundamentalismo secular do "socialismo científico" inaugurado por Marx escapou deste desiderato, transformando o justo ideal em ferramenta da opressão. Outros haverá. E se seguirão milhares de jovens ingênuos capazes de se mortificar numa cápsula fatal para fugir ao caos.

Concordo que devemos dar um Basta(!) a muitos dos problemas que hoje nos afligem - e não são poucos. Mas há um historiador inglês que diz uma coisa interessante: Para os jovens, todo o passado é passado remoto. Eu mesmo noto isto quando, em classe, percebo os olhos atônitos de meus alunos quando lhes digo que conheci Getúlio Vargas pessoalmente e que me lembro da noite em que foi anunciado o famigerado AI-5 da ditadura militar, no fatídico 13 de dezembro de 1968. Pois bem, os jovens de hoje não podem esquecer- e nós, mais velhos temos a obrigação de lhes dizer - os horrores da vida pregressa. A falta de tudo. Tudo! Condições de sobrevivência, sempre condicionadas às intempéries do tempo e dos humores de inescrupulosos governantes. Falta das mais elementares liberdades civis, como o direito de ir e vir, como a propriedade, como o respeito à família, liberdades políticas, como o direito à livre expressão, organização e representação políticas, como os



direitos sociais consagrados no Século XX. E se todos estes direitos ainda não se estenderam a todos os cinco ou seis bilhões de almas que povoam o planeta, tratemos de consegui-lo. Pelo menos já dispomos das condições tecnológicas para tanto: dominamos a natureza. Os homens, estes sim, têm sido mais rebeldes. Serão intrinsecamente maus? Ou serão apenas vítimas de suas circunstâncias? Aos "maus" os conservadores propõem o rigor da lei e o reforço da moral. Às "vítimas" das circunstâncias, os mais progressistas contra-propõem a Reforma Política e Social. Em ambos, a firme determinação de dar um caráter rigorosamente prescritivo à sociedade baseado num entendimento comum sobre a "natureza humana".

Acho que devemos fugir das ortoxias. O mundo jamais se reconstruiu do nada. "Tudo flui", como dizia Heráclito, inclusive a história, a sociedade, e a própria moral. Um recente estudo de Mangabeira Unger, intitulado sugestivamente A PAIXÃO, propõe este caminho alternativo fundado numa visão modernista do homem que habita um contexto. Para ele, sinteticamente, a vida da paixão é a escola de liberdade (...) e o que vemos no mundo como um todo, que corresponde ao transe da personalidade, é o espetáculo do ser, o ser como algo que ultrapassa as formas distintas que assume provisoriamente e as representações diferenciadas dessa forma que acalentamos temporariamente." Essa ética do morar - sem pertencer inteiramente ao mundo, muito próxima da proposta do grande filósofo Heidegger, consiste em situar o contexto como uma forma social transitória dotando-o, pela via do ceticismo (subjetivamente competente) frente a ele, de uma crescente capacidade de transformação mediante uma postura de efetiva disponibilidade paciente e esperançosa, traduzida numa grande aliança do ardor com a ternura. Che Guevara já o advertiu no slogan: Hay que ser duro pero sin perder la ternura...

Há, certamente, a maldade, cuja origem reside no egoísmo da espécie ou nos desvios de sua psicologia ainda desconhecida. E há, também, o altruísmo, como uma obsessão do amor ao próximo cujo limite, não raro, é a liquidação da individualidade, também capitulada no desvio psicológico. Tanto que há quem diga (Arthur Koestler, in "Jano") que a humanidade torturou e matou mais gente por amor (a uma causa, a uma doutrina, a uma religião) do que propriamente por ódio. Mas a grande maioria das pessoas não são nem boas nem más, e, paradoxalmente, as duas coisas ao mesmo tempo, dependendo das circunstâncias. Reconheça-se, ainda, que, exatamente por tais circunstâncias, são social, moral e psicologicamente desiguais e lutam desigualmente pela sobrevivência, à qual se agarram como fazem todos os outros animais. E como estas circunstâncias sociais se deterioram em certos momentos a insegurança psicológica e moral também aumenta e com ela as tensões sociais e políticas. Daí a máxima de que o Direito - e, por conseguinte o Estado - numa sociedade desigual tem que se redistribuir desigualmente, pois que se constitui não como mera norma positiva mas como expressão suprema da ética humana.

O mesmo historiador inglês acima citado também não é muito otimista com o futuro. Costuma dizer que no final do século XIX pairava no mundo intelectual um sereno otimismo com relação ao futuro da humanidade. A razão imperava sobre o entendimento de tudo. E deu no que deu: guerras, violência, fome etc etc etc. Hoje, diz ele, ao final do século XX, isto mudou: - Há um generalizado pessimismo. Mas há um furo nesta argumentação, diz ele: - Os intelectuais de hoje podem estar tão enganados quanto seus pares há cem anos... Portanto, ainda há lugar para a esperança, desde que ela venha acompanhada, claro, da sabedoria que nos ensina - mais do que a

razão - sobre os seus fundamentos no amor e seu destino na solidariedade humanos.

*Paulo Timm, Professor da Unb e Economista. Fundador do PDT.*

## MIRIAM GLOBO x Heloisa PSOL

A entrevista do Bom Dia Brasil hoje pela manhã , na série da TV Globo com os candidatos à Presidência da República suscita um conjunto de reflexões.

Em primeiro lugar, é lícito cumprimentar-se a Rede Globo de Comunicações pelo esforço de ampliar o leque de consultas a todos os candidatos. Isto é um imperativo da Lei, mas é também um empenho que vai se consagrando nos meios de comunicação. Dar a todos os candidatos a oportunidade , mais ou menos equivalente , de se fazerem ouvir pelo eleitorado. Muito há , ainda , a se aperfeiçoar neste processo. Mas o Brasil está no rumo de ampliar o espaço público de sua difícil democratização. Tomara, apenas, que na próxima eleição não mais tenhamos o abuso deste direito à re-eleição que acaba confundindo o titular do cargo com o aspirante , em prejuízo dos outros candidatos. E que tenham corrigido esta pérola da nossa legislação de desincompatibilização que exige do chefe do Almoarifado da Prefeitura de Cacimbinhas que se retire do cargo em comissão que ocupa para se candidatar a vereador e não exige que Prefeitos , Governadores e Presidente , candidatos, também o façam...

Mas vamos *al grano* : Os jornalistas da Globo exageraram na dose, melhor dizendo, **as jornalistas**, e principalmente Mírian Leitão. Pressionaram a candidata Heloísa Elena até não poderem mais. Em alguns momentos queriam mais tempo para as perguntas do que o concedido para as respostas. É tábula rasa que isto não deve acontecer no jornalismo. Quem pergunta, pergunta. Acaciano! Não explica, nem dá receitas. Deixa o verbo por conta do entrevistado, principalmente quando o entrevista é um candidato à Presidência da República. Mas não foi isto que aconteceu. Do alto de sua pretensão Mírian quis, o tempo todo dar o ar da graça ,colocando, ou tentando colocar, a candidata numa posição ridícula como se nada entendesse de nada dos elevados assuntos da economia nacional. Isto aconteceu na questão dos juros e na questão da previdência.

Na questão dos juros Mírian Leitão insistia que a candidata queria baixar os juros por decreto num voluntarismo condenável à *ordem natural* das coisas. A candidata se defendia , peremptoriamente, dizendo que , *sim*, ia baixar os juros. Aí o quiprocó desandou... E por pouco a candidata perde a calma.

Mas afinal, quem tem razão?

Claro que a Heloisa !

Não existe ordem natural na economia. A economia como tentativa científica repousa, por certo, sobre o princípio da escassez: escassez de recursos naturais, escassez de capital, escassez de iniciativa empresarial e tecnológica etc. Um velho Professor de Economia, do Leste europeu, Kalecky, contemporâneo de Keynes, deixou-nos uma lição exemplar ao criticar os governos latinoamericanos que não tinham a menor responsabilidade fiscal ao acharem que poderiam cobrir gastos governamentais com emissões desenfreadas. Isto pesou muito na geração dos sábios tucanos que hoje pontificam no PSDB. Mas daí a imaginar inflexibilidade na condução da política monetária e fiscal é um absurdo. Tanto é absurdo que a própria Mírian passou o ano de 2005 criticando o Governo Federal por não forçar a baixa da taxa de juros. E agora vem tentar ridicularizar a candidata do PSOL?

Na questão da Previdência, outra incompreensão. Autoridades financeiras ortodoxas continuam insistindo que o país tem um desequilíbrio estrutural na previdência porque poucos funcionários públicos ganham aposentadorias vantajadas quando a grande massa de aposentados - e principalmente pensionaistas- ganham uma miséria. Insistem numa reforma que corte as aposentadorias integrais do setor público de forma a compatibilizá-las com as regras do setor privado. A Dona Mírian, como se sabe, reza por esta cartilha, o que é um direito dela. E tentou forçar a Senadora Heloísa a se justificar por ter ficado contra o Governo Lula no episódio que acarretou sua expulsão do PT e na criação do PSOL, insinuando que tal posição era a favor dos ricos (aposentados públicos) e contra os pobres (aposentados do INSS). Ora, tudo isto é um grande *imbroglio*. Os dados - que podem enganar qualquer um, e principalmente os desprevenidos- mostram realmente o fato : *A previdência gasta muito mais com menos do que menos com mais...* Poucos aposentados públicos ganham mais do que milhões do setor privado. Mas a pergunta deveria ser: E daí...? Salvo algumas exceções, isto é um reflexo da heterogeneidade estrutural e da especificidade do desenvolvimento brasileiro. Temos um nível salarial no setor privado ancorado na matriz colonial que insiste (naturalmente?) em não absorver os incrementos de produtividade do próprio setor privado. Um operário da Volks ganha quase quatro mil reais e o salário mínimo mal chega a dez por cento deste valor. É um nível médio de salários no setor público que rompeu com esta inércia e foi criando diferenciações tanto frente ao setor privado como internamente. Aí concorreu o tirocínio de próprio setor público ao longo de décadas para evitar que um juiz de direito, um delegado de polícia, um auditor fiscal, um executivo de alto nível da esfera pública tivessem seus salários compatíveis com esta qualificação profissional no setor privado. Tudo *natural*, como diria a própria Mírian. Ou ela queria que os salários na indústria de ponta, nos serviços de alta tecnologia, e os próprios salários da Globo ( Recor, Bandeirantes etc) ficassem regulados pelo mínimo vigente. Os salários altos da esfera pública, enfim, correspondem - com grande defasagem - aos salários altos do setor privado da economia brasileira. Coisas da heterogeneidade estrutural deste país. Mas dir-se-á que a regra da aposentadoria é diferente. Sim, é diferente, e pode até ser mudada. Mas isto não vai se

refletir no curto prazo de um mandato Presidencial pois que envolve direitos adquiridos na forma da Lei que são inarredáveis. Fazer proselitismo em cima de marajás já fez ( e desfez) um Presidente da República. Era tempo da Miriam saber disso. Além do mais, dizia Keynes, a longo prazo, todos estaremos mortos... A questão da previdência, portanto, só vai se resolver , no Brasil, a prazo curto, com o crescimento econômico, com o entendimento de que caberá ao Governo uma parcela de responsabilidade financeira neste processo durante um período de transição e por um rigor cada vez maior na execução previdenciária, evitando fraudes, omissões e evasão.

Para finalizar, uma última consideração metodológica sobre Política e Economia.

Economia , como proposta científica, é naturalmente, para Economistas. Uma proposta , aliás, difícil e complexa na qual passa-se décadas e décadas , senão séculos, discutindo academicamente. Rigorosamente, até hoje, não se produziu um consenso sobre seus diversos campos. Não é este o lugar para discutir tais divergências, mas que elas existem ninguém tem dúvida. Por uma simples razão: a razão instrumental que fez a modernidade contemporânea escapa às ciências sociais a que pertence a Economia. Quando tudo parece claro, como às vésperas de 1929, o edifício rui. Então , vamos devagar com o andor que o santo é de barro. Jornalistas econômicos, com sua emergência nos últimos anos na imprensa brasileira, trouxeram uma contribuição imensa à compreensão dos fenômenos econômico, mas seriam mais cautelosos se evitassem passar por entendidos numa área tão minada como a economia. Não há que confundir a notoriedade real dos comentaristas que ganham com isso grande expressão com autoridade sobre ostemas que falam.

Já a Política é o Reino da *Doxa* (opinião) no qual se constrói a razão comunicativa que legitima a democracia. Neste Reino não só tudo é possível como deve ser possível. Aliás é o Reino onde o impossível acontece justamente porque derivado da força que o constitui. Ele corresponde, um pouco, ao Reino da Tecnologia, que não se confunde com as ciências que lhe dão suporte. Edison e tantos outros inventores não eram cientistas. Eram inventores. Assim, os verdadeiros políticos são inventores de soluções inimagináveis e aparentemente impossíveis e que magicamente acontecem como resultado de uma espécie de imantação carismática . Aí, portanto, numa hora de eleições à Presidência da República tudo é válido e deve ser , como tal ,tomado e respeitado. Sem chacotas. Sem arrogância.

PAULO TIMM, 62 – Economista IPEA e Professor da Universidade de Brasília. Ex-Presidente do Conselho Regional de Economia D.F.



## OPÇÃO SIMPLES

### *Proferir palavras e fazer ações – Máxima helênica para a virtude*

Às vésperas do pleito que definirá o futuro Presidente da República confesso que tenho muitas dúvidas . Lula ou Alkmin? Grande parte de meus amigos mais próximos inclinase até pelo voto nulo, outros pela opção denominada Taboão da Serra, ou seja, uma saída à francesa justificando a ausência numa cidade vizinha . Outros, até antigos militantes da esquerda optaram pelo Alkmin.. Eu, que tenho uma vida inteira, com mais de sessenta anos, me dedicado à militância pela redemocratização do país como caminho para a construção de uma sociedade mais justa, não me conformo com isto. Prefiro uma reflexão que faço pública aos amigos, filhos e outros mais próximos. Vejo-me, até , constrangido a isto.Na eleição passada fiz esta mesma reflexão e votei em Serra. Não me arrependo. Mas hoje o papo é outro.

O que me dizem as alternativas em jogo?

Em comum, a meu ver, elas apresentam a vantagem de ser uma espécie de *luxo*. Que quero dizer com isto? Que vejo tais candidaturas emergirem de partidos políticos que constituem uma vanguarda do ideário progressista no mundo inteiro: a social-democracia. Desfeitos os sonhos do socialismo revolucionário, desatualizando-se, mesmo, a questão da Revolução no mundo ocidental – o que só se efetivou mesmo nos anos 70 – a social-democracia recuperou sua dignidade histórica como instrumento de administração do conflito capital – trabalho e de confecção da história. A sua perda de fôlego circunstancial , a partir dos anos 80, em decorrência da crise fiscal de um Estado Providencial , da ofensiva neo-liberal Thatcher – Reagan e da derrocada do socialismo real não lhe retirou o registro das grandes conquistas do pós-guerra, contribuindo para criar um ambiente de paz e prosperidade repartida na Europa e em alguns outros países do terceiro mundo que se arriscavam a um processo de industrialização tardia como Brasil, México, Argentina e Índia. Ora, no Brasil, chegamos ao ponto de convergência político-partidária em torno de dois partidos social-democratas. Um de massas - PT, um pouco mais à esquerda, talvez pelas suas origens , outro- PSDB, de quadros, um pouco mais conservador , com predominância de quadros tecnocráticos e intelectuais na sua organização. Mas são, ambos, inequivocamente , comprometidos com um programa de rupturas pactuadas que conduzam à ampliação das liberdades públicas e da melhor redistribuição da renda no país. Onde, pois, o luxo? No fato de que o processo político brasileiro amadureceu para um horizonte no qual inexistem opções ,quer revolucionárias, à esquerda, quer golpistas ou segregacionistas , à direita, que pudessem colocar em cheque as instituições. É claro que a campanha eleitoral não deixa espaço

para a confirmação do que afirmo , mas isto é perfeitamente natural e compreensível. Curiosamente, tanto Tarso Genro, por parte do Governo do P T, como o insuspeito Senador Antonio Carlos Magalhães adverte para a imperiosa necessidade de conversações logo após o pleito.

Mas aqui uma pequena reflexão: Por que chegamos ao ponto em que chegamos, de marginalização das propostas mais radicais no processo político? Creio porque se processou, a contento, uma profunda mudança nas elites que comandam a vida pública brasileira. Há pouco mais de vinte anos, às vésperas das eleições para a Constituinte, o país ainda vivia sob o espectro de lideranças mais radicais, à esquerda e à direita. Naquela época até mesmo os dois grandes líderes dos atuais partidos PT e PSDB, Lula e Fernando Henrique Cardoso , para não falar de Leonel Brizola, Prestes e tantos outros, como o próprio Roberto Freire à frente do velho Partidão e pelo qual viria a ser candidato à Presidência , situavam-se muito mais à esquerda do que hoje. Do lado conservador as coisas não eram muito diferentes: Remanescentes da ARENA , no PDS, no PP de Tancredo Neves, ou nas entranhas ainda vivas do autoritarismo ainda armavam suas malvadezas incrédulos no processo de abertura. Mas a lenta, segura e gradual redemocratização arquitetada pelos próprios militares foi criando um ambiente de estabilização que, pouco a pouco, foi absorvendo as propostas mais radicais de um e outro lado. Registre-se, sobretudo, o exitoso plano de FHC de, ao perceber a inviabilidade de sua liderança no campo de uma esquerda ocupada por Lula e Brizola, voltar-se, engenhosamente mais à direita de forma a ocupar-lhe o lugar, já que suas figuras tradicionais ou estavam demasiado comprometidas como o regime anterior como Jarbas Passarinho , ou desfiguradas publicamente pelo envolvimento com sucessivos escândalos, como Paulo Maluf, para não falar de ACM... Eis, pois, a origem do luxo a que chegamos com dois adversários que, por serem muito parecidos em suas percepções e propostas para o país , não trouxeram no seu confronto uma clara distinção de perspectivas para o nosso futuro, dando a impressão de uma campanha morna e restrita a conflitos de natureza pessoal e administrativa e com resultados muito mais expressivos de um estrito economicismo do que de um descortínio de horizontes próprio da Política.

Restaria, claro, indagar sobre as potencialidades de um ou outro dos partidos em disputa, o PT e o PSDB, virem a abrigar um novo umbral hegemônico para as forças sociais interessadas num processo de ampliação das liberdades públicas e de incorporação do conjunto da sociedade brasileira ao mercado e à cidadania. E sobre os riscos de cada uma destas opções.

Aqui me inclino pelo PT. E não apenas o PT, mas pelo seu intérprete maior nesta conjuntura, o Presidente Lula. **Acho que eles constituem o núcleo- bloco histórico-capaz de reorganizar o que se denomina esquerda brasileira para as próximas décadas.** Têm uma origem popular e democrática inequívoca e uma trajetória de êxitos políticos nos últimos anos que os credenciam para isto. Nenhum outro partido, nenhuma outra liderança os superou. A herança trabalhista mais autêntica morreu com Brizola. O



PDT que lhe sucede, apesar do esforço do Cristovam Buarque, é uma caricatura da Carta de Lisboa, de 1979. Sequer um folclore... A tradição comunista herdada dos anos 30 e que ganhou imenso relevo na cultura política do país reduzida a um partido que se desfaz ideologicamente sob a vaidade de Roberto Freire. A nova esquerda sob a égide do PSOL de Heloisa Elena, que fez brilhante papel no primeiro turno, não sobreviverá a este pequeno sopro. Falta-lhe vertente social definida, falta-lhe densidade ideológica, falta-lhe vigor para o exercício de uma clara hegemonia sobre a complexa sociedade brasileira, mais além do moralismo.. Portanto só o PT e Lula, maior do que ele, estão credenciados à este verdadeiro desafio dos próximos anos. Chego a me perguntar, até, sobre o que será de nos nessa vastidão de injustiças gritantes associadas ao crime organizada se não contarmos com eles. Não se trata aqui, como propõe Tarso Genro, de refundar o PT, devolvendo-lhe a ingenuidade perdida. Mas de refundar a esquerda brasileira com vistas a capacitá-la a formular um projeto hegemônico à sociedade brasileira para as próximas décadas..

Nem me refiro quanto a isto ao PSDB porque nem passa pela cabeça de sua liderança enfrentar tal questão. Suas opções repousam cada vez mais na sua capacidade de *hegemonizar*, sim, o campo conservador de forma a evitar a revitalização de alguma sombra do passado. E isto é muito bom...

Minha opção, portanto, passa muito acima do que hoje se constituem os principais óbices à candidatura de Lula, dentre as quais sua suposta traição aos ideais populares mais nobres e às virtudes também nobres do exercício da vida pública. Tenho para mim que ele tem imensos pecados na condução de sua equipe de governo, toda ela recrutada nos seus mais próximos companheiros comprometidos com uma concepção sectária e *aparelhista* do Estado e de lamentáveis aliados de uma excrescência partidária que teima em se fazer presente (em qualquer governo) em troca de favores, numa re-edição triste da *patronagem do II Império*. Foi um erro e não pode se repetir sob pena de ficar esta experiência historicamente comprometida.. E acho que Lula perdeu também , pela imaturidade de sua equipe econômica deslumbrada com o elogio adversário, uma imensa oportunidade para impulsionar o crescimento já no segundo ano de governo. Custou muito a baixar os juros , como FHC custou a flexibilizar o câmbio, em ambos os casos atrasando a recuperação da economia. E com o custo adicional , no caso de Lula, de se lhe debitar, nesta ortodoxia, a proclamada traição ao programa popular. Mas, felizmente, as próprias mazelas do (dês)governo acabaram sepultando Paloci e sua equipe, despreparada para a condução de uma responsável política econômica de crescimento com estabilidade monetária e fiscal abrindo caminho para uma direção da política econômica.

Quanto aos riscos de uma reeleição de Lula ou eleição de Alkmin diria o seguinte:

O grande risco com Lula não é político. Politicamente Lula é até uma salvaguarda na conjuntura atual frente à inquietação dos movimentos sociais. Mas corre o risco do futuro Governo Lula desmoronar economicamente. O déficit fiscal do próximo ano salta aos olhos. E a tentação populista ronda seu futuro Governo na ausência de um claro programa de incorporação à cidadania mais além da política assistencial.

Já o risco de uma vitória de Alkmin, mais cercado pela tecnocracia ortodoxa, é de natureza política. Chegando ao Governo Alkmin instauraria um período de austeridade fiscal, indispensável ao equilíbrio das contas públicas, mas, por si só nefasto à estabilização social. Sem raízes nos movimentos mais organizados, correria o risco de instalar no país uma fase de turbulência jamais vista coincidindo, aí, com um mundo ao redor conturbado pelo terrorismo que lhe poderia contaminar levando o país ao caos.

Entre o risco do descalabro econômico, mais controlável, e o risco do descalabro político, fico com o primeiro e reforço minha opção por Lula.

Mas ficam algumas expectativas nesta minha opção por Lula. Ah, vãs ilusões que nunca se acabam... Como se fossem artifícios inventados pela nossa imaginação para ludibriar a mera passagem do tempo e o medo da morte...

A primeira, que lidere um processo de reorganização da esquerda brasileira de forma a construir uma alternativa estratégica de longo prazo no rumo das rupturas pactuadas que deveremos enfrentar num prazo mais longo. Há que entender que não se cria esta alternativa “para a gente”, aí entendido o PT, seus dirigentes, seu Governo ou tudo a que lhe refira monopolicamente, mas para aquela parte da sociedade brasileira politicamente organizada e interessada neste processo. Qualquer deslize aqui será fatal porque reeditará uma concepção vanguardeira de novo estilo inadmissível nos tempos atuais. Um bom indício neste sentido é o anúncio de Tarso Genro sobre os critérios de nomeação dos futuros ministros.

A segunda, que defina o papel do Estado nesta nova etapa da vida brasileira como um duplo mecanismo de promotor da cidadania, que não se reduz ao *Bolsa Família-Voto*, e de indutor do desenvolvimento, que não será, como nos tempos do ISEB, estritamente nacional, tendo em vista a importância da estabilização monetária e fiscal para a melhor inserção dinâmica do país nos fluxos de tecnologia, investimentos e informação estratégica do mercado internacional. Retirar as pessoas da miséria, tal como fez Lula nos últimos anos é importante, mas é também importante não transformar isto num processo de redução da política ao *economicismo*, à troca de favores entre estado e eleitores, ao lado mais indigno do que se convencionou chamar de populismo. Para isto o seu Governo deverá liderar, a par com a reorganização da esquerda, uma ampla

Reforma Política que restaure a soberania popular representativa em todos os níveis da República , o que significa rever os critérios nacionais que comandam o Poder Legislativo, dentre eles a revisão do Senado, a *desmonopolização* dos Partidos sobre os direitos de representação , a revisão do pacto federativo de forma a fortalecer as bases locais desta representação, a ação sobre a construção de canais de comunicação mais avançados entre Estado e Cidadania mediante vigorosa ação de incorporação educacional e digital.

Aqui duas observações finais:

A primeira sobre educação. Que não tenha sido em vão a proclamação de Cristovam Buarque. Um compromisso obsessivo com a qualidade da educação básica é um preâmbulo para qualquer projeto de mudança das nossa precária situação social rumo a **um estatuto da cidadania fundado sobre a consciência de cada brasileiro sobre seus direitos e obrigações**. Bolsa-Família pode tirar da miséria mas não tira seus beneficiários do mundo da escuridão que os cerca há séculos. Nossos adultos, mesmo alfabetizados, em sua grande maioria não sabem o que lêem ; nossas crianças estão mergulhadas numa escola de nível baixíssimo, sem acesso a texto básico indispensável em qualquer sistema que se digne a ensinar a ler e a escrever e compreender o mundo, nossas escolas públicas e nossos professores abandonados à própria sorte. O objetivo, aliás, da educação não é só ensinar aos que sabem o que eles ainda não sabem, mas capacitá-los para serem outras e novas pessoas verdadeiramente habilitadas à verdadeira inserção social e econômica. Isto é ética. Este o caminho do Estado de compromisso social como indutor da cidadania na construção de um país livre e soberano do futuro. Uma cidadania, na verdade, cada vez menos regulada e cada vez mais centrada sobre os elementos subjetivos de sua identidade responsável.

A segunda, sobre meio ambiente. A transformação da campanha em palanque eleitoral maniqueísta no segundo turno não trouxe à baila questões fundamentais da crise energética mundial e nacional reduzindo-se a sublinhar o apoio à construção de mais uma Usina Nuclear em Angra. Triste!. A questão nuclear inaugurou um novo calendário sobre o planeta sobre o qual se desenha ainda o esgotamento dos recursos naturais e o efeito estufa com graves repercussões sobre o clima. Mas nenhum dos dois candidatos deu ao tema a devida importância, nem a sociedade, aliás, o exigiu. Lamentável! Esperemos que , com o novo desenho das forças progressistas em jogo no futuro governo e com os resultados de uma obsessão com a educação básica de qualidade, a nova cidadania se instaure como um compromisso dos brasileiros na construção de novos rumos para a modernidade ocidental. Já é tempo de dizermos a que viemos no concerto mundial e não simplesmente de copiarmos modelos de modernização alheios. Darcy Ribeiro, no rastro perdido de Gilberto Freire, sempre costumava dizer que nós, brasileiros, ibéricos, latino-americanos, somos os mais legítimos herdeiros da cultura helênica porque amamos a liberdade e praticamos , até por força das circunstâncias históricas, um igualitarismo do leito, que nos fez , ainda que pela violência do colonizador branco, um povo novo, orgulhosamente mestiço mas sem ressentimentos e

rancores, dotados de uma dose incompreensível de otimismo frente ao futuro. Um povo poético e musical.Extraordinário.....

*Um rei fraco faz fraca a sua forte gente*, como dizia Camões. Não é este o caso de Lula. Seria , na conjuntura, o de Alkmin, que não é lhe é inimigo, mas simples adversário de circunstância, eventual aliado num futuro de rupturas pactuadas frente a uma matriz colonial que ainda persiste, dependendo do próprio Lula, do PT, e das forças que conseguirem reorganizar em torno de seu Governo. Lula *locuta* e, ao falar, é um pedagogo da cidadania. E , como governo, algo fez e mais pode fazer , e em fazendo e fazendo direito, vir a ser um candidato à virtude que poderá imortalizá-lo como um herói moderno. Um herói de carne e osso, tão real quanto o herói lendário grego, cheio de erros e virtudes, nada ideal. Ou liquidá-lo, junto conosco, ou seja, com todas as gerações que lutaram por mais autonomia e mais liberdade *para-nós* durante séculos.

Lula! Opção simples. Jamais

simplória.

Paulo Timm- Professor da Unb, 62. Fundador do PDT e Anistiado Político.

[paulotimm@hotmail.com](mailto:paulotimm@hotmail.com)

O Brasil existe sim!

***Proferir palavras e fazer ações*** – Máxima helênica para a virtude

Abertas as urnas, feitas as contas, o mistério desfez-se: Lula ganhou com boa margem sobre Alckmin chegando, em alguns Estados, como Amazonas e Maranhão a perfazer mais de 80% dos votos. Um fenômeno que, se não chegou aos 60 milhões desejados pelos seus corriligionários, foi por pouco, pois chegou aos 58 milhões.

Mas o que diziam as alternativas em jogo?

Em comum, a meu ver, elas apresentavam a característica de ser uma espécie de *luxo*. Que quero dizer com isto? Que tais candidaturas emergiram de partidos políticos que constituem uma vanguarda do ideário progressista no mundo inteiro: a social-democracia. Desfeitos os sonhos do socialismo revolucionário, desatualizando-se, mesmo, a questão da Revolução no mundo ocidental – o que só se efetivou mesmo nos anos 70 – a social-democracia recuperou sua dignidade histórica como instrumento de administração do conflito capital – trabalho e de confecção da história. A sua perda de fôlego circunstancial, a partir dos anos 80, em decorrência da crise fiscal de um Estado Providencial, da ofensiva neo-liberal Thatcher – Reagan e da derrocada do socialismo real não lhe retirou o registro das grandes conquistas do pós-guerra, contribuindo para criar um ambiente de paz e prosperidade repartida na Europa e em alguns outros países do terceiro mundo que se arriscavam a um processo de industrialização tardia como Brasil, México, Argentina e Índia. Ora, no Brasil, chegamos ao ponto de convergência político-partidária em torno de dois partidos social-democratas. Um de massas - PT, um pouco mais à esquerda, talvez pelas suas origens, outro- PSDB, de quadros, um pouco mais conservador, com predominância de quadros tecnocráticos e intelectuais na sua organização. Mas são, ambos, inequivocamente, comprometidos com um programa de rupturas pactuadas que conduzam à ampliação das liberdades públicas e da melhor redistribuição da renda no país. Onde, pois, o luxo? No fato de que o processo político brasileiro amadureceu para um horizonte no qual inexistem opções, quer revolucionárias, à esquerda, quer golpistas ou segregacionistas, à direita, que pudessem colocar em cheque as instituições. É claro que a campanha eleitoral não deixou espaço para a confirmação do que digo. Mas veja-se que Tarso Genro, por parte do Governo do P T, como o insuspeito Senador Antonio Carlos Magalhães, já advertiram para a imperiosa necessidade de conversações logo após o pleito. E Lula, vitorioso, na audiência relâmpago de ontem, foi incisivo: “-Quero conversar com todos os Partidos!”

Mas aqui uma pequena reflexão: Por que chegamos ao ponto em que chegamos, de marginalização das propostas mais radicais no processo político? Creio porque se

processou, a contento, uma profunda mudança nas elites que comandam a vida pública brasileira. Há pouco mais de vinte anos, às vésperas das eleições para a Constituinte, o país ainda vivia sob o espectro de lideranças mais radicais, à esquerda e à direita. Naquela época até mesmo os dois grandes líderes dos atuais partidos PT e PSDB, Lula e Fernando Henrique Cardoso , para não falar de Leonel Brizola, Prestes e tantos outros, como o próprio Roberto Freire à frente do velho Partidão e pelo qual viria a ser candidato à Presidência , situavam-se muito mais à esquerda do que hoje. Do lado conservador as coisas não eram muito diferentes: Remanescentes da ARENA , no PDS, no PP de Tancredo Neves, ou nas entranhas ainda vivas do autoritarismo ainda armavam suas malvadezas incrédulos no processo de abertura. Mas a lenta, segura e gradual redemocratização arquitetada pelos próprios militares foi criando um ambiente de estabilização que, pouco a pouco, foi absorvendo as propostas mais radicais de um e outro lado. Registre-se, sobretudo, o exitoso plano de FHC de, ao perceber a inviabilidade de sua liderança no campo de uma esquerda ocupada por Lula e Brizola, voltar-se, engenhosamente mais à direita de forma a ocupar-lhe o lugar, já que suas figuras tradicionais ou estavam demasiado comprometidas como o regime anterior como Jarbas Passarinho , ou desfiguradas publicamente pelo envolvimento com sucessivos escândalos, como Paulo Maluf, para não falar de ACM... Eis, pois, a origem do luxo a que chegamos com dois adversários que, por serem muito parecidos em suas percepções e propostas para o país , não trouxeram no seu confronto uma clara distinção de perspectivas para o nosso futuro, dando a impressão de uma campanha morna e restrita a conflitos de natureza pessoal e administrativa e com resultados muito mais expressivos de um estrito *economicismo* do que de um *descortínio* de horizontes, próprio da Política.

Restaria, claro, indagar sobre as potencialidades de um ou outro dos partidos em disputa, o PT e o PSDB, para abrigar um novo umbral hegemônico para as forças sociais interessadas num processo de ampliação das liberdades públicas e de incorporação do conjunto da sociedade brasileira ao mercado e à cidadania. E sobre os riscos de cada uma destas opções, que deve ter pesado em muitas consciências mais esclarecidas.

Vejo os dois Partidos como os dois mais avançados na conjuntura brasileira para alçarem-se a papéis aglutinadores e de direção da sociedade. **Mas acho que o PT e Lula têm tudo para se constituem no núcleo-( bloco histórico)- capaz de reorganizar o que se denomina esquerda brasileira para as próximas décadas.** Têm uma origem popular e democrática inequívoca e uma trajetória de êxitos políticos nos últimos anos que os credenciam para isto. Nenhum outro partido, nenhuma outra liderança os superou. A herança trabalhista mais autêntica morreu com Brizola. O PDT que lhe sucede, apesar do esforço do Cristovam Buarque, é uma caricatura da Carta de Lisboa, de 1979. Sequer um folclore... A tradição comunista herdada dos anos 30 e que ganhou imenso relevo na cultura política do país reduzida a um partido que se desfaz ideologicamente sob a vaidade de Roberto Freire. A nova esquerda sob a égide do PSOL de Heloisa Elena, que fez brilhante papel no primeiro turno, não sobreviverá a este pequeno sopro. Falta-lhe vertente social definida, falta-lhe densidade ideológica, falta-lhe vigor para o exercício de uma clara hegemonia sobre a complexa sociedade brasileira, mais além do moralismo.. Portanto só o PT e Lula, maior do que ele, estão credenciados à este verdadeiro desafio dos próximos anos. Chego a me perguntar, até,

sobre o que será de nós, nesta vastidão de injustiças gritantes associadas ao crime organizada, se não contarmos com eles. Não se trata aqui, como propõe Tarso Genro, de refundar o PT, devolvendo-lhe a ingenuidade perdida. Mas de refundar a esquerda brasileira com vistas a capacitá-la a formular um projeto hegemônico à sociedade brasileira para as próximas décadas..

Nem me refiro quanto a isto ao PSDB porque nem passa pela cabeça de sua liderança enfrentar tal questão. Suas opções repousam cada vez mais na sua capacidade de *hegemonizar*, sim, o campo conservador de forma a evitar a revitalização de alguma sombra do passado. E isto é muito bom...

Minha percepção passa muito acima do que hoje se constituem os principais óbices à candidatura de Lula, dentre as quais sua suposta traição aos ideais populares mais nobres e às virtudes também nobres do exercício da vida pública. Tenho para mim que ele tem imensos pecados na condução de sua equipe de governo, toda ela recrutada nos seus mais próximos companheiros comprometidos com uma concepção sectária e *aparelhista* do Estado e de lamentáveis aliados de uma excrescência partidária que teima em se fazer presente (em qualquer governo) em troca de favores, numa re-edição triste da *patronagem do II Império*. Foi um erro e não pode se repetir sob pena de ficar esta experiência historicamente comprometida.. E acho que Lula perdeu também, pela imaturidade de sua equipe econômica deslumbrada com o elogio adversário, uma imensa oportunidade para impulsionar o crescimento já no segundo ano de governo. Custou muito a baixar os juros, como FHC custou a flexibilizar o câmbio, em ambos os casos atrasando a recuperação da economia. E com o custo adicional, no caso de Lula, de se lhe debitar, nesta ortodoxia, a proclamada traição ao programa popular. Mas, felizmente, as próprias mazelas do (dês)governo acabaram sepultando Paloci e sua equipe, despreparada para a condução de uma responsável política econômica de crescimento com estabilidade monetária e fiscal abrindo caminho para uma direção da política econômica.

Quanto aos riscos de uma reeleição de Lula ou eleição de Alkmin diria o seguinte:

O grande risco com Lula não é político. Politicamente Lula é até uma salvaguarda na conjuntura atual frente à inquietação dos movimentos sociais. Mas corre o risco do futuro Governo Lula desmoronar economicamente. O déficit fiscal do próximo ano salta aos olhos. E a tentação populista ronda seu futuro Governo na ausência de um claro programa de incorporação à cidadania mais além da política assistencial.

Já o risco de uma vitória de Alkmin, mais cercado pela tecnocracia ortodoxa, seria político. Chegando ao Governo Alkmin instauraria um período de austeridade fiscal,

indispensável ao equilíbrio das contas públicas, mas, por si só nefasto à estabilização social . Sem raízes nos movimentos mais organizados , correria o risco de instalar no país uma fase de turbulência jamais vista coincidindo, aí, com um mundo ao redor conturbado pelo terrorismo que lhe poderia contaminar levando o país ao caos.

Entre o risco do descalabro econômico, mais controlável , e o risco do descalabro político, fico com o primeiro ...

Mas ficam algumas expectativas nesta eleição de Lula. Ah , vãs ilusões que nunca se acabam...Como se fossem artifícios inventados pela nossa imaginação para ludibriar a mera passagem do tempo e o medo da morte...

A primeira, que lidere um processo de reorganização da esquerda brasileira de forma a construir uma alternativa estratégica de longo prazo no rumo das rupturas pactuadas que deveremos enfrentar num prazo mais longo. Há que entender que não se cria esta alternativa “ para a gente”, aí entendido o PT, seus dirigentes, seu Governo ou tudo a que lhe refira monopolicamente, mas para aquela parte da sociedade brasileira politicamente organizada e interessada neste processo. Qualquer deslize aqui será fatal porque reeditará uma concepção vanguardeira de novo estilo inadmissível nos tempos atuais. Um bom indício neste sentido é o anúncio de Tarso Genro sobre os critérios de nomeação dos futuros ministros.

A segunda, que defina o papel do Estado nesta nova etapa da vida brasileira como um duplo mecanismo de promotor da cidadania, que não se reduz ao *Bolsa Família-Voto*, e de indutor do desenvolvimento, que não será, como nos tempos do ISEB, estritamente nacional, tendo em vista a importância da estabilização monetária e fiscal para a melhor inserção dinâmica do país nos fluxos de tecnologia, investimentos e informação estratégica do mercado internacional. Retirar as pessoas da miséria, tal como fez Lula nos últimos anos é importante, mas é também importante não transformar isto num processo de redução da política ao *economicismo*, à troca de favores entre estado e eleitores, ao lado mais indigno do que se convencionou chamar de populismo. Para isto o seu Governo deverá liderar, a par com a reorganização da esquerda, uma ampla Reforma Política que restaure a soberania popular representativa em todos os níveis da República , o que significa rever os critérios nacionais que comandam o Poder Legislativo, dentre eles a revisão do Senado, a *desmonopolização* dos Partidos sobre os direitos de representação , a revisão do pacto federativo de forma a fortalecer as bases locais desta representação, a ação sobre a construção de canais de comunicação mais avançados entre Estado e Cidadania mediante vigorosa ação de incorporação educacional e digital.



Aqui duas observações finais:

A primeira sobre educação. Que não tenha sido em vão a proclamação de Cristovam Buarque. Um compromisso obsessivo com a qualidade da educação básica é um preâmbulo para qualquer projeto de mudança da nossa precária situação social rumo a **um estatuto da cidadania fundado sobre a consciência de cada brasileiro sobre seus direitos e obrigações**. Bolsa-Família pode tirar da miséria mas não tira seus beneficiários do mundo da escuridão que os cerca há séculos. Nossos adultos, mesmo alfabetizados, em sua grande maioria não sabem o que lêem ; nossas crianças estão mergulhadas numa escola de nível baixíssimo, sem acesso a texto básico indispensável em qualquer sistema que se digne a ensinar a ler e a escrever e compreender o mundo, nossas escolas públicas e nossos professores abandonados à própria sorte. O objetivo, aliás, da educação não é só ensinar aos que sabem o que eles ainda não sabem, mas capacitá-los para serem outras e novas pessoas verdadeiramente habilitadas à verdadeira inserção social e econômica. Isto é ética. Este o caminho do Estado de compromisso social como indutor da cidadania na construção de um país livre e soberano do futuro. Uma cidadania, na verdade, cada vez menos regulada e cada vez mais centrada sobre os elementos subjetivos de sua identidade responsável.

A segunda, sobre meio ambiente. A transformação da campanha em palanque eleitoral maniqueísta no segundo turno não trouxe à baila questões fundamentais da crise energética mundial e nacional reduzindo-se a sublinhar o apoio à construção de mais uma Usina Nuclear em Angra. Triste!. A questão nuclear inaugurou um novo calendário sobre o planeta sobre o qual se desenha ainda o esgotamento dos recursos naturais e o efeito estufa com graves repercussões sobre o clima. Mas nenhum dos dois candidatos deu ao tema a devida importância, nem a sociedade, aliás, o exigiu. Lamentável! Esperemos que , com o novo desenho das forças progressistas em jogo no futuro governo e com os resultados de uma obsessão com a educação básica de qualidade, a nova cidadania se instaure como um compromisso dos brasileiros na construção de novos rumos para a modernidade ocidental. Já é tempo de dizermos a que viemos no concerto mundial e não simplesmente de copiarmos modelos de modernização alheios. Darcy Ribeiro, no rastro perdido de Gilberto Freire, sempre costumava dizer que nós, brasileiros, ibéricos, latino-americanos, somos os mais legítimos herdeiros da cultura helênica porque amamos a liberdade e praticamos , até por força das circunstâncias históricas, um igualitarismo do leito, que nos fez , ainda que pela violência do colonizador branco, um povo novo, orgulhosamente mestiço mas sem ressentimentos e rancores, dotados de uma dose incompreensível de otimismo frente ao futuro. Um povo poético e musical. Extraordinário.....

*Um rei fraco faz fraca a sua forte gente*, como dizia Camões. Não é este o caso de Lula. Seria , na conjuntura, o de Alkmin, que não é lhe é inimigo, mas simples adversário de circunstância, eventual aliado num futuro de rupturas pactuadas frente a uma matriz colonial que ainda persiste, dependendo do próprio Lula, do PT, e das forças que conseguirem reorganizar em torno de seu Governo. Lula *locuta* e, ao falar, é um

pedagogo da cidadania. E , como governo, algo fez e mais pode fazer , e em fazendo e fazendo direito, vir a ser um candidato à virtude que poderá imortalizá-lo como um herói moderno. Um herói de carne e osso, tão real quanto o herói lendário grego, cheio de erros e virtudes, nada ideal. Ou liquidá-lo, junto conosco, ou seja, com todas as gerações que lutaram por mais autonomia e mais liberdade *para-nós* durante séculos.

Lula! Opção simples ao alcance da gente simples do nosso povo que votou, claro, com seu bolso mais recheado pelas políticas assistenciais do Governo. Mas nada simplória , nem sectária. Um resultado compreensível e plenamente à altura das tradições que vêm consagrando nas urnas, desde 1950, as alternativas mais à esquerda. O Rio de Janeiro, sobretudo, é uma confirmação de que o Brasil sempre teve alternativas políticas claramente programáticas e diferenciadas, desde o final da Guerra. Elegeu Prestes Senador em 1945, consagrou Vargas em 1950, optou por JK a seguir não negando os votos para Jango em 1959, enalteceu Brizola com a maior votação para deputado até aquela data em 1962, fê-lo Governador duas vezes mais recentemente e, agora, ficou maciçamente com Lula.

Num famoso poema Drummond , perplexo, pergunta: O Brasil existe?

Existe sim, poeta. Descanse em paz...

Paulo Timm- Professor da Unb, 62. Fundador do PDT e Anistiado Político.

[paulotimm@hotmail.com](mailto:paulotimm@hotmail.com)

Que fazer – de novo...!-?

Todos são unânimes : as instituições políticas chegaram no seu mais baixo nível de credibilidade pública no país. Ainda ontem (03.07.2007), m jornalista respeitado, num noticiário da TV Bandeirantes afirmava , sem hesitação, com naturalidade: “Tivesse uma marreta e me juntaria aos que desejassem destruir a Praça dos Três Poderes , em Brasília”. Salva-se, milagrosamente (?), o Presidente da República. Ainda bem, pois senão o futuro, hoje, estaria muito incerto. Enquanto isto, o Congresso patina numa pífia Reforma Eleitoral, na esperança de tapar o sol com a peneira. Aonde vamos chegar...?

Difícil dizer, mas nunca é demais lembrar que vivemos um daqueles momentos, como dizia Tomas Payne, o mais lúcido dos Pais da Pátria americana, “que a alma dos homens é posta à prova”. E mesmo detestando a política, nós, brasileiros devemos recuperá-la para que seja reescrita com “P” maiúsculo, isto é, a mais digna e importante de todas as atividades humanas , tal como a conceberam Aristóteles e todos os grandes filósofos políticos que lhe sucederam. . Mas isto requer uma volta às origens. Não um recurso ao mero moralismo saneador das práticas hediondas da politicagem nacional, mas ao fundamento ético da Política que consiste na democratização do Poder. Temos que nos perguntar porque nossa democracia é tão inconsistente na sua função de engendrar resultados tão insatisfatórios para o conjunto da nação? E para isto temos que questionar todo o processo político , compreender como ele se formou, como se reproduz e como controla os mecanismos do Estado . E aqui não há muita escavação a fazer. Basta recordar que o exercício do que se convencionou chamar política no período colonial e grande parte do Império – e são lá 400 anos – era uma “concessão” da Corte. Tratava-se de um restrito número de “cidadãos” legalmente habilitados para ocupar , primeiro, os Senados das Câmaras Municipais e, depois da Independência, as funções legislativas que se esparramaram pelo imenso país. Note-se, no nosso caso, o entendimento profano do conceito de cidadania como acesso a um privilégio, o de ser contemplado com as graças do poder. Não há nesta concepção a compreensão mais profunda da cidadania como acesso a direitos e obrigações na construção de um pacto de poder, mas tão somente o direito ao privilégio de ser “cidadão”, poder votar e ser votado, ter acesso aos cargos públicos, participar da “vida política”. José Bonifácio já clamava no alvorecer da Independência para a necessidade de incorporar o “povo” ao Estado nascente. Joaquim Nabuco , no II Império, fez da campanha da abolição um libelo contra a matriz colonial que ainda se imprimia em todas as relações sociais deste país. Na República, além de sermos um “grande país” passamos a nos constituir como um “grande povo”, saltando a população de pouco mais de dez milhões em 1900 para 180 milhões no final do século. Já não são apenas uns poucos filhos da oligarquia rural que se disputam nos cargos públicos. Há ampla liberdade de organização, expressão e representação políticas. Mas, paradoxalmente, a estrutura da política não muda. Ela é, como sempre foi, o espaço do privilégio e dos privilegiados.

É claro que o país mudou na segunda metade do século XX. Não poderia ter sido diferente. O crescimento demográfico espantoso, a vinda de trabalhadores europeus , a modernização urbano-industrial, a generalização do ensino público e gratuito, a organização de partidos com mensagem e clivagens de classe, as tensões derivados dos períodos de fechamento e reabertura das instituições e da imprensa, tudo isto trouxe inovações. O número de eleitores saltou de um ínfimo no início do Século XX para a quase totalidade da população adulta quando este século terminou. Um operário saído de uma infância miserável no Nordeste tornou-se, por duas vezes, Presidente da República. Mas a estrutura do Poder como cristalização de privilégios por parte de

quem ocupa função pública não muda. Resiste ao tempo, como o latifúndio improdutivo, como o Engenho descrito magistralmente por Gilberto Freire. E por quê? Porque como todo o hábito, convenção social e instituição ele cria cultura e esta cultura se inscreve no cotidiano das pessoas como uma coisa “natural”. É natural a suntuosidade do Congresso, é natural o esbanjamento no uso dos carros oficiais, telefones, agora INTERNETs, Secretárias e Assessores (ASPONES?...). É natural o uso das máquinas governamentais para a reeleição de seus titulares e das benesses das casas legislativas a favor das candidaturas dos eventuais titulares. É tão natural a compra de votos que o próprio eleitor se oferece, como uma cândida e inocente prostituta. É natural que os eleitos, em sua grande maioria, sejam empresários rurais ou urbanos ou profissionais bem sucedidos. É natural que não haja negros no oficialato, na diplomacia, na alta administração, no Senado. Enfim, todas estas iniquidades são consideradas muito naturais, normais. Assim, as instituições políticas, naturalizadas, imprimem-se como peixe na pedra e se transmitem pela tradição só conseguindo “se libertar” desta condição quando submetidas ao bombardeio da razão crítica, coisa que os gregos ancestrais conseguiram fazer no seu tempo com o advento da Filosofia. Tanto que costumavam afirmar que o homem estava para a natureza, como o filósofo para o homem, uma ruptura definitiva.

Mas como submeter a política brasileira à sua superação ?

Ora, começando pelo começo: o princípio da representação que constitui o cerne da transformação da atividade política num fluxo contínuo e irrefreável de revisão das estruturas de poder. Não é, pois, o poder que se democratiza. Todo o poder é enclausurado em si mesmo encontrando as razões que o justificam. E a política, ela sim, que redefine o poder e o democratiza, como auto-reflexão do ser social sobre si mesmo em torno de seus hábitos, suas convenções, suas instituições. . Claro que há aí a questão de método. Nem todas as democracias do mundo trilharam o mesmo caminho e nem sempre elas se construíram pacificamente. Choques, entrechoques, golpes, revoluções, vai-véns entre a tradição e a renovação foram inevitáveis. Daí o equívoco de se comparar Napoleão com Hitler, ou o Estado Novo no Brasil, de 1937 a 1945, com a ditadura militar de 1964 a 1985. Discutir, enfim, o princípio da representação é discutir o processo pelo qual o povo escolhe aqueles que o “representam” na tarefa de fazer a Lei que regulará as regras do convívio social., começando pela Carta Magna, o grande contrato desta convivência. Isto requer que se defina claramente o objetivo para o qual os representantes são escolhidos e, sobretudo, como podem ser destituídos no período do mandato. Sem prejuízo, jamais da soberania popular que os institui na origem. Um sistema será tanto mais flexível quanto mais facilmente os detentores de mandatos representativos podem ser destituídos e quanto mais eles forem capazes de recorrer à consulta popular para melhor obedecer à vontade popular. Um preceito básico deste processo é o impedimento de que os políticos se profissionalizem acabando por se constituir numa elite capaz de se eternizar no poder. A única coisa que deve ser permanente neste processo é o próprio processo político, nunca seus “hábitos”, suas “convenções”, suas “instituições”.

Isto nos remete à reflexão sobre a Constituinte de 1988. Apesar de seus grandes avanços no campo dos direitos a Constituição dela derivada pecou na origem por não ter sido convocada especialmente para este fim, confundindo-se com o Congresso Nacional até então em funcionamento. Contemplou, também, esta Constituinte o instituto das duas Casas congressuais, a Câmara dos Deputados, com seus vícios de representatividade popular, e o Senado Federal, este com um terço de seu contingente remanescente do período autoritário. A Constituinte, enfim, embora ansiada a nível popular, representou muito mais o epílogo de uma estratégia de transição à democracia controlada pelo

autoritarismo na famosa expressão “lenta , segura e gradual distensão” do que o produto de uma efetiva ruptura com o regime militar. Invocou, também , esta Constituinte, a inscrição definitiva na nossa vida política de várias cláusulas pétreas além de alguns “dogmas” de difícil superação pela via parlamentar normal. Nossa democracia, enfim, institucionalizou-se antes de ter efetivado a ruptura com o sistema anterior. Na verdade ela deu continuidade e desdobramento a tal sistema que tinha num Congresso maculado, em Partidos consentidos como ARENA e MDB, em políticos viciados pelo coronelismo rural e urbano, em processos eleitorais tradicionais seus mecanismos de “legitimação”. Trata-se, pois, mesmo fora do tempo, de um tempo marcado pela ampla mobilização popular a favor das mudanças rumo à democratização do país de re-colocar em pauta as tarefas indispensáveis a esta mudança. Tivemos, mutatis mutantis, na Constituinte de 88 algo como a Abolição em 1888 seguida da República em 1889. No primeiro caso, um amplo processo de mobilização que fez da campanha abolicionista ,sob a liderança de Joaquim Nabuco, um clamor verdadeiramente nacional pela superação da matriz colonial rumo à modernização , simplesmente esboroou-se sob o grito dos coronéis que abriu caminho para os oligarcas do café-com-leite. No segundo, um século depois, o mesmo clamor que tinha seu centro na recuperação da soberania nacional e popular conspurcada pelo Golpe de 1964, desembocou na coagulação de “hábitos, convenções e instituições” que lhe serviram. Exemplo: os “bolsões” de miséria do Nordeste que se favoreceram com o FUNRURAL e se viram eleitoralmente “valorizados” para garantir maioria ao regime militar são os mesmo que consagram, sob o “bolsa família” ,a maioria parlamentar ao Governo Lula.

Começar do começo, apesar de insólito, significa isto: uma nova e verdadeira Constituinte, prévia à dissolução dos atuais Partidos e mediante novas regras para a composição de uma Câmara Única rigorosamente representativa do povo brasileiro.

Esta nova Constituinte poderá questionar a “tradição” da cultura política herdada da matriz colonial e aí, sim, definir o novo Pacto de Poder, do qual emanem novas regras para os mecanismos de “apresentação”, organização e representação do povo brasileiro nos vários níveis e instâncias do Estado Nacional, começando pela redefinição da federação, com sensível redução de controles e poderes da União e maiores poderes, inclusive à autonomia relativa dos Estados e efetivos poderes à comunidade local, eliminação do Senado Federal como uma excrescência oligárquica e impeditiva ao rapido funcionamento legislativo, desmonopolização dos Partidos sobre os processos representativos, com abertura à formas contemporâneas mais próximas da vida cotidiana das pessoas coletivamente organizadas, criação de barreira à cristalização de uma “classe política” que se eterniza no poder e assim eterniza uma cultura política obsoleta, instituição do princípio da efetiva liberdade sindical com eliminação de todos os vínculos que o atrelam ao Estado levando ao peleguismo em suas piores formas, revisão do processo de fiscalização do exercício profissional mediante formas combinadas de responsabilidade pública e democratização de suas respectivas gestões pelos colégios profissionais e instiuição de uma avançada legislação sobre os meios de informação e comunicação de forma a transformá-los em instrumentos de uma Revolução na Educação capaz de colocar o país nos níveis de competitividade tecnológica requeridos na Era do Conhecimento ..

Aí nascerá o Brasil democrático que todos ansiamos para os nossos netos e pelo qual várias gerações , desde a Inconfidência Mineira até os mártires ainda desconhecidos do último período militar se bateram à morte.

**Paulo Timm**, 63- Professor da Universidade de Brasília, Fundador e Membro do Diretório Nacional do PDT.

Morre Baudrillard: A raio do Pós-Moderno

*A simulação parte... da utopia, do princpio de equivalncia , parte da negação do radical do signo como valor, parte do signo como reversão e aniquilamento de toda referncia.*

**Jean Baudrillard**, in Simulação e

Simulacro.

O boletim Último Minuto do Le Monde informou, secamente, no final da tarde de seis de março passado: “ O sociólogo e filósofo Jean Baudrillard , observador crítico da sociedade de consumo e do mundo moderno, morreu, hoje, em Paris, aos 77 anos”.

Jean Baudrillard morreu de câncer depois de publicar uma volumosa obra, com cerca de cinquenta livros, nos quais foi, foi paulatinamente, derrubando os supostos da sociedade moderna e apontando para uma nova realidade: a virtual. Como todo o bom francês do seu tempo – Século XX- ele iniciou-se como germanófilo e seguidor das idéias de Marx e neo-marxistas da Escola de Frankfurt, tendo em Henri Lefebvre seu orientador para a publicação nos anos 60 de sua tese original *O sistema dos Objetos*. Chegou a traduzir para o francês Brecht, Marx e Engels e Peter Weiss. Mas foi se fixando no valor do novo nos objetos na sociedade contemporânea quando “tudo que é sólido desmancha no ar”, segundo a célebre profecia de Marx no *Manifesto Comunista*. A materialidade das coisas se desvincula de sua origem e funcionalidade originais na sociedade de consumo de massas. Indústria, moda, publicidade e meios de comunicação lhes dão um novo sopro de vida. Estas idéias ficam mais claras com a publicação de *A Sociedade de Consumo*, em 1970, evidenciando, ainda, o papel do novo consumo como mecanismo de diferenciação social. As griffes, tão a gosto dos novos consumidores não são apenas mais caras, são também *caras*. Fisionomias sociais. E produtos não são mais produtos, mas signos artificiais independentes de sua essência.

Mas a iconoclastia de Baudrillard se acentua nos anos seguintes rumo a um caminho próprio que o afastaria do iluminismo que ainda sustenta o primado da razão sobre a ordem das coisas, dos homens e suas instituições e no seu pensar. Ele é o raio de uma nova maneira de olhar o mundo e as coisas do cotidiano que viria a ser melhor definida por outro contemporâneo seu -Jean-François Lyotard - como *pós-moderno*. Segundo esta visão tudo que “era” sólido ( como sobrevivência moderna) já se desmanchou no ar. Em 1972 Baudrillard publica *Por uma Crítica da Economia Política* e, com ela, condena-se ao isolamento numa França dominada por severas instruções normativas de “esquerda” e de “direita”. Mesmo isolado (discriminado?) ele publica *Da Sedução* (1979) e *Simulacros e Simulação* (1981). Estava pavimentado seu próprio pensar sobre nosso tempo quando os modelos substituem os originais (simulação) e onde, neste processo, a racionalidade se esgota como protagonista da verdade (simulação). Trata-se, então, do fim dos últimos vestígios da era moderna e da entronização no cotidiano da hiper-realidade.

No sendeiro já percorrido por outros intelectuais que trataram de dar conta e razão (logon didonai) de seu tempo e suas adjacências factuais como Foucault, Lefebvre, Gilbert Durant e Edgar Morin, Baudrillard nos anos 80 vai em busca dos fenômenos do underground e nos fala, com ironia e aguda inteligência, sobre o sexo (hiperbolizado), a violência (banalizada) e a prostituição (generalizada) na superioridade do ter ao ser. Deste tempo fica um grande acervo intelectual ainda a ser melhor avaliado. Nos anos 90 vai aos mais mínimos detalhes desta realidade no dia-a-dia

evidenciando o caráter de jogos virtuais das guerras contemporâneas, quando os mísseis riscam as noites estreladas de Bagdá como cometas transformando a tragédia em espetáculo “desfrutado” pelos espectadores do mundo inteiro. “Há cumplicidade entre todos e o terror – e os terroristas sabem disso”, escreve em *Power Inferno* em 2002.

Em 2005 Baudrillard, já perto de seu fim, mas prolífico em suas idéias, lança cinco novos livros, dentre os quais *Cool Memories V*, o último de suas memórias filosóficas. E deixa um legado que, embora cético, como o pensamento moderno, lhe ultrapassa pelo abandono da esperança. O fracasso das revoluções e o destinamento obscuro da era da técnica num futuro próximo da humanidade deixam-lhe sem saída. Aporia pura que, paradoxalmente, vai se constituir na matéria prima para a inspiração de uma nova esquerda em nível mundial que se caracteriza pela crítica mordaz às instituições contemporâneas mas sem apontar caminhos para seu aperfeiçoamento. É a era do caos, ou da utopia da desrazão, também, para estes supostos “reformadores” que talvez se tenham esquecido de uma velha lembrança da famosa escritora Dorothy Parker para quem mordacidade era o mesmo que ginástica com palavras, enquanto só a presença de espírito seria capaz de revelar a verdadeira inteligência das coisas. Baudrillard, enfim, não foi apenas um piadista mordaz da nossa era, ele captou sua essência na descoberta de sua fantasmagoria. Seus seguidores limitam-se a brincar com esta fantasmagoria como se fossem fogos de artifício no anúncio da pós-modernidade. Perdoai-os, Baudrillard, eles não sabem o quem fazem...

**Paulo Timm- 62.** Professor da Unb

...

Os desafios da modernidade

Leio , com atenção e preocupação , as visões apocalípticas sobre o nosso tempo. Ora anunciam a decadência moral, ora os estertores de um planeta ameaçado pela poluição, ora o "fim da história". Não são poucos os autores que prenunciam o grande caos .

Grande parte destas visões é severamente ácida e pessimista. E não raro termina se perguntando se o "homem " é mesmo mau, ou se o problema está nas instituições sociais. Um clássico, Rousseau, já dizia: "*O homem é bom, a sociedade é que o corrompe* ", no que outro clássico, Ortega y Gasset completaria: "*O homem é o homem e suas circunstâncias*". Já Freud e seus seguidores preferem ver a origem do mal no próprio homem que acaba levando a civilização para um inevitável "*mal estar*". Todos estes artigos, ou grande parte deles acaba, também, se indagando: - Afinal, quem (?) faz a história , quem são os responsáveis pelas adversidades que nos afligem? Aqui vale lembrar , também, outro clássico, Oscar Wilde. Dizia ele que o homem sofre de três tipos de despotismo: o do espírito, cujo déspota é o papa, o do corpo, cujo déspota é o soberano de turno e o pior deles, o do corpo e da alma juntos, cujo déspota é o próprio povo...Aqui , também, uma explicação do mal pela maldade do próprio homem (coletivo).

Não tenho respostas para todas estas questões, só mais indagações. E , talvez, algumas considerações.

Uma delas, se a modernidade foi tão desprezível para a humanidade como explicamos o ter passado de um bilhão de almas no início de 1900 para mais de cinco bilhões no final daquele século? O número de almas sobre um território foi - sempre -um indicador da eficiência de uma organização social. Não apenas novas famílias foram constituídas, mas muitas delas , melhor constituídas. É a primeira vez na história da humanidade que assistimos ao adensamento significativo de camadas intermédias que se constituem num baluarte do consumo de massas e de estabilização social e política de sistemas extremamente complexos.

Outra coisa: Há duzentos anos o pouco mais de meio bilhão de pessoas que habitavam o planeta viviam , com exceção de alguns marajás, muito mal. Os africanos padeciam de regimes escravocratas, os chineses morriam como moscas, os russos só viram o fim do regime de servidão no ano de 1860, os europeus padeciam da miséria ressaltada pelos cronistas da época. E as mulheres? E as crianças, tratadas no regime de verdadeira propriedade paterna, que tudo permitia em nome da tradição? Não existia, rigorosamente, classe média. A vida política? Um terror aristocrático, apesar da Revolução Francesa, da Revolução Americana ou da " Independência do Brasil". Não havia direito de organização sindical, de voto livre, secreto e universal, não havia direitos sociais como oito horas de trabalho diário, férias, aposentadoria e dezenas de outras vantagens hoje gozadas pelos trabalhadores , mesmo mais pobres, mesmo de países subdesenvolvidos. O trabalho era penoso, tanto na agricultura, como na indústria nascente , como no lar. Até nas artes era difícil o virtuosismo pois as tintas dos pintores era contaminante, os poetas e literatos dependiam horrorosamente dos favores de poderosos senhores da terra- senhores do governo e do mundo. E os transportes e comunicações? Extremamente lentos, cansativos e baixíssima eficiência. Alguns navios de imigrantes alemães, por exemplo, que chegaram ao Brasil no século XIX levavam meses para cruzar o Atlântico. Metade da população morria no meio do caminho. E que dizer dos odiosos navios negreiros?



É certo que a modernidade cobrou e tem cobrado um preço muito alto em vários sentidos. Houve muita degradação ambiental. Houve inúmeras e colossais guerras, todas feitas em nome de razões discutíveis e um suposto amor às causas consideradas nobres, como a liberdade, a democracia e o socialismo. Ainda há muita miséria no mundo. E muita violência. Mas será que teria sido melhor pedir aos negros que continuassem escravos nas grandes plantações do sul dos Estados Unidos, de Cuba e do nordeste brasileira? Será que teria sido melhor exigir que as mulheres se dedicassem exclusivamente aos seus maridos e filhos sem qualquer direito a uma vida livre, onde pudessem chegar ao orgasmo sem culpa? Será que teria sido melhor continuar moendo os operários nas engenhocas primitivas que lhes consumiam dezoito horas de trabalho diário junto com dedos e braços esmagados? Será que teria sido melhor o sistema de ensino elitizado para os filhos de magnatas no qual eles mesmos padeciam do rigor de regimes disciplinares escabrosos. Será que teria sido melhor adormecer o mundo nos braços dos vitoriosos de Waterloo que selaram a Santa Aliança em Viena, em 1815?

Honestamente, acho que devemos pensar muito a respeito de todas estas questões. E lembrarmos-nos de que, em todas as épocas, há os pregadores do Armagedon, do Apocalipse, do fim do mundo, os quais procuram fazer a roda da história voltar atrás para purificar as nódoas de sua contemporaneidade. São os proclamados fundamentalistas que procuram a verdade não nas coisas em si, tais como aparecem, mas na palavra revelada de algum profeta de ocasião. Agora é a vez dos muçulmanos radicais. Já houve tempo em que a Igreja Romana queimava na fogueira os que não acreditavam que a Terra girasse em torno do Sol...E nem o fundamentalismo secular do "socialismo científico" inaugurado por Marx escapou deste desiderato, transformando o justo ideal em ferramenta da opressão. Outros haverá. E se seguirão milhares de jovens ingênuos capazes de se mortificar numa cápsula fatal para fugir ao caos.

Concordo que devemos dar um **Basta(!)** a muitos dos problemas que hoje nos afligem - e não são poucos. Mas há um historiador inglês que diz uma coisa interessante: *Para os jovens, todo o passado é passado remoto*. Eu mesmo noto isto quando, em classe, percebo os olhos atônitos de meus alunos quando lhes digo que conheci Getúlio Vargas pessoalmente e que me lembro da noite em que foi anunciado o famigerado AI-5 da ditadura militar, no fatídico 13 de dezembro de 1968. Pois bem, os jovens de hoje não podem esquecer - e nós, mais velhos temos a obrigação de lhes dizer - os horrores da vida pregressa. A falta de tudo. Tudo! Condições de sobrevivência, sempre condicionadas às intempéries do tempo e dos humores de inescrupulosos governantes. Falta das mais elementares liberdades civis, como o direito de ir e vir, como a propriedade, como o respeito à família, liberdades políticas, como o direito à livre expressão, organização e representação políticas, como os direitos sociais consagrados no Século XX. E se todos estes direitos ainda não se estenderam a todos os cinco ou seis bilhões de almas que povoam o planeta, tratemos de consegui-lo. Pelo menos já dispomos das condições tecnológicas para tanto: dominamos a natureza. Os homens, estes sim, têm sido mais rebeldes. Serão intrinsecamente maus? Ou serão apenas vítimas de suas circunstâncias? Aos "maus" os conservadores propõem o rigor da lei e o reforço da moral. Às "vítimas" das circunstâncias, os mais progressistas contra-propõem a Reforma Política e Social. Em ambos, a firme determinação de dar um caráter rigorosamente prescritivo à sociedade baseado num entendimento comum sobre a "natureza humana".

Acho que devemos fugir das ortoxias. O mundo jamais se reconstrui do nada. "Tudo flui", como dizia Heráclito, inclusive a história, a sociedade, e a própria moral. Um recente estudo de Mangabeira Unger, intitulado sugestivamente A PAIXÃO, propõe este caminho alternativo fundado numa visão modernista do homem que habita um contexto. Para êle, sinteticamente, a " *a vida da paixão é a escola de liberdade (...) e o que vemos no mundo como um todo, que corresponde ao transe da personalidade, é o espetáculo do ser, o ser como algo que ultrapassa as formas distintas que assume provisoriamente e as representações diferenciadas dessas forma que acalentamos temporariamente.*" Essa ética do morar - sem pertencer inteiramente ao mundo, muito próxima da proposta do grande filósofo Heidegger, consiste em situar o contexto como uma forma social transitória dotando-o, pela via do ceticismo (subjetivamente competente) frente a ele, de uma crescente capacidade de transformação mediante uma postura de efetiva disponibilidade paciente e esperançosa, traduzida numa grande aliança do ardor com a ternura. Che Guevara já o advertida no slogan : *Hay que ser duro pero sin perder la ternura...*

Há, certamente, a maldade, cuja origem reside no egoísmo da espécie ou nos desvios de sua psicologia ainda desconhecida. E há, também, o altruísmo, como uma obsessão do amor ao próximo cujo limite, não raro, é a liquidação da individualidade, também capitulada no desvio psicológico. Tanto que há quem diga ( Arthur Koestler, in "Jano") que a humanidade torturou e matou mais gente por amor (a uma causa, a uma doutrina, a uma religião) do que propriamente por ódio. Mas a grande maioria das pessoas não são nem boas nem más, e, paradoxalmente, as duas coisas ao mesmo tempo, dependendo das circunstâncias. Reconheça-se, ainda, que, exatamente por tais circunstâncias, são social, moral e psicologicamente desiguais e lutam desigualmente pela sobrevivência, à qual se agarram como fazem todos os outros *animais*. E como estas circunstâncias sociais se deterioram em certos momentos a insegurança psicológica e moral também aumenta e com ela as tensões sociais e políticas. Daí a máxima de que o Direito - e, por conseguinte o Estado - numa sociedade desigual ter que se redistribuir desigualmente, pois que se constitui não como mera norma positiva mas como expressão suprema da ética humana.

O mesmo historiador inglês acima citado também não é muito otimista com o futuro. Costuma dizer que no final do século XIX pairava no mundo intelectual um sereno otimismo com relação ao futuro da humanidade. A razão imperava sobre o entendimento de tudo. E deu no que deu: guerras, violência, fome etc etc etc. Hoje, diz ele, ao final do século XX, isto mudou: - *Há um generalizado pessimismo*. Mas há um furo nesta argumentação, diz ele: - *Os intelectuais de hoje podem estar tão enganados quanto seus pares há cem anos...* Portanto, ainda há lugar para a esperança, desde que ela venha acompanhada, claro, da sabedoria que nos ensina = mais do que a razão = sobre os seus fundamentos no amor e seu destino na solidariedade humanos.

**PAULO TIMM**, 62- Professor da Unb, Economista. Fundador do PDT  
Torres, verão de 2007

## O BRASIL EXISTE...?

*“Se a burguesia européia é crepuscular a nossa (creolla) é inautêntica.”* Jose Carlos Mariategui, escritor peruano do Século XX

Este enigmático e desafiador verso de um poema de Drummond, convertido em tema de pesquisa e docência de um brilhante professor brasileiro nos Estados Unidos, vem a calhar quando a sociedade inteira se escandaliza com a forma como o menino João Hélio foi trucidado por uma gang no Rio de Janeiro. O Brasil existe? E que país é este?

A indagação não é apenas poética. É profundamente intrigante. Como nos constituímos como nação, como povo, como país independente, como moderno Estado democrático? Agora mesmo vamos nos dando conta de que um imenso e poderoso país, o Iraque, foi uma invenção de Churchill, logo após a I Guerra Mundial. Ele juntou com a pena do poder colonial os frangalhos humilhados do velho Império Otomano, aquele colosso muçulmano já quase esquecido. E aprendemos, pelo princípio da intangibilidade das fronteiras - herdadas do colonialismo europeu- que a histórica autodeterminação dos povos africanos e asiáticos gerou monstruosidades estatais militarizadas que deixariam Hitler ruborizado. E nós? Será que não fomos também inventados ao sabor de interesses e ideologias passageiras, estando, agora, a pagar a conta de uma fatura que não nos corresponde? Afinal, o que é uma nação? O que é um Estado Moderno? O Brasil é o quê?

A idéia de nação mais simples é aquela que a identifica com a extensão de uma família. Ela tem laços culturais, uma cumplicidade no tempo em que adversidades e momentos de fartura celebram seu calendário histórico, reiterando positivamente neste itinerário o papel dos seus mitos fundantes, e, independentemente de suas divisões internas, ela cultiva os laços de confiança que alimentam fortes ideais de solidariedade. Nunca nos esqueçamos de que é a comunhão do alimento, registrada desde os primórdios do homem na Terra e sublimada como sacramento na tradição judaico-cristã, que o distinguiu do “estado de natureza”. Houve tempo em que os Príncipes encarnavam estes valores e símbolos contribuindo para reforçar este princípio de identidade nacional. E ainda hoje, quando já não governam em muitas monarquias constitucionais, ainda se lhes confere o papel simbólico que res-guardam com este princípio.

Já os Estados são máquinas de coerção que estendem seus âmbitos independentemente de quaisquer considerações históricas. Claro que o poder esteve sempre no cerne das manifestações humanas, mas o Estado, tal como o conhecemos, foi uma subversão

destas manifestações numa conjuntura de crescente complexidade da vida social, vindo a ganhar um relevo institucional crescente e inusitado ao longo dos séculos e milênios. A tal ponto que se diz que o Estado tem razões que as razões da sociedade que o instituiu e mantém desconhece. E a tal ponto que esta mesma sociedade, ao longo de sua cumplicidade histórica, vê-se na contingência de submetê-lo a controles cada vez maiores, pois se dá conta que, embora conceitualmente se prefigure como suprema criação da ética humana, na prática, acaba operando sempre mais por pressão do que por vocação ideal. Eis o sentido profundo das duas forças constitutivas do Estado Moderno que lhes deram as feições contemporâneas: o liberalismo e o socialismo, ambos confluindo no século XX para sua legitimação inquestionável nas democracias modernas..

Mas o Brasil, terá se constituído realmente como povo e nação paralelamente à construção de sua poderosa máquina estatal? E fé-lo no rumo de uma tradição de cumplicidade capaz de selar a confiança entre seus mais variados componentes? Quais os laços de confiança, por exemplo, entre a elite e a massa, entre o Rio Grande do Sul e o Rio Grande do Norte, entre centro e periferia das grandes metrópoles, entre usuários de fétidas rodoviárias ao longo da imensidão territorial do país e donos da segunda maior frota de helicópteros do mundo, instalada na cidade de São Paulo? Quais os traços identificadores de uma “personalidade” propriamente brasileira mais além do Jeca Tatu, do Macunaíma, ou do famoso homem cordial do pai do Chico Buarque?

Ora, Drummond intuiu: O Brasil não existe. Foi institucionalmente inventado embora não lhe tenham faltado críticos, logo convertido, pelo peso da matriz colonial impressa nesse processo, a um conservadorismo mordaz. Um deles, em meados do Século XIX, no auge da pressão inglesa para a cessão do odioso tráfico negreiro, chegou a proclamar, redimindo-se perante as elites: “*A África civiliza o Brasil...!*” Enquanto isto, o grande e generoso povo brasileiro, como dizia o saudoso Darcy Ribeiro, ia gestando-se, pela violência, sobre os ventres necessitados de índias, negras e mulheres miseráveis dos arraiais urbanos. `A margem de tudo. Apesar da riqueza da cana, do boi, dos metais escaldantes das Gerais, do café, do cacau, dos *shopping centers*, do dinamismo da industrial de aviões, da safra recorde de 126 milhões de grãos deste ano da graça de 2006-2007, dos salários de juízes e deputados, dos super-lucros dos bancos... Quando chegou o século XX, findo o estigma da escravidão, este processo ganhou vida própria na explosão da penicilina, das vacinas e do amor livre. Passamos de pouco mais de dez milhões na virada do século XIX para o XX, para os “70 milhões em ação” dos anos de chumbo e hoje beiramos os 200 milhões. (E que custava dar uma pequena indenização em terra aos negros libertos, um pequeno sítio de plantar uma roça de subsistência aos agregados do campo...?) E a pequena estrutura estatal concebida para atender uma população branca e rarefeita, há cem anos, já não dá conta das tarefas gigantescas criadas por esta expressão de vitalidade “nativa”. A União gasta apenas 13 bilhões, dos quase 400 bilhões que arrecada, em Educação, dos quais mais de 50 destinam-se a um emperrado Poder Legislativo. Enquanto isto, como no II Império, a política continua “acontecendo” nas casas do Congresso Nacional e a informação “dissolvendo-se” em

doutos comentários sobre “câmbio”, “violência”, “reforma política” e outras quejandas. Como Machado não se deliciaria se vivesse entre-nós...!

Pobre classe média entricheirada neste contexto e que, outrora, já teceu os ideais de mudança no aplauso aos discursos perdidos no tempo de José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Ulysses Guimarães e tantos outros não tão eloquentes em palavras, mas tanto ou mais em ações, cujo registro perde-se ou se guarda, apenas, para que os pósteros não digam que fomos – todos – coniventes durante este tempo todo. Sem nada ter além de uma pequena família cheia de sonhos simples, um apartamento onde compartilha esta fraternidade e muito amor, fé e esperança cevados pela tradição ibérica que lhe formou o caráter cristão-romântico, a classe média chora em desespero o que vem acalentando em desencanto nos últimos anos. Nem por isso torna-se fóbica, nem facistóide. Simplesmente já não sabe o que achar de um país que, de certa maneira, até foi seu também, mas que hoje soluça no abismo hiante em que está lançado pela desagregação social, política e moral.

*E sará mia la colpa si così é?*

**PAULO TIMM- 62, Economista, Professor O BRASIL EXISTE...?**

*“Se a burguesia europeia é crepuscular a nossa (creolla) é inautêntica.”* Jose Carlos Mariategui, escritor peruano do Século XX

Este enigmático e desafiador verso de um poema de Drummond, convertido em tema de pesquisa e docência de um brilhante professor brasileiro nos Estados Unidos, vem a calhar quando a sociedade inteira se escandaliza com a forma como o menino João Hélio foi trucidado por uma gang no Rio de Janeiro. O Brasil existe? E que país é este?

A indagação não é apenas poética. É profundamente intrigante. Como nos constituímos como nação, como povo, como país independente, como moderno Estado democrático? Agora mesmo vamos nos dando conta de que um imenso e poderoso país, o Iraque, foi uma invenção de Churchill, logo após a I Guerra Mundial. Ele juntou com a pena do poder colonial os frangalhos humilhados do velho Império Otomano, aquele colosso muçulmano já quase esquecido. E aprendemos, pelo princípio da intangibilidade das fronteiras - herdadas do colonialismo europeu - que a histórica autodeterminação dos povos africanos e asiáticos gerou monstruosidades estatais militarizadas que deixariam

Hitler ruborizado. E nós? Será que não fomos também inventados ao sabor de interesses e ideologias passageiras, estando, agora, a pagar a conta de uma fatura que não nos corresponde? Afinal, o que é uma nação? O que é um Estado Moderno? O Brasil é o quê?

A idéia de nação mais simples é aquela que a identifica com a extensão de uma família. Ela tem laços culturais, uma cumplicidade no tempo em que adversidades e momentos de fartura celebram seu calendário histórico, reiterando positivamente neste itinerário o papel dos seus mitos fundantes, e, independentemente de suas divisões internas, ela cultiva os laços de confiança que alimentam fortes ideais de solidariedade. Nunca nos esqueçamos de que é a comunhão do alimento, registrada desde os primórdios do homem na Terra e sublimada como sacramento na tradição judaico-cristã, que o distinguiu do “estado de natureza”. Houve tempo em que os Príncipes encarnavam estes valores e símbolos contribuindo para reforçar este princípio de identidade nacional. E ainda hoje, quando já não governam em muitas monarquias constitucionais, ainda se lhes confere o papel simbólico que res-guardam com este princípio.

Já os Estados são máquinas de coerção que estendem seus âmbitos independentemente de quaisquer considerações históricas. Claro que o poder esteve sempre no cerne das manifestações humanas, mas o Estado, tal como o conhecemos, foi uma subversão destas manifestações numa conjuntura de crescente complexidade da vida social, vindo a ganhar um relevo institucional crescente e inusitado ao longo dos séculos e milênios. A tal ponto que se diz que o Estado tem razões que as razões da sociedade que o institui e mantém desconhece. E a tal ponto que esta mesma sociedade, ao longo de sua cumplicidade histórica, vê-se na contingência de submetê-lo a controles cada vez maiores, pois se dá conta que, embora conceitualmente se prefigure como suprema criação da ética humana, na prática, acaba operando sempre mais por pressão do que por vocação ideal. Eis o sentido profundo das duas forças constitutivas do Estado Moderno que lhes deram as feições contemporâneas: o liberalismo e o socialismo, ambos confluindo no século XX para sua legitimação inquestionável nas democracias modernas..

Mas o Brasil, terá se constituído realmente como povo e nação paralelamente à construção de sua poderosa máquina estatal? E fé-lo no rumo de uma tradição de cumplicidade capaz de selar a confiança entre seus mais variados componentes? Quais os laços de confiança, por exemplo, entre a elite e a massa, entre o Rio Grande do Sul e o Rio Grande do Norte, entre centro e periferia das grandes metrópoles, entre usuários de fétidas rodoviárias ao longo da imensidão territorial do país e donos da segunda maior frota de helicópteros do mundo, instalada na cidade de São Paulo? Quais os traços identificadores de uma “personalidade” propriamente brasileira mais além do Jeca Tatu, do Macunaíma, ou do famoso homem cordial do pai do Chico Buarque?

Ora, Drummond intuiu: O Brasil não existe. Foi institucionalmente inventado embora não lhe tenham faltado críticos ,logo convertido, pelo peso da matriz colonial impressa nesse processo, a um conservadorismo mordaz. Um deles, em meados do Século XIX, no auge da pressão inglesa para a cessão do odioso tráfico negreiro , chegou a proclamar, redimindo-se perante as elites: “*A Africa civiliza o Brasil...!*” Enquanto isto, o grande e generoso povo brasileiro , como dizia o saudoso Darcy Ribeiro, ia gestando-se, pela violência , sobre os ventres necessitados de índias, negras e mulheres miseráveis dos arraiais urbanos. `A margem de tudo. Apesar da riqueza da cana, do boi, dos metais escaldantes das Gerais, do café, do cacau, dos *shopping centers*, do dinamismo da industrial de aviões, da safra recorde de 126 milhões de grãos deste ano da graça de 2006-2007, dos salários de juízes e deputados, dos super-lucros dos bancos...Quando chegou o século XX , findo o estigma da escravidão, este processo ganhou vida própria na explosão da penicilina , das vacinas e do amor livre . Passamos de pouco mais de dez milhões na virada do século XIX para o XX , para os “70 milhões em ação” dos anos de chumbo e hoje beiramos os 200 milhões.(E que custava dar uma pequena indenização em terra aos negros libertos, um pequeno sítio de plantar uma roça de subsistência aos agregados do campo...?) E a pequena estrutura estatal concebida para atender uma população branca e rarefeita ,há cem anos, já não dá conta das tarefas gigantescas criadas por esta expressão de vitalidade “nativa”. A União gasta apenas 13 bilhões, dos quase 400 bilhões que arrecada, em Educação, dos quais mais de 50 destinam-se a um emperrado Poder Legislativo.Enquanto isto, como no II Império, a política continua “acontecendo” nas casas do Congresso Nacional e a informação “dissolvendo-se” em doutos comentários sobre “câmbio”, “violência”, “reforma política” e outras quejandas. Como Machado não se deliciaria se vivesse entre-nós...!

Pobre classe média entricheirada neste contexto e que, outrora, já teceu os ideais de mudança no aplauso aos discursos perdidos no tempo de José Bonifácio , Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa , Ulysses Guimarães e tantos outros não tão eloquentes em palavras, mas tanto ou mais em ações ,cujo registro perde-se ou se guarda, apenas, para que os pósteros não digam que fomos – todos – coniventes durante este tempo todo. .Sem nada ter além de uma pequena família cheia de sonhos simples, um apartamento onde compartilha esta fraternidades e muito amor, fé e esperança cevados pela tradição ibérica que lhe formou o caráter cristão-romântico, a classe média chora em desespero o que vem acalentando em desencanto nos últimos anos. Nem por isso torna-se fóbica , nem facistóide. Simplesmente já não sabe o que achar de um país que, de certa maneira, até foi seu também, mas que hoje soluça no abismo hiante em que está lançado pela desagregação social , política e moral.

*E sará mia la colpa si cosi é?*

**PAULO**

**TIMM-**

62,

Economista,

Professor



## Maneira de ser

**" O Brasil é feito por nós. Está na hora de desatar esses nós"-  
Aparicio Torelly**

A abrupta saída de Nelson Jobim da disputa pela Presidência do PMDB um dia depois de afirmar à imprensa que esta possibilidade era zero ou até "abaixo de zero" sugere algumas reflexões.

O que significa esta saída e, mais do que isto, o gesto com que se reveste?

A saída não significa nada. Tudo continuará com "dantes no quartel de Abrantes". Tem uma correspondência com aquelas coisas para as quais não encontramos nenhuma explicação plausível e, mesmo assim, o mundo continua como está. Neste caso, a política nacional, a conjuntura de alianças em torno do Presidente Lula, O PMDB. Esse Partido, *apesar dos gauchos* que nele militam desde sua fundação, nos idos da ditadura, é o que sempre foi: um artifício - pós-moderno- de articulação de interesses pessoais transformado em instrumento de confecção da política. Nem por isso desimportante, vez que a política no mundo pós-moderno é isso mesmo: um "*como se...*", um reino do simulacro.

É *como se* ela realmente organizasse os interesses coletivos com o objetivo de conferir ao Estado seu caráter impessoal e objetivo; é *como se* ela se constituísse num canal de efetiva defesa dos direitos consagrados na legislação; é *como se* ela se constituísse num verdadeiro estuário de confluência de verdadeiras vocações públicas; é *como se* ela fosse um canal para o descortínio de um *possível* melhor do que o traçado pelo *destino manifesto*.

Dou apenas um exemplo: Por que só os Partidos Políticos detêm o poder de representação dos eleitores? Aliás, seu monopólio. Houve tempo - e o há para tudo - em que o processo de democratização da sociedade e do Estado dependeu, realmente, dos Partidos Políticos, que por isso mesmo criaram verdadeiras clivagens ideológicas e de representação social. Hoje, entretanto, a democratização ultrapassou os limites do Estado e da Política e enveredou para o campo da intersubjeividade. Tanto que já se diz que *o se ganha em cidadania estatizada se perde em subjetividade realizada*. Mesmo quando o assunto é "organização do povo", o universo das entidades sem fins lucrativos ultrapassa em quilômetros o papel desempenhado por Partidos Políticos. E, finalmente, no campo da formação política, a abertura das Universidades e sua extensão sobre a sociedade fazem, igualmente, muito mais do que as infundadas Fundações associadas aos Partidos com o fim de proceder a divulgação de idéias e programas. Também as rígidas fronteiras entre Estado e Sociedade Civil tão ao gosto dos clássicos dos Séculos XVIII e XIX esvairam-se, em razão mesmo das transformações no interior de um e de outro, a tal ponto, que já carece de sentido prático conceber Políticos- e os Partidos que a monopolizam- como único mecanismo de acesso da sociedade ao Estado.

A discussão, portanto, sobre Reforma Política em curso no Brasil de hoje está tão ultrapassada quanto os protagonistas que a encenam. A verdadeira Reforma Política ansiedade pelas sociedades contemporâneas visa a, justamente, colocar o monopólio da Política pelos Partidos sob severa revisão ao tempo em que procura dar ao cidadão comum e corrente maior acesso e vivência sobre as coisas públicas. Os gregos, na

origem da democracia, faziam isso recorrendo, inclusive, ao sorteio, de forma a evitar a profissionalização da política. Nós mesmos, embora recorrendo a uma inspiração própria da época, já elegemos, na Constituinte de 34 representantes "classistas", os quais, aliás, foram decisivos para o maior arejamento daquela Carta Magna. A Reforma Política tampouco poderá estar, hoje, desvinculada da Reforma do Estado, mediante a qual a sociedade, sem os Partidos e sem os políticos, venha a se assenhorear cada vez mais dos instrumentos estatais para a regulação da vida social. E como pensar em Reforma do Estado e Reforma Política sem avançar a discussão sobre o caráter republicano do Estado e o caráter democrático do Poder Legislativo, ambos caixas pretas de poderes tão desconhecidos quanto brutais sobre o cidadão comum. Para quê um Senado? Para quê três Senadores? Para quê, mesmo com tais mecanismos de equilíbrio, cotas mínimas e máximas no Congresso Nacional? Para quê tanta suntuosidade na Câmara e no Senado num país de mortos de fome e desemprego. A questão decisiva, ainda, diz respeito ao conceito de cidadania neste país. Como estender a cidadania se a cidadania sempre foi uma espécie de vilania corresponde ao acesso de alguns poucos às graças de Sua Majestade de turno. Cidadania e mercado, conceitos e experiências decisivas para a construção da verdadeira modernidade nunca existiram, a rigor, no Brasil.

Enfim, a saída do Ex-Ministro Jobim do páreo não afetará estas questões mas seu gesto, uma vez mais, reitera a distância do Rio Grande do Sul do que é o Brasil. *O ser é com o ser*, já dizia Parmênides, na origem do filosofar. E o Brasil é com o Brasil, sendo o Rio Grande do Sul, com suas percepções, valores e destinamentos, já que falamos em filosofia, outra coisa. Por acaso falamos todos o belo português, como aliás, também o falam os portugueses, angolanos, timorenses e outros povos. Mas cada um com sua maneira de ser. Os gauchos insistem em não entender isto...

**Paulo Timm** - 6 de março de 2007- Torres, RS1

## YEDA: SURPRESA PREVISÍVEL

De todos os resultados eleitorais no país um , o do Rio Grande do Sul, elegendo Yeda Crusius para o segundo turno, com cerca de 35% dos votos, foi dos mais surpreendentes. Com efeito, iniciando sua campanha sem qualquer chance de chegada, num Estado em que o PSDB nunca *existiu* , a candidata jamais apareceu nas pesquisas de opinião como uma real ameaça aos dois favoritos, o Governador Rigotto ,do PMDB e o Ex-Governador Olívio Dutra , do PT. Não obstante, ganhou dos dois e por uma margem grande:10%. O que teria, então, ocorrido?. Os institutos de pesquisa teriam falhado? E, se não falharam, o que ocorreu que tanto surpreendeu ?.

A resposta a estas indagações não é simples.Mas para quem acompanha atentamente o que vinha ocorrendo na campanha isto não surpreende tanto. Vejamos.

O Governo Rigotto foi eleito, também, de forma surpreendente quatro anos atrás. Correndo por fora, como Yeda, ele se interpôs entre competidores mais fortes com sucesso. Ele , até então, fora apenas um deputado federal da região de Caxias, sem grande expressão na capital (Porto Alegre). Mas, já no primeiro ano de Governo demonstrou grande insensibilidade política ao elevar impostos contra uma forte corrente organizada da opinião pública, em circunstâncias de que prometera na campanha recente não fazer isto. Sua popularidade desabou e seu Governo passou quatro anos na defensiva , tentando se recuperar deste fato. Curioso: O mesmo fenômeno ocorrera quatro anos antes dele com Olívio Dutra, ao rejeitar a oferta de uma montadora de carros para instalar-se no Rio Grande. No início deste ano ,sem qualquer avaliação do processo interno do PMDB nacional – os gaúchos custam muito a entender que o Brasil não é uma extensão do Rio Grande - o jovem Governador ainda se deu o luxo de lançar-se pré-candidato à Presidência da República, praticamente abandonando seu Governo à própria (má) sorte e, pior, sofrendo ridícula derrota para o Ex-Governador Garotinho. Tudo para acabar em nada no final da tragi-cômica convenção deste Partido que preferiu a omissão diante da sucessão Presidencial para melhorar sua performance nos Estados, no compasso das conveniências locais. Voltando ao Governo, Rigotto , no alto de uma pré-candidatura frustrada à Presidência, numa demonstração de que o próprio fracasso lhe subira à cabeça , demora muito para definir-se candidato ao Governo, perdendo meses preciosos para articular alianças e pavimentar o caminho para o sucesso da reeleição. Finalmente, em campanha, Rigotto também fracassou. Permaneceu fechado no aconchego do Palácio Piratini , sem descer do pedestal para disputar o terreno do corpo a corpo na imensidão que marca o universo urbano gaúcho - mais de quinhentos municípios espalhados em regiões tanto geográfica quanto culturalmente diferentes . Enquanto isto ,Yeda -mas também o fraco candidato Turra, do PP- caía na luta e impulsionava uma campanha verdadeiramente agressiva com ênfase na necessidade de enfrentar a grave crise econômica que assola o Estado. Para piorar tudo, Rigotto ficou vacilante entre o apoio à Lula- com quem teve sempre um bom relacionamento - e à Geraldo Alkmin, um paulista com pouco trânsito no Rio Grande –

ao contrário de Fernando Henrique que, até pelo objeto de seus estudos sociológicos, sempre foi uma presença constante na vida intelectual e política do Estado-. Mas, ainda assim, Alkmin sempre foi o preferido dos eleitores gaúchos e, com o seu crescimento ao longo das últimas semanas, explosivo na última semana da campanha, abriu-se uma clareira para uma correspondência local à este espaço não percebido pelo Governador Rigotto, mas francamente aproveitada por Yeda. Sentia-se nas ruas de Porto Alegre, entre os simpatizantes de Alkmin e Rigotto uma manifesta vontade de excluir do segundo turno o candidato do PT, Olívio Dutra. Diziam: “O Rigotto está garantido. Vou votar na Yeda...! Rigotto nada percebeu, insensível, dentro das paredes palacianas junto com seus coordenadores de campanha. Não percebeu um movimento crescente, não tanto contra ele, mas contra o PT, insuflado pelo crescimento à Presidência do PSDB. Deuse-se mal. Foi cortado e em prantos disse à TV: “Não pude dar a vitória ao povo...”. Mais uma vez a falha: O povo foi vitorioso em primeiro de outubro. Elegeu quem quis e não quis Rigotto...

Agora a disputa será Yeda e Olívio. Ela deverá ganhar por mais de 60% dos votos. Quem poderia votar em Olívio já votou. Não deve passar de 35%. O Rio Grande em peso está com alergia ao PT, ao Lula e ao Olívio. Trata-se, aqui, de um projeto que não deu certo. A perda de sacralidade do PT em decorrência dos escândalos que abalaram o Governo Lula só confirmou a rejeição que a falta de profissionalismo do PT local já vinha assinalando junto à ampla classe média rio-

grandense. Desonestidade, aqui, é crime, hediondo, que se paga com a perda de credibilidade. Registre-se, ainda, que a tradição gaúcha preza muito a lealdade programática. Esta foi uma terra que teve três grandes líderes nacionais – Getúlio, Jango e Brizola, todos coerentes com suas idéias até o fim de suas vidas. Muita gente não concorda, aqui, com idéias deles mas respeita o trabalhismo. O PT capitalizou muito, aliás, esta tradição de coerência e luta, mormente em cidades como Porto Alegre e Santa Maria. Mas o Governo de Lula desacreditou-se neste campo ideológico, tão caro aos gaúchos, ao manter uma política econômica idêntica a do seu antecessor e ainda castigar os aposentados do setor público com a cobrança do INSS.

Os institutos de pesquisa, portanto, se equivocaram, sim, ao não prever a vitória de Yeda. Mas só até certo ponto, porque esta vitória foi um fenômeno da última semana e que amadureceu na madrugada de sábado para domingo em consequência do processo que envolveu toda a campanha eleitoral e que refletiu as condições políticas em que ele se encerrava: a crise econômico-fiscal do Estado, a falta de maturidade do Governador Rigotto para comandar tanto o Governo quanto à complexa vida política do Estado, a fragilidade de sua campanha incapaz de perceber a perplexidade criada pelo crescimento repentino da campanha de Alkmin, **tudo isto apontando para a busca de um novo perfil, mais profissional, ético e, sobretudo, sensível à crítica situação de uma economia agroindustrial pressionada pela seca, pelos juros altos de suas dívidas e pelo baixo câmbio de suas exportações.**

A vitória de Yeda repete a vitória de Rigotto. Correndo por fora, surpreendeu. Curiosamente relembra um pouco a vitória de Brito há alguns anos: um perfil novo no comando do Estado sem grandes compromissos com as velhas elites. Reitera, talvez, a necessidade de uma sociedade em ver renovadas estas elites de forma a voltar a ocupar um lugar de destaque tanto na economia como na política nacionais. Outrora Nelson Marchesan e , remotamente, Fernando Ferrari foram outros perfis pessoais que já anunciavam esta necessidade . Mas nada ocorreu. O Rio Grande, dizia o título de um livro clássico de Franklin de Oliveira , nos idos de 60, “é um novo nordeste ” , condenado à crise econômica e à perda de importância política.

Brito sumiu do cenário, Rigotto parece que não terá outro fim. E Yeda? Ela teria tudo para renovar os ares da *querência*, tanto pelas suas origens paulistas de onde emana um fluxo de modernização do país, quanto pela sua filiação – aí diferente dos que lhe tem antecedido - a um Partido relativamente novo no Rio Grande, aliás, com pequeníssima representação na Assembleia Legislativa local. Se for capaz de redefinir , com novos argumentos e análises, as razões da crise econômica, se for capaz de irrigar o Rio Grande com um novo fluxo de idéias renovadoras, se for capaz de fazer um Governo menos de composições tradicionais de velho estilo e mais profissional, se for capaz de superar os limites de um orçamento público totalmente comprometido com aposentadorias , se for capaz de renovar, enfim, poderá ter sucesso.Se... Caso contrário, só aumentará a lista dos que tentaram e não conseguiram, tanto por falta de competência como de apetite pela renovação. De qualquer maneira, fechou-se um ciclo político-partidário no Rio Grande do Sul: PT e PMDB agonizam...

.Paulo Timm , 62 – Economista do IPEA, Professor da Unb.

paulotimm@hotmail.com

- 
- E o Chavez tinha razão...

Diziam os antigos que , quando os deuses queriam se livrar de alguém, faziam-no louco. E o ECLESIASTES arrematava: *No muito falar encontrar-se-á a loucura.*

Muitos dão como certo que isto está acontecendo com o Presidente Chavez, da Venezuela, que fala demais: Estaria meio doido, ensandecido com a enxurrada de petro-dólares que afluí para os cofres de seu país e com a possibilidade de ser o herdeiro de Fidel Castro, no rastro de Bolívar e José Martí. Mas , ainda que isto fosse verdade, outro provérbio poderia salvá-lo da condenação à insanidade: *Há sempre um pouco de razão na loucura e um pouco de loucura no amor.* Para os que gostam e acreditam neste dito a loucura, enfim, não seria senão um não-lugar de articulação entre os dois opostos da condição humana percebidos desde os primórdios da humanidade e que jamais se encontram: a origem (animal) do homem e seu destino (divino), sua natureza (sutil) e seu espírito (denso), seus instintos (egóicos) e sua consciência (solidária), sua força (bruta) e sua Lei (ética).

Pois bem, nas últimas semanas Chavez fez duas proposições taxadas como malucas: retirar a sede da ONU de New York e , agora, diante dos testes nucleares da Coréia - repudiados por ele - que se extinguisse o arsenal atômico dos Estados Unidos. Confesso que há muito tempo não ouvia algo tão racional e saudável como estas duas proposições.

- 
- Vejamos, primeiro, a questão da sede das Nações Unidas em New York, Estados Unidos.

Quando ali se instalou a ONU, no final da década 40, no imediato pós- II Guerra Mundial, depois de um primeiro Congresso em São Francisco, esta escolha parecia muito natural. Vários argumentos sustentavam esta idéia. Os Estados Unidos não haviam sido devastados pela Guerra, como os países de um e outro lado na Europa; estavam, mercê do próprio esforço de guerra, no auge de suas energias econômicas numa clara demonstração de efeito para o resto do mundo; os americanos dispunham de um sistema político estável que havia passado pelo teste da crise dos anos trinta sem maiores contratempores evidenciando nítida capacidade para supervisionar a reconstrução do mundo em liberdade; dispunham, enfim, os americanos de um sistema de amplas liberdades civis e políticas que assegurariam o funcionamento adequado dos vários órgãos

da ONU ; e, finalmente, New York , depois de Paris, assumia sua dimensão como capital do mundo, tanto pelo seu cosmopolitismo , quanto pelas suas projeções internacionais. Nada mais certo, à época, do que ali sediar o instrumento de reconstrução da paz entre as nações num mundo que se imaginava extirpado dos excessos políticos do período anterior.

Mas o que ocorreu ao longo destes últimos cinquenta e tantos anos?

O mundo mudou muito. Emergiu sobremaneira o direito à auto-determinação dos povos e de seus direitos à identidade trazendo no seu bojo a liberação da mulher, a igualdade entre brancos , negros e orientais, a tolerância religiosa e o respeito à orientação sexual de cada cidadão, mas, simultaneamente, a rejeição destas aquisições por outros povos , cujos ritmos de assimilação destas idéias passam por outro tempo. A Asia , mais do que as Américas ou Europa teve um ressurgimento inusitado em decorrência da Revolução Chinesa, do milagre japonês e mais recentemente do fenômeno dos tigres. Os conflitos , outrora de relevo mundial, refluíram para uma centena de pontos inflamados pelo ódio étnico, racial ou político, sendo de se destacar o inarredável incômodo do conflito árabe -judeu na Palestina com projeções em toda a região. A ascensão e queda do bloco soviético destronou a hegemonia de uma oposição secular e alegadamente progressista às mazelas do mundo capitalista ocidental abrindo franco caminho para a afirmação de movimentos fanáticos de oposição à modernidade hegemônica pelo *american way of life* , francamente regressistas e de fundamentação milenar. A consciência crescente pela devastação do planeta imposta pelo crescimento e consumo desenfreados , culminando na Conferência do Rio -92, trouxe novos ingredientes ao caldeirão de contestações aos países desenvolvidos, mormente Estados Unidos, visto serem eles os principais vilões da modernidade destruidora. A própria ONU mudou, transformando-se, principalmente, num instrumento de promoção do desenvolvimento , mais do que garantia de paz. Por último, mas não menos importante, a 06 de agosto de 1945, explodia a primeira bomba atômica sobre Hiroshima evidenciando um novo limite técnico para a capacidade humana não só para dominar os homens e a natureza mas para exterminá-los num holocausto da biosfera. E foram os Estados Unidos que primeiro fizeram a bomba e os primeiros a estocá-la ameaçando a humanidade. Já aí uma razão para procurar um lugar mais neutro, como outrora foi a Suíça, como sede das Nações Unidas. Tanto tudo mudou que , hoje, quando um novo Secretário Geral deste organismo toma posse a reorganização da ONU é seu principal item de Agenda.

Neste contexto a mudança da sede da ONU não é nada descabido. Há que se levar a sério a proposta de Hugo Chaves. E dar início a um intenso debate sobre qual o lugar ideal neste alvorecer do Sec ulo XXI para sediá-la. Aprofundando a idéia eis algumas considerações adicionais:

1- Uma nova sede deverá tomar em consideração o peso político e econômico do Oriente, principalmente China, Índia e Japão , na conjuntura mundial;

2- Há que se procurar , também, fazer da instalação da ONU um instrumento de atenção ao continente em que se venha instalar, com vistas ao seu desenvolvimento; aí ressalta o papel da África como o lugar estratégico neste processo em virtude de sua inevitável condenação à miséria e desintegração social nas próximas décadas em decorrência de séculos de colonialismo brutal e tráfico negroiro;

3- Além da escolha do lugar há que se pensar, também, na possibilidade de internacionalizar a área das Nações Unidas como mecanismo de garantia ao seu pleno funcionamento , da mesma forma que os americanos fizeram ao criar o instituto dos Distritos Federais como garantia de que nenhum Estado membro viesse a ter maior relevo na máquina federal , nem impossibilitar a reunião dos constituintes, como o fizera o Governo da Filadélfia anteriormente.; esta iniciativa impediria, também, o crescente constrangimento a que alguns Chefes de Estado e autoridades passam ao entrar em território "americano" ou de qualquer outro Estado.

Outro pronunciamento de Chaves foi a condenação às experiências nucleares na Coréia do Norte ,com a simultânea exigência de que os grandes arsenais nucleares americanos também se desativassem.Nada mais acertado. Todo mundo pensa isto mas ninguém tem a coragem de dizer com receio de parecer irreal ou utópico. Vivemos na era do "como se"... Ou seja, "como se" os americanos não fossem os donos do mundo, "como se " não reservassem para si o monopólio nuclear ,

"como se" não fossem os principais beneficiários dos frutos do desenvolvimento nas últimas décadas; "como se" tivessem algum mandato divino que os credencia à gendarmeria mundial a ferro e fogo; "como se" não oferecessem aos seus maus produtores rurais subsídios agrícolas que sufocam a possibilidade de inserção mais dinâmica nos mercados mundiais;"como se " fossem , como nação, mais iguais no concerto internacional, do que as demais;"como se"ivessem algum programa concreto e convincente de integração ao mercado e à cidadania de bilhões de seres humanos marginalizados na America do Sul, na Asia e na África.Ora, isto é brincadeira. A questão nuclear afeta a vida no planeta. Seu domínio definiu um novo calendário rumo ao Armagedon que poucos avaliam. Pena que já ninguém fale em Hiroshima e Nagasaki , ou da violácea ameaça à biosfera no "Day After", quando mais um país anuncia seus testes nucleares como quem explode uma carga de dinamite. O único país que tomou uma medida concreta para retroagir em suas usinas nucleares foi a Alemanha, mercê da presença de um exótico Partido Verde na coligação de Governo que recém se foi. Mas tudo se passa "como se"... Quem garante que dentro de muito pouco tempo um aloprado fanático, não por ódio a qualquer coisa , mas por um insensato sentimento de pertencimento a uma seita , etnia ou cultura, jogue tudo pelos ares na explosão de uma "bomba suja" carregada irresponsavelmente numa pequena bolsa? Diante da ameaça nuclear não há saída fora do diálogo, único espaço capaz de construir uma razão consensual na humanidade suficiente para impedir o holocausto. E isto exige muita paciência, maturidade e, sobretudo, construção de canais que assegurem uma perfeita



comunicação entre todos os pares do planeta, sem *eixos* nem do mal nem do bem,desarmando-os, todos, sem exceção , da possibilidade de chatagem nuclear de uns contra os outros. E isto , pois, significa, a destruição de todos os arsenais atômicos, inclusive dos Estados Unidos.

- Longa vida, pois, ao Presidente Chaves...

Paulo Timm , 62, - Economista do IPEA e Professor da Unb

## Maneira de ser

**" O Brasil é feito por nós. Está na hora de desatar esses nós"-  
Aparício Torelly**

A abrupta saída de Nelson Jobim da disputa pela Presidência do PMDB um dia depois de afirmar à imprensa que esta possibilidade era zero ou até "abaixo de zero" sugere algumas reflexões.

O que significa esta saída e, mais do que isto, o gesto com que se reveste?

A saída não significa nada. Tudo continuará com "dantes no quartel de Abrantes". Tem uma correspondência com aquelas coisas para as quais não encontramos nenhuma explicação plausível e, mesmo assim, o mundo continua como está. Neste caso, a política nacional, a conjuntura de alianças em torno do Presidente Lula, O PMDB. Esse Partido, *apesar dos gauchos* que nele militam desde sua fundação, nos idos da ditadura, é o que sempre foi: um artifício - pós-moderno- de articulação de interesses pessoais transformado em instrumento de confecção da política. Nem por isso desimportante, vez que a política no mundo pós-moderno é isso mesmo: um "*como se...*", um reino do simulacro.

É *como se* ela realmente organizasse os interesses coletivos com o objetivo de conferir ao Estado seu caráter impessoal e objetivo; é *como se* ela se constituísse num canal de efetiva defesa dos direitos consagrados na legislação; é *como se* ela se constituísse num verdadeiro estuário de confluência de verdadeiras vocações públicas; é *como se* ela fosse um canal para o descortínio de um *possível* melhor do que o traçado pelo *destino manifesto*.

Dou apenas um exemplo: Por que só os Partidos Políticos detêm o poder de representação dos eleitores? Aliás, seu monopólio. Houve tempo - e o há para tudo - em que o processo de democratização da sociedade e do Estado dependeu, realmente, dos Partidos Políticos, que por isso mesmo criaram verdadeiras clivagens ideológicas e de representação social. Hoje, entretanto, a democratização ultrapassou os limites do Estado e da Política e enveredou para o campo da intersubjeividade. Tanto que já se diz que *o se ganha em cidadania estatizada se perde em subjetividade realizada*. Mesmo quando o assunto é "organização do povo", o universo das entidades sem fins lucrativos ultrapassa em quilômetros o papel desempenhado por Partidos Políticos. E, finalmente, no campo da formação política, a abertura das Universidades e sua extensão sobre a sociedade fazem, igualmente, muito mais do que as infundadas Fundações associadas aos Partidos com o fim de proceder a divulgação de idéias e programas. Também as rígidas fronteiras entre Estado e Sociedade Civil tão ao gosto dos clássicos dos Séculos XVIII e XIX esvairam-se, em razão mesmo das transformações no interior de um e de outro, a tal ponto, que já carece de sentido prático conceber Políticos- e os Partidos que a monopolizam- como único mecanismo de acesso da sociedade ao Estado.

A discussão, portanto, sobre Reforma Política em curso no Brasil de hoje está tão ultrapassada quanto os protagonistas que a encenam. A verdadeira Reforma Política ansiedade pelas sociedades contemporâneas visa a, justamente, colocar o monopólio da Política pelos Partidos sob severa revisão ao tempo em que procura dar ao cidadão comum e corrente maior acesso e vivência sobre as coisas públicas. Os gregos, na

origem da democracia, faziam isso recorrendo, inclusive, ao sorteio, de forma a evitar a profissionalização da política. Nós mesmos, embora recorrendo a uma inspiração própria da época, já elegemos, na Constituinte de 34 representantes "classistas", os quais, aliás, foram decisivos para o maior arejamento daquela Carta Magna. A Reforma Política tampouco poderá estar, hoje, desvinculada da Reforma do Estado, mediante a qual a sociedade, sem os Partidos e sem os políticos, venha a se assenhorear cada vez mais dos instrumentos estatais para a regulação da vida social. E como pensar em Reforma do Estado e Reforma Política sem avançar a discussão sobre o caráter republicano do Estado e o caráter democrático do Poder Legislativo, ambos caixas pretas de poderes tão desconhecidos quanto brutais sobre o cidadão comum. Para quê um Senado? Para quê três Senadores? Para quê, mesmo com tais mecanismos de equilíbrio, cotas mínimas e máximas no Congresso Nacional? Para quê tanta suntuosidade na Câmara e no Senado num país de mortos de fome e desemprego. A questão decisiva, ainda, diz respeito ao conceito de cidadania neste país. Como estender a cidadania se a cidadania sempre foi uma espécie de vilania corresponde ao acesso de alguns poucos às graças de Sua Majestade de turno. Cidadania e mercado, conceitos e experiências decisivas para a construção da verdadeira modernidade nunca existiram, a rigor, no Brasil.

Enfim, a saída do Ex-Ministro Jobim do páreo não afetará estas questões mas seu gesto, uma vez mais, reitera a distância do Rio Grande do Sul do que é o Brasil. *O ser é com o ser*, já dizia Parmênides, na origem do filosofar. E o Brasil é com o Brasil, sendo o Rio Grande do Sul, com suas percepções, valores e destinamentos, já que falamos em filosofia, outra coisa. Por acaso falamos todos o belo português, como aliás, também o falam os portugueses, angolanos, timorenses e outros povos. Mas cada um com sua maneira de ser. Os gauchos insistem em não entender isto...

**Paulo Timm** - 6 de março de 2007 - Torres, RS1

## SENADO EM CRISE, MORTE AO SENADO!

A crise que se abateu sobre o Senado Federal ,há quase dois meses, em conseqüência das suspeitas sobre seu Presidente Renan Calheiros, agravada pelo incidente que levou à renúncia do Senador Joaquim Roriz (PMDB-DF) , nos leva ao inevitável questionamento da própria instituição. Afinal , para quê serve o Senado?

O Senado é a expressão do princípio federativo que rege a República do Brasil. Seria, em tese, um contrapeso à representação popular, supostamente mais *açodada* e *avançada*, da Câmara dos Deputados, esta representativa do conjunto do eleitorado nacional. O Senado , por isto mesmo, é fruto de uma eleição direta, não proporcional, através da qual os candidatos com maior votação são os escolhidos, com seus dois suplentes, para ocupar a nobre função. Há três Senadores por cada Estado membro da federação, ao contrário da Câmara dos Deputados , cuja composição reflete o tamanho da população de cada Estado, ressaltando-se, o que é uma agressão ao princípio da representação , um máximo de 60 deputados para os maiores Estados e um mínimo de 8 para os menores. Os Senadores, enfim, representam os seus respectivos Estados e não suas respectivas populações.É , por definição, um “freio” no interior do Poder Legislativo.

Este modelo de duas Casas no Congresso Nacional, uma, “baixa”, representando os eleitores, outra, “alta”, o Senado, tem suas origens remotas no modelo inglês , onde a democracia consistiu num longo processo de *isolamento* do Rei, que culminou na fórmula :“*o Rei reina mas não governa*”. Tão conhecido tornou-se o modelo inglês que quase todas as línguas contemplam a expressão “*Rainha da Inglaterra*” , indicativa de uma autoridade – simbólica -que ocupa uma função sem , na verdade, dispor do poder para mandar. Em conseqüência organizaram-se duas Casas representativas na Inglaterra, sem, contudo , juntarem-se sob o conceito de Congresso Nacional . Uma, “alta”, expressiva da nobreza castrada, de caráter simbólico, com funções que alcançam o poder judiciário. Outra, “baixa”, laica, representativa dos eleitores, denominada Parlamento, que detém não só as funções legislativas clássicas , mas também, o poder de indicar o Primeiro-Ministro que chefia o Poder Executivo. O modelo inglês, diga-se de passagem, é ímpar na Europa embora tenha influenciado as soluções modernizadoras da Suécia, da Bélgica e , mais recentemente, da Espanha. A grande maioria dos países europeus optou pela fórmula republicana inspirada na Revolução Francesa de 1789 e disseminada tanto pelo ideário iluminista, quanto pelos canhões do exército *bonapartista*. Em ambos os casos, entretanto, as funções legislativas são desempenhadas por um Parlamento que condensa em si mesmo o princípio máximo da democracia contemporânea que é o da representatividade. Veja-se que o Brasil dispõe de um “Congresso” com duas casas separadas , jamais um “Parlamento”.

Mais recentemente , foi a Constituição americana , adotada pelos Estados Unidos depois de sua independência , em 1776, que inspirou todas as Constituições Republicanas atuais e, especialmente, as Constituições brasileiras. Isto, aliás, não é nada demais. Todos os especialistas são unânimes em afirmar que não há muito o que inventar em matéria constitucional. Todas se assemelham e derivaram de duas ou três matrizes: a americana, a belga e a francesa. Na Constituição americana criou-se o princípio federativo, o qual assegurava a unidade das 13 “colônias” na república nascente, sob o compromisso de forte autonomia a cada uma delas, o que seria garantido pela constituição do Senado Federal , representativo desta autonomia na organização do Poder Legislativo a nível nacional, e do direito a cada um dos novos Estados a dotar-se de uma Constituição própria indicativa de sua respectiva substância de poder local. Tanto foi assim que os americanos criaram um Distrito Federal que deveria abrigar a sede do poder federal e que seria um território “vazado” de substância federativa e equidistante da influência de cada um dos Estados membros, experiência que se estendeu sobre o Brasil ,México, Argentina e Venezuela, que criaram, também, “Distritos Federais” nas suas experiências republicanas.

Este modelo de duas casas legislativas mantém-se, mais ou menos, conforme a inspiração americana, em todas as Repúblicas ditas federativas, excluindo-se deste modelos a grande parte das modernas democracias que adotam o princípio da República unitária, com outros mecanismos institucionais que assegurem os interesses locais e regionais.

O Brasil adotou o conceito do Congresso Nacional com duas Casas, a Câmara e o Senado, com funcionamento separado em sua organização interna e “personalidade” e ,eventualmente, unidas, em algumas funções políticas. Rigorosamente , não existe uma “personalidade” jurídica denominada Congresso Nacional, apenas política, como espécie de “alma” do Poder Legislativo em nível nacional. O Congresso não contrata funcionários, não organiza serviços, não tem serviço de informação, não tem funcionários, não assina cheques, não “existe”, senão através de seus corpos constitutivos. Mas existe politicamente, misteriosamente. Reúne-se para apreciar matérias conjuntas e Emendas à Constituição , hoje, sob a Presidência de Renan Calheiros, aliás contestado neste exercício pela Oposição.

Mas qual é a história do Senado Federal no Brasil? Como se tem constituído, que funções tem cumprido? Sua existência é necessária ou indispensável à democracia, à república, ao federalismo?

Ora, a história do Senado, afora o ufanismo literário e a auto-promoção, é a de um apêndice legislativo conservador que não faz senão “imortalizar” lideranças regionais

que aí encontram um “limbo” que, se não atravancasse o princípio da representação propriamente popular concentrado na Câmara dos Deputados em suas funções legislativas e de fiscalizadoras, poderia ser uma ante-sala do Paraíso. É comum dizer-se , no Senado, onde trabalhei durante vários anos, que , comparado, aliás, com o céu, para onde esperam chegar em breve muitos dos Senadores, grande parte em avançada idade, ali há mais conforto e garantias...Antigamente , no Império, a vitaliciedade do Senado constitui-se num imperativo conservador que entravou a modernização do país. O Senado era o remanso da grande propriedade escravista . Mais recentemente, na ditadura militar, diante do avanço liberal nas urnas , ocorreu ao Ex-Presidente Geisel, garantir a maioria governista no Senado – e, por conseguinte, no Congresso Nacional – com a adoção dos Senadores “indicados” , logo denominados biônicos, últimos deles ainda presentes na Constituinte de 1988.

Não cumpre o Senado qualquer garantia, como se costuma dizer, ao princípio do federalismo. O federalismo no Brasil, aliás, sempre foi um federalismo de fachada. Simplesmente nunca existiu. Toda a nossa história foi a história da concentração de poderes no Poder Central , daí nossa preferência, desde cedo, na Independência, pela monarquia, que não era , senão, um símbolo desta centralidade que viria, aliás, contribuir para a integridade territorial do país. Pois esta integridade foi obtida a ferro e fogo pelo Poder Central compensando-se os interesses regionais pela cooptação de suas lideranças políticas com os cargos públicos na Administração Federal e no Senado , num amplo processo bem analisado por Vitor Nunes Leal no clássico “Coronelismo, Enxada e Voto”. O coronelismo, enfim, não foi – nem é – um mecanismo de simples compra de votos que conspira historicamente nosso processo eleitoral. É um mecanismo de liquidação da autonomia regional – e do federalismo - que se “entrega” aos favores do poder político da União em troca de posição e prestígio.

O Brasil ainda está por construir seu federalismo, entendido como descontração do poder central e fortalecimento dos Estados membros, os quais, como Rio Grande do Sul, com forte tradição civilista, poderiam até alcançar um Estatuto de autonomia relativa.. Nossas Constituições Estaduais são pífiás, a autonomia dos Estados uma retórica vazia, o federalismo um conto de fadas. Neste processo o Senado é outra figura – cara – desta retórica, pois não pode representar aquilo que não existe, que seria a autonomia regional dos Estados. De resto tem atrapalhado historicamente o avanço da modernização do país conspirando o princípio da representatividade popular indiscutivelmente presente na Câmara dos Deputados e atravancando suas funções legiferantes com o “passeio” processual entre uma e outra Casa. O Senado foi e continua sendo no Brasil um grande Teatro por onde se arrastam melancolicamente os figurões da “classe política”, quando não alternados por Suplentes anônimos que lhe acompanham nas chapas, sem que ninguém saiba sequer seus nomes ou de onde saíram, até que um escândalo os colha nas malhas de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ou de um processo no Conselho de Ética. Há fortes suspeitas que os candidatos “naturais” ao Senado, ex-governadores, ex-Presidentes da República, Presidentes de grandes Partidos etc indiquem como suplentes alguém disposto a financiar suas campanhas... Quem sabe , por exemplo, quem era o Suplente de Antonio Carlos Magalhães , de Luiz Estevam e de Roberto Arruda, quando foram *defenestrados*. Do

segundo sei eu, por acaso, um tal de “Amaral, o tal”, dono de uma das maiores empresas de ônibus do Distrito Federal ( o Grupo Amaral) , o qual processei, quando era Administrador Regional no Lago Sul, onde ele reside em Brasília, por ter ocupado mais de 20.000 m2 de área pública?

É preciso , pois, nesta crise do Senado, que se avalie o Senado, que se pense no seu papel histórico, nas suas funções, no seu significado à luz do princípio da representação que se constitui no cerne do processo de democratização de qualquer sociedade contemporânea, e, por ultimo, mas não menos importante, no seu imenso custo para a nação brasileira. É preciso que se pense o federalismo vis-a-vis o Senado Federal e se descobrirá que este não cumpre aí qualquer papel ativo ao tempo em que se deve, urgentemente corrigir este absurdo doutrinário que consiste em ter dado ao Distrito Federal (Brasília) voz e voto no Senado, contrariando todo o sentido que consiste em “vazar” este território de substância federativa para que a federação se instaure num lugar consagrado por este princípio. De resto, Brasília já deu demonstração de sua falta de vocação para se fazer representar naquela Casa , vez que, de seus poucos Senadores eleitos desde 1986 - Mauricio Correa, Pompeu de Souza e Meira Filho, Valmir Campello, Lauro Campos ,Roberto Arruda , Paulo Octavio,Joachim Roriz e Cirstovam Buarque- , nada menos do que 30% foi afastado de suas funções por algum tipo de improbidade.

Na crise do Senado que se veja , de uma vez por todas, sua inutilidade. E que , definitivamente se instaure uma discussão sobre sua viabilidade e necessidade. De minha parte, adianto meu “ Manifesto”:

**O Senado é o fim! Morte para o Senado Federal! Viva a Câmara Unitária com precisos e rigorosos critérios de representação popular! Viva o federalismo e a autonomia regional e local!**

**Paulo Timm** , 63 – Professor da Unb, fundador e membro do Diretório Nacional do PDT

[paulotimm@hotmail.com](mailto:paulotimm@hotmail.com)





*Paulo**Timm*

Foram suficientes 48 votos “secretos” para salvar, o Senador Renan Calheiros da perda do mandato e cassação de seus direitos políticos por dez anos. Consta que o Relatório do Senador Jeferson Peres (PDT-AM) , incriminando o referido Senador pelo uso de “laranjas” na compra de veículos de comunicação em seu Estado, não foi um primor. Isto teria contribuído para o “Acordão” entre o Planalto e sua base de apoio no Senado para livrá-lo da “planície”. Talvez. Confesso que não tenho pelo Senador Jeferson Peres nada mais do que respeito. Aprendi, com Artur Miller, a detestar todos aqueles que não têm pecado. Preciso explicar...? Causam-me horror, mas não posso negar-lhes o respeito que tenho por qualquer mortal. Portanto, fico entre a cruz e a espada , entre o réu e seu acusador, restando-me a difícil tarefa de dar conta e razão do que se passa. Afinal, sou um cronista e todo o cronista é metido a filósofo. Gosta de procurar a verdade por onde ela menos se insinua. E o que vejo?

Vejo , em primeiro lugar, um povo tão cansado de seus políticos que já não separa o joio do trigo. Em todos os lugares por onde andei ontem- shopping, bancos, metrô, etc – a perplexidade era geral: “ Todos são corruptos, safados, indignos”, escutei. E nem me deram chance de contestar mostrando que, afinal, houve 29 votos favoráveis à cassação de Renan. E não é melhor o juízo sobre os Partidos, pois, já agora, ninguém mais perdoa ou distingue o PT, outrora vestal neste mundo de “imundícies”. Curioso: ninguém salva o PSOL , ou os Partidos que sequer dispõem de representação no Congresso. Parece que não existem. E se Oscar Niemeyer fosse deputado pelo Partido Comunista Brasileiro? Será que também seria execrado? E se homens da dignidade de um Celso Furtado , de um Luiz Carlos Prestes, de um Leonel Brizola estivessem vivos e lá estivessem, será que seriam poupados? Tento livrar a cara do Deputado Fernando Gabeira, meu grande líder e guru. Reticências... “Mas ele foi guerrilheiro e seqüestrou um Embaixador dos Estados Unidos. Dizem, até que assaltou Banco. Como confiar?”, reclama um dos que encontrei pelas minhas andanças diuturnas hoje. Fico pensando em tudo isso e me pergunto: Será que não estamos uma histeria coletiva, que corrói tanto argumentos como a própria esperança? E será que verdadeiros heróis da luta contra o espúrio regime militar ainda continuam na berlinda? Lembro, a propósito , de uma famigerada empresa que fornece às empresas uma lista de pessoas “extremamente perigosas”, uma tal de PENTE FINO. Será que o Gabeira e outros milhares de brasileiros que fizeram a vanguarda desta luta não estão lá, com seus “horrendos” crimes...?

Em seguida, penso no Senado Federal. Como que ninguém , neste mar de desesperança, não se pergunta para quê, enfim, existe essa instituição que hoje acumula mais de mil projetos na sua Comissão de Constituição e Justiça esperando parecer. Amarrando ainda mais o complexo jogo legislativo. A Constituição define o Senado como a representação dos Estados no contexto federativo. Mas o que é exatamente isso? Quem representa os Estados são seus Governadores, muitos dos quais, agora, estão rebelados contra as austeras figuras que os substituem na alta câmara na questão da CPMF. Nem quero discutir a CPMF, que aliás é uma tática de

recursos – 38 bilhões – num orçamento de quase um trilhão de reais. Sou assalariado e sinto na carne o peso do Imposto de Renda, um absurdo, no meu contra-cheque todo fim do mês. Mas a CPMF...? Que é isso companheiros? Não pesa nada. Ficaria muito feliz se vetustos Senadores se debruçassem sobre a questão do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e sobre as múltiplas isenções sobre a entrada de capital especulativo no país. Mas CPMF...? Em nome dos Estados que dizem representar? Ora... Ora! Chego a ter vontade, às vezes, de ter o Presidente Hugo Chaves no Palácio do Planalto por um dia, para colocar estas coisas em pratos limpos. Não é a CPMF que tem que acabar. O que tem que acabar é o Senado Federal que não tem qualquer fundamento além de rococós doutrinários a justificá-lo, desperdiçando o equivalente a um quarto do que se gasta com educação no Orçamento da República. E aí ir-se-ia dispensar, compulsoriamente, não apenas o discutido Senador Renan Calheiros com toda sua escuderia, mas TODOS, TODOS OS SENADORES porque o Brasil não precisa do Senado Federal. O Brasil precisa é de uma grande Reforma Política que comece por limpar o convés institucional de tudo o que já não é imprescindível ao aprofundamento da democracia entre nós e aí redescobrirá a Política como o lugar onde se definem os destinos do País e não o destino de seus dirigentes. Na Nova Republica, entre 1985 e 1990, jogamos fora um monte de instituições e aparato legal do que se chamava “entulho autoritário”. Agora está na hora de varrer o “entulho oligárquico” que o Senado Federal representa.

E com isto concluo. Acho que não se trata de desancar a lenha nos Senadores, alguns, poucos, pouquíssimos, senhores de dignidade pessoal e política ímpares. Trata-se de reavivar a esperança do povo brasileiro em dias melhores. Se o Presidente Lula tem tanta popularidade – e tudo indica que tem- já deveria ter descido do pedestal da Presidência para enfrentar as ruas, as praças, os lugares públicos, “onde mora o acontecimento”, a aí selar a legitimidade de seu Governo . O Presidente Chaves faz isto, o Presidente Evo Morales faz isto, outros líderes de esquerda como Jango no Brasil, no Comício de 13 de março, Allende no Chile, em todo o seu Governo , o fizeram. Despertam e despertaram ódios? Por certo. Lula não precisa de lições para declinar neste processo seu catecismo de Paz e Amor. Afinal não se trata de fazer a historia com ódios e ressentimentos de classe mas , certamente, com a mobilização das consciências dos que desejam a mudança para melhor. Não há melhor arma , dizia o Velho Briza, do que as consciências mobilizadas de um grande povo. Pois já advertia o poeta : “Um fraco Rei faz fraca a sua forte gente”.(Camões)

*Paulo Timm, professor da Unb*

## EXAMES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL....!?!??

É bastante conhecido o fato de que os advogados só podem exercer a profissão depois de aprovados em exame da OAB. A prática instituiu-se, sem contestações, quando ficou evidente que os cursos de Direito que proliferaram no país não eram muito confiáveis. A suposição confirmou-se verdadeira porque cada vez mais um número maior de bacharéis em Direito é reprovada nestes exames da Ordem, ficando à mercê de suas frustrações depois de muito sacrifício para se graduar.

Agora vem à baila o caso dos médicos em São Paulo. O Conselho Regional de Medicina daquele estado está disposto a submeter os bacharéis em medicina a exames de qualificação de forma a habilitá-los, mediante registro, ao exercício da profissão.

Se a moda pega daqui a pouco só vão ficar de fora desta pantomima os jornalistas, que em boa hora e mesmo com o beneplácito do Palácio do Planalto, não dispõem de Conselho de Jornalistas. Sim, porque no ano passado o Governo, fortemente apoiado pelo próprio Presidente Lula, jogou pesado para conseguir criar este malfadado Conselho de Jornalistas.

Mas se cada vez mais profissionais desqualificados - e com diploma na mão - chegam ao mercado de trabalho qual o mal de submetê-los a um exame de admissão ao exercício profissional?

Muito simples. Não se trata de verificar, ocasionalmente, o nível da qualificação de qualquer profissão de forma a preservar a saúde da população, sua segurança e bem estar. Mas quem deve proceder a tal avaliação é o poder público e não as corporações envolvidas. Dir-se-á que os conselhos profissionais são tais órgãos do poder público e ocorre, apenas, serem auto-geridos pelas respectivas categorias. Nada mais falso. Os Conselhos, na prática, se transformam em órgãos de classe e até se vangloriam desta condição sendo, muitas vezes, verdadeiros trampolins para carreiras políticas pessoais. Desde a OAB, pioneira no modelo, a criação dos Conselhos profissionais transformou-se num corolário do reconhecimento de várias profissões. Assim foi com os médicos, com os farmacêuticos, com o vasto campo da engenharia-arquitetura, com os economistas aí incorporando-se ainda - e cada vez mais - profissionais de níveis médio ou técnicos. Isso é uma excrescência corporativa herdada de remotas eras. Quando uma profissão é reconhecida ela é reconhecida pelo caráter público de que se reveste e seria lícito esperar-se que o poder público se instrumentasse para fiscalização o exercício profissional respectivo. Isto não ocorreu. Os Conselhos autárquicos ficaram apenas ao Ministério do Trabalho como uma mera fachada estatal para sua ação privada. Eles são órgãos inteiramente privados. Financiados pelos registrados - que erroneamente se crêem associados como quem se associa voluntariamente a um sindicato, a um clube ou a um Partido Político; geridos pelos respectivos em pugnas encarniçadas que às vezes imitam as disputas políticas -partidárias; voltados, enfim, para tais corporações a que se referem, mesmo sob o acicute de um ou outro Código de Ética de pouco valor. Estes órgãos não têm, pois, a capacidade de avaliar ou definir quem tem ou não tem competência para o exercício profissional. Esta deveria ser uma função da própria justiça a quem, no final de longos processos, os supostos prejudicados acabam mesmo recorrendo.

A questão do despreparo de advogados ou médicos, portanto, é um assunto, primeiro público, depois da competência do órgão responsável pelo credenciamento e

fiscalização das Escolas que os formam: O Ministério da Educação. Em boa hora parece que este Ministério começa a acordar para o problema, mas o hábito faz o monge e a velha prática da OAB, ao invés de dar lugar a procedimentos públicos de melhoramento da formação dos advogados ameaça transformar-se numa liturgia extensiva a todos os Conselhos Profissionais. Finalmente, já é tempo de o Ministério do Trabalho, que já não é mais o centro de controle estatal da cidadania dos trabalhadores, criar um departamento apropriado que faça a contra-parte verdadeiramente pública do controle do exercício profissional no país. Quem sabe até, neste país de Conselhos, não fosse a hora de extinguir todos os conselhos existentes substituindo-os por uma Câmara de Fiscalização do Exercício Profissional com ampla representação do Estado, das corporações de ofício e da sociedade civil. Enquanto isto não vem resta-nos bradar contra o que existe no jus esperandis

que a democracia brasileira nos assegura.

Paulo Timm - Economista, 61- Aposentado do IPEA, Professor da Unb, Ex-Presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal-

## A Questão dos conselhos e dos exames de qualificação

Juíza Maria Célia de Carvalho proferiu sentença inédita nesta semana, no Rio de Janeiro.: Garantiu a três advogados, que haviam sido reprovados no exame da OAB - para a obtenção do registro nessa instituição que habilita ao exercício profissional- o direito de advogarem. Não li a sentença e não sei se este exercício implica no direito ao registro compulsório na OAB ou não. Mas a sentença é inédita e merece comentários. A reação da OAB-RJ, em nota de seu Presidente, à sentença mencionada, foi fulminante: “ OAB não permitirá que ignorantes advoguem”. Ora, não era de se esperar outra coisa por parte da corporação que se pretende ser a alma dos advogados brasileiros, embora o tom pudesse, por isso mesmo, ser mais cauteloso. Se o Poder Judiciário confirmar a sentença da Juíza Célia, a OAB terá de se curvar à decisão judicial. Poderia , simplesmente, ter condenado, em tom respeitoso, a sentença afirmando a determinação da OAB de recorrer em instância superior. Mas o que está por trás desta questão? Não é propriamente o exame da OAB , ou de outros Conselhos , como a dos médicos, que já anunciaram o desejo de tomar idêntico procedimeneto, que está em causa.. Aliás, o Conselho de Medicina de São Paulo já fez um exame deste tipo e nem a metade dos que o prestaram foram aprovados. Mas não foi um exame obrigatório. Foi voluntário, o que levanta a hipótese de que só os mais preparados profissionais tivessem se disposto ao “vexame”, comprovando o baixo nível de formação da categoria. O que se discute na sentença da emérita Juíza é a própria estrutura de organização do exercício profissional no Brasil: os Conselhos. O que é um Conselho, seja ele dos advogados (OAB), engenheiros e arquitetos (CREA), economistas (CRE), de médicos(CRM) ou até mesmo corretores de imóveis (CFCDI)? E qual a diferença entre um conselho “de classe”, e um “sindicato” ou associação? Os Conselhos foram criados, todos eles , à semelhança da OAB, a qual , curiosamente enfatiza a palavra “Ordem”, em lugar da denominação “Conselho”, numa clara evocação medieval, embora o nome correto seja “Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil”. São todos eles mecanismos criados em decorrência da regulamentação destas profissões, ao longo do tempo, com o objetivo de assegurar o suposto exercício destas profissões. O profissional , graduado por instituição autorizada pelo Ministério da Educação, fica obrigado a fazer seu registro no respectivo Conselho afim de se habilitar ao exercício profissional. Numa manobra sutil , de caráter burocrático, é como se o que habilitasse o profissional ao exercício da profissão não fossem os longos anos em que passa numa Faculdade mas o mero registro do diploma neste Conselho. . O procedimento tornou-se habitual e os Conselhos que contemplam em seus quadros número considerável de profissionais compulsoriamente obrigados a ali se registrarem acabaram relevando seu papel social e se transformando, impropriamente, em órgãos de classe. Isto porque , apesar de serem autarquias vinculadas ao Ministério do Trabalho, os Conselhos são auto-geridos pelas respectivas categorias e isso lhes dá uma força política considerável. Mas uma força espúria porque indevida, por duas razões: Primeira: Como órgãos do Estado – que são - , os Conselhos deveriam ser geridos por um comitê tripartite composto por um representante do próprio Estado, um dos Profissionais e outro dos usuários dos serviços. Isto evitaria o corporativismo na avaliação dos Conselhos de Ética Profissional de cada categoria e o uso político destes instrumentos; segunda, a força política deve derivar da capacidade da cada segmento se organizar por conta própria e livre arbítrio de cada profissional e jamais por um registro obrigatório que o torna cativo de lideranças que costumam se eternizar nas direções destes Conselhos , aí constituindo-se como verdadeira elite corporativa.

E aí uma grande diferença entre Conselho e Sindicato. Os Conselhos são órgãos para-estatais, os sindicatos entidades de direito privado, verdadeiro cerne da sociedade civil moderna; os Conselhos têm seus quadros formados por profissionais obrigados ao registro nestes órgãos, portanto, não livremente organizados, os sindicatos instrumentos de auto-organização das respectivas categorias profissionais; os Conselhos são órgãos autoritários, os sindicatos, liberais. O pior de tudo é que os Conselhos, em lugar de defender a sociedade contra o exercício ilegal da profissão acaba se transformando num órgão de defesa do profissional que diz “representar”. Ora, Conselhos não representam nada, porque são órgãos arbitrários, se registro compulsório dos seus membros. Ultimamente, estes Conselhos começam a disseminar a perniciosa idéia de que devem zelar pela qualidade dos profissionais disseminando exames de qualificação para o exercício profissional, como faz a OAB há algum tempo. Ledo equívoco. Quem deve zelar pela qualidade dos profissionais com profissão regulamentada, especialmente os de nível superior, é o Ministério da Educação. E se isto não está funcionando adequadamente é porque este Ministério tem sido ocupado por autoridades que descuidaram desta responsabilidade, muitos deles se transformando em magnatas de universidades privadas de qualidade duvidosa. Que se instaure, pois, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, investigação do Ministério Público e da Polícia Federal para verificar a origem desta malversação. Mas jamais substituir o Ministério da Educação pelo Ministério do Trabalho, ao qual são vinculados os Conselhos, o Diploma pelo registro, a cátedra pelo carimbo, o professor pelo burocrata, sem prejuízo de que Associações, Institutos e outros entidades de promoção profissional contribuam neste processo com seus selos de competência, como fazem muito bem as da profissão médica.

Em boa hora, também, emerge este assunto, justamente quando algumas categorias profissionais, como jornalistas, pretendem, ingenuamente, criar seu próprio Conselho, num sentimento de carência frente a outras profissões regulamentadas, sem se dar conta que não só é melhor não tê-lo - como não os têm sociólogos, antropólogos e filósofos-, como se trata de discutir a própria existência destes órgãos que só contribuem para enrijecer a fiscalização do exercício profissional e empalidecer os verdadeiros órgãos de classe que são os sindicatos. Ao Estado, enfim, o que é do Estado, e à Sociedade o que é da Sociedade...

Parabéns, pois, Doutora Célia Carvalho. Ainda há uma esperança de acabar não só com os exames da Ordem ou de outros Conselho, mas também com estas próprias excrescências corporativas que só contribuem para mistificar a questão do exercício profissional no País impedindo o aprofundamento da democracia entre nós, que só ocorrerá com a crescente participação da sociedade nos espaços outrora ocupados exclusivamente por órgãos estatais ou para-estatais..

*Paulo Timm, 63, é economista do IPEA e Professor da Unb. Ex-Presidente do Conselho de Economia do Distrito Federal. Ex Membro do Conselho Federal de Economia..- [paulotimm@hotmail.com](mailto:paulotimm@hotmail.com), [www.alexania.tv](http://www.alexania.tv) .*

## A CPMF E EU

Acompanhei de perto toda a discussão sobre a CPMF. Como economista, teria mil razões para desprezá-la como um tributo. Realmente não preenche os requisitos exigidos pela boa técnica tributária. Mas há tempos deixei de ser apenas economista. O mundo real, feito por homens “feitos em desigual”, não comporta simplificações. E toda a ciência é feita de simplificações e sujeita ao aperfeiçoamento por aproximações sucessivas. Mais ainda as Ciências Sociais. Também não acho que se deva ser complacente com o Governo que eleva sistematicamente a participação da arrecadação no Produto Interno Bruto. Nem condescendente com Governos que se deixam tentar pelo gasto público sem limites. Lembro-me, na minha tenra juventude dos conselhos de um velho Mestre da Economia, L. Kalecki, num artigo clássico que influenciou toda a geração que estudou na ESCOLATINA, no Chile - José Serra, Eduardo Kertész, Reinaldo Gonçalves, Paulo Renato Souza, Cláudio Treiguer, Leandro Amaral, Ademar Sato, Frederico Mazzucheli, Cláudio Smreczany e tantos outros. Este artigo intitulava-se *A diferença fundamental entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas*. Era um artigo muito simples, mas que elucidava a perversão inflacionária de governos ditos “populistas” na América Latina que recorriam ao mecanismo do déficit público para comprar a simpatia das populações famintas do continente, sem qualquer atenção aos limites da capacidade produtiva de seus respectivos sistemas econômicos. Portanto, o que vou falar sobre a questão da CPMF não tem nada de improvisação. É uma reflexão mesmo.

A CPMF foi inventada, no Governo de FHC, como uma emergência, de caráter provisório, para fazer frente à falta de recursos para a Saúde. Isto não tem nada de mais. No começo do regime militar, em 1964, inventou-se o Salário Educação para fazer frente à educação. No Governo de Vargas, inventou-se o Imposto sindical para financiar a montagem da estrutura sindical no país e as contribuições espúrias ao sistema “S” para dar conta da formação profissional que o processo de industrialização exigia. Ou seja, ao longo do último século sempre se “inventou” alguma forma de arrecadação para cobrir a insuficiência de recursos do Estado.

Mas por que o Estado está sempre sem recursos? Eis a questão.

No começo do processo de industrialização o Estado via-se na contingência de intervir na economia como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico. Teve um sucesso considerável que fez do modelo brasileiro uma inspiração internacional, embora ao preço de uma forte pressão inflacionária derivada, não de gastos irresponsáveis, mas da insuficiência dinâmica da burguesia *creolla* para associar-se a este processo satisfatoriamente. O Estado fez tudo e ofereceu-se como um confortável colchão sobre o qual se deitaram os interesses privados nacionais e internacionais. Nem sequer a

mudança de regime, na ditadura, alterou substancialmente este modelo que perduraria até a década de 70 quando duas coisas, não alheias, ocorrem: a crise do petróleo, que eleva o barril de pouco mais de dois dólares para trinta dólares, e a redemocratização do país, inevitável depois do fracasso eleitoral do regime militar em 1974.

A crise do petróleo associada à incapacidade do Governo militar em promover os ajustes indispensáveis na economia no devido tempo (Geisel afirmava que vivíamos numa ilha de tranqüilidade no mar revolto da crise), levou ao endividamento externo e às pressões inflacionárias inevitáveis. O Governo fingia não haver perda de renda em decorrência da elevação dos preços do petróleo e, com isto, tergiversava sobre a crise com medo de que ela colocasse o regime político em risco. Paralelamente, proclamava uma distensão “lenta, segura e gradual” de forma a sair “de fininho” da incômoda situação social gerada por mais de dez anos de arrocho salarial, de repressão sobre os movimentos sociais e de contemplação impávida sobre a crescente exclusão social nas agigantadas regiões metropolitanas. Ficou a conta para a Nova República que quase desanda já nos seus primeiros passos. E junto com a conta do endividamento a percepção de que seria impossível redemocratizar o país se o Estado não se dirigisse para um novo e oneroso papel: a promoção da cidadania. Claro que não poderia fazer as duas coisas, promover o desenvolvimento ao velho estilo varguista e construir a cidadania nos moldes exigidos por uma Constituição (88) avançada, depois de tantos anos de repressão à inclusão social.

Sobreveio então o período Collor, Itamar e FHC, todos mais ou menos preocupados com o processo de modernização da indústria nacional no contexto de uma aguda elevação nos padrões da concorrência internacional. Como fazer isto sem um choque mortal no processo inflacionário? E como fazer este choque sem elevar a presença do Estado na economia ao velho estilo, mas ao contrário, retirando-o de forma a liberá-lo para as novas exigências do processo democrático?

Fernando Henrique, que pouco entende de economia, mas muito entende de sociologia e ciência política, deu a solução. Substitui o endividamento externo pelo endividamento interno, no Plano Real. Este Plano o elegeu duas vezes - em 1990 e 1994 - sem que ninguém se apercebesse do que corria por baixo da ponte. Curiosamente, o período FHC reeditou em um novo tempo e com novos recursos o que o General Geisel havia feito na crise do petróleo: endivida o Estado brasileiro ao um limite insuportável. E esta é a nossa triste realidade em termos de finanças públicas. O Estado se esvai não porque gaste muito, seja com investimentos produtivos, salários de seus funcionários, aposentadorias, pensões ou assistência a portadores de deficiência. Mas porque paga juros sobre uma dívida imensa.

Ora, diante deste fato inegável, só há duas alternativas. Ou intervimos no mercado financeiro de forma a baixar artificialmente a taxa de juros, o que bem poderia ser feito inibindo a entrada de capitais externos de caráter especulativo, já que não estamos mais na vigência de uma crise cambial, ou, cautelosamente, vamos devagar com o andor na



certeza de que “o santo é de barro”. Isto é, vamos levando a política econômica de forma a evitar qualquer pânico sobre os mercados internacionais. E se isto é mais conservador, talvez não seja menos aconselhável, sobretudo para um Governo que tem num líder sindical seu Presidente com clara identificação com a classe trabalhadora, com os movimentos sociais e com a esquerda. Mas, neste caso, precisa “fabricar” recursos, porque os recursos ordinários derivados do sistema tributário convencional estão completamente comprometidos com o alto custo da dívida pública. E então convenhamos, a CPMF que o Lula não inventou, o Salário-Educação que ele talvez nem saiba direito o que é, as contribuições de bilhões ao sistema “S” e outras fontes de recursos menos convencionais não podem ser dispensadas. Mas como o Senado Federal liquidou a CPMF, num confronto que mais tem de político do que propriamente econômico-financeiro, que fazer? Culpar o Ministro de Fazenda pela falta de “timing” na negociação? Culpar o Líder do Governo no Congresso Nacional? Culpar o zeloso Ministro das Relações Institucionais? Ora... Isto não vai adiantar nada.

Proponho algo inusitado: Que se aproveite toda a estrutura criada pela CPMF para transformá-la num FUNDO de natureza contábil da União, de adesão voluntária, destinado a financiar a Educação Básica, a Saúde Preventiva e a Segurança com Cidadania. A classe média não sente a CPMF. Sente o Imposto de Renda. E gostaria que um dia esse imposto se transformasse num imposto verdadeiramente progressivo, com alíquota de até 50% para salários acima de um teto razoável, digamos cinquenta mil reais, de forma a aliviar a alíquota de quem ganha cinco ou dez mil reais e que deixa 27,5% de seus ganhos na folha salarial.

**Eu, desde já, AUTORIZO minha fonte pagadora, onde movimento minhas contas, a continuar descontando o CPMF, desde que, é claro, o Poder Executivo o regule como uma peça transparente, com Conselho Fiscal integrado pelos seus contribuintes e rigorosa avaliação na sua aplicação.**

Acho que a vitória do Senado, como diria o Presidente Chavez, foi uma vitória de “mierda” e que não era nem o lugar, nem o momento para fazer o que fizeram. No dia em não mais existir esta excrescência oligárquica em nosso país, que esbanja em mordomias quase três bilhões anuais, dar-nos-emos conta de que aquele foi um dia ruim para o Senado Federal.

DEZ	ANOS	SEM	DARCY	-				
O	problema	da	escolada	da	vida	é	a	bagunça
do		método.-		Darcy				Ribeiro

Há dez anos ia-se deste para outro mundo um dos mais ilustres brasileiros: Darcy Ribeiro. O fato foi marcado por uma sessão em sua homenagem no Senado Federal , convocada por solicitação do que se considera um de seus discípulos, sem dúvida especial, Senador Cristovam Buarque. O próprio Cristovam selou a solenidade com o principal discurso no qual destacou os legados da Darcy para a Antropologia, para a Literatura e para a Sociedade Brasileira. Fez cômico Cristovam com uma espécie de unanimidade nacional: Darcy foi um homem ímpar, um gênio da raça, um exemplo para a história de todos nós.

Mas quem foi Darcy e o que representou no seu tempo? Darcy foi todo feito de Minas Gerais, nascido no mais genial de seu leito-às margens do São Francisco- e cevado nos horizontes celestiais da alegre capital das décadas de 40 e 50. Ali descobriu o gosto pelas humanidades e pela literatura num tempo em que ambas ali fervilhavam como num púcaro germinal. Jamais abandonaria esta influência que o fez cidadão do mundo mesmo antes de trilhá-lo como exilado .Mas não cultivou um humanismo piegas ao gosto das preferências religiosas ou dos manuais . Seu humanismo consistia em assumir no cotidiano a máxima de proferir palavras e realizar ações, pois que esta é a essência da condição humana. Enquanto no Rio de Janeiro o bovarismo infestava a cultura e em São Paulo os primeiros passos da Universidade de São Paulo preparavam uma geração acadêmica de cientistas sociais fortemente influenciada pelo marxianismo, Darcy mergulhava na velha tradição brasileira dos expoentes notáveis, sem doutos orientadores nem moucos seguidores. Seus livros , brilhantes, ainda são vistos, até hoje, com um certo viés de preconceito como se não providos das regras do método rigorosa da academia. Vivia num tempo primaveril do pós-guerra decidido a lutar pela paz, pela democracia e pela confraternização dos povos. Fez-se antropólogo e foi viver com índios , com quem , humildemente aprendeu as lições de vida que iria carregar até seus últimos dias. Talvez tenha aí , também, se contagiado com a irreverência que o fez um iconoclasta irremediável, sempre disposto a escarnecer das idéias canônicas , das convenções e das instituições sociais. Em seguida Darcy enveredou numa carreira de vida pública meteórica só compreensível pelo fato de que estava no centro de um furacão comandado por Juscelino Kubitschek e que viria a mudar a face de Minas Gerais e do Brasil entre os anos 50 e 60. E tudo sem muita teoria. Só talento, carisma e beleza. Virtudes fundamentais à experimentação da vida como prazer estético e compromisso social. Impressionante como toda uma geração se movia e movia um país inteiro com base no entusiasmo com estas virtudes. Enquanto a academia fechava-se em seus cânones, a vida publica explodia nas ruas como um acontecimento do transeunte comum. E Darcy junto. Junto com JK propondo a criação de uma Universidade ( de Brasília) que deveria "fazer a cabeça" dos futuros dirigentes da nova nação com sede no Planalto Central. Junto com O Presidentes João Goulart, na vanguarda das lutas populares pelas Reformas de Base que , realizadas, teriam dado outra fisionomia social para o nosso

povo.

Depois veio o amadurecimento no exílio curtido como a fermentação de um bom vinho. Vários países da América Latina, o encontro com a Grande Ibéria -que viria a encantar seus sonhos de que o Brasil é, com efeito, a nova Roma capaz de dar sentido e continuidade à tradição clássica. Várias experiências na Europa, onde se fez reconhecer como um livre pensador atuante e não apenas um dileitante das "humanidades", tão ao gosto das gerações acadêmicas viriam a ocupar o espaço da Universidade. Aí Darcy redescobriu o Brasil e teimou em retornar à pátria sob a alegação de um suposto câncer. Ele , que já tinha reinventado a Carta de Pero Vaz de Caminha, na petição à JK pedindo a criação da Universidade de Brasília, volta-se para si mesmo, na descoberta de si para o Brasil. Difícil caminho num país que já então, final da década de 60, começava a alimentar-se intelectualmente pelos discípulos da Sociologia da Universidade de São Paulo e que estigmatizavam o passado no mesmo tom do discurso autoritário da ditadura militar. Neste passado jaziam Minas como berço libertário da nação, o Rio como o grande cenário das lutas populares pré-64, os radicais do Império como José Bonifácio e Joaquim Nabuco, os tenentes radicalizados pelo ideário comunista de Prestes, a Legalidade de Brizola, a Carta Testamento como síntese da Era Vargas, os grandes líderes da Frente Parlamentar Nacionalista como Neiva Moreira, Doutel de Andrade, Francisco Julião e tantos outros. Neste passado jazia Darcy Ribeiro, suposto moribundo. Jazia o populismo erradamente diagnosticado. Jazia a história do povo brasileiro.

Então Darcy resolveu contar a história do POVO BRASILEIRO. E se fez Secretário dos "Brizolões", como suporte de sua campanha pela democratização do ensino como caminho da revolução brasileira, contra a opinião dominante dos tecnocratas da educação que os achavam caros e inoportunos e idealizador do "Sambódromo", com "apoteose" num gesto inaugural de um novo carnaval que ali nascia. Conseguiu terminar e ver publicado O POVO BRASILEIRO, um livro inédito que ressata o destino do Brasil como uma nação digna do caudal ibero-clássico. Uma obra, lamentavelmente, também estigmatizada por uma elite acadêmica de novos doutores que preferem os ares da bricolagem pós-moderna. Mas uma obra digna da velha tradição intelectual comprometida com a revelação do Brasil como promessa e destino, tão ao gosto de outro grande brasileiro altamente estimado por Darcy e igualmente condenado pela academia, foi Gilberto Freire.

Aos dez anos sem Darcy lamentamos sua ausência e sua teimosia em fazer-se tão só, a não ser com seus grandes e memoráveis amores.

PAULO TIMM, 62- Professor da Unb, Fundador do PDT  
a



Paulo

Timm\*

Quando Brizola perdeu sua amada e prestigiosa sigla, o PTB, roubado por Ivete Vargas com o suposto apoio de Golbery do Couto e Silva, a quem se credita grande parte do imbróglio que até hoje vivemos a nível político, no rastro de uma transição lenta, segura e gradual que nunca acaba, um jornal deu a manchete: 'BRIZOLA PEDETEU-SE'. Ou seja, Brizola começaria um novo périplo político com uma sigla estranha aos ouvidos e aos eleitores. E tanto ele, quanto todos que com eles trilham estes primeiros tempos sabem como foi difícil. Enquanto isso comunistas, socialistas e outros istas jogavam-se na tese da "unidade do MDB" pelo PMDB, que lhe sucedeu. E outros heróicos, liderados por Lula, lançavam-se à aventura do Partido dos Trabalhadores.

O tempo passou. Brizola morreu. Lula venceu. Tudo mudou.

Hoje o PDT arrasta-se como um verme no rastro de uma aliança justa, porém indevidamente tratada. O tempo nos dirá o que ganhou o PDT com o Ministério do Trabalho. Talvez uma cadeira na Câmara dos Deputados para o seu atual titular que nunca conseguiu eleger-se....

Mas chama a atenção a atitude dos senadores do PDT. No tempo do Brizola o partido podia ser pequeno, mas tinha posicionamento. Hoje é uma colcha de retalhos num tecido feudal onde cada líder se julga por si mesmo, sem qualquer linha política coerente. Tomemos o senador Cristovam Buarque (DF), eleito pelo PT, depois de massacrar o PDT – aliás, toda a velha guarda de esquerda da cidade que vinha lutando pela Anistia, pela representação política e outras questões da agenda de esquerda da época -, e hoje arauto de um dos mais caros pontos programáticos do partido: a educação. Pois bem Cristovam reclama do Lula, a quem serviu como ministro e a quem muito deve em sua carreira meteórica na vida pública, que este não respeita os aliados. Mas ora, Cristovam não foi muito diferente. Eu, que era do PDT e interlocutor do partido junto ao Governo, que o diga. Mas não é apenas isto. Cristovam apóia o candidato do PSDB à Presidência, depois de um bela candidatura e, em seguida, se perde numa oposição sem qualquer orientação política ao presidente da República, sem mesmo respeitar o pacto de aliança firmado pela Direção Nacional com Lula. A presença de Cristovam no PDT é um orgulho para todos nós do partido que ainda acreditamos no partido. Mas ele tem que se definir politicamente. Como ser "de esquerda" e apoiar a nível nacional e local o PSDB e seus aliados ditos Democratas, aqui capitaneados pelo governador Arruda? Isso não dá! Se a crítica ao Governo é pela esquerda, o caminho das alianças se orienta para o PSol, para o velho PCB e para outras agremiações e movimentos sociais que criticam o Governo Lula. Se a crítica é meramente moral, tudo bem. Aí o caminho é o PSDB e o DEMO. Mas, sobretudo, se a idéia é consolidar o PDT, o melhor seria um caminho independente lá e cá, até que o partido se recompusesse do trauma da perda do Brizola e conseguisse, novamente, se apumar no plano político nacional. Até lá, convenhamos, até dá para reclamar da

atitude autoritária do PT com seus aliados. Mas não seria o Cristovam a pessoa mais adequada para fazê-lo, pois traz na carne o mesmo vício de ter acabado com os aliados no Distrito Federal. A tal ponto que a história da esquerda em Brasília pode se sintetizar em "antes" e "depois" dele, pois depois dele não sobrou ninguém mais... Afinal Cristovam PEDETEU-SE, isto é, está condenado a trilhar o sofrimento de todos os que optaram por esta sigla desde que Brizola perdeu o PTB levando, de roldão, a perda do velho trabalhismo para o novo sindicalismo liderado por Lula.

*Paulo Timm é professor da Universidade de Brasília (UnB) e fundador e membro da Direção Nacional do PDT.*

## UM NOVO CENARIO PARA O PLANEJAMENTO

O anúncio de que Roberto Mangabeira Unger será um novo Secretário, com status de Ministro de Estado, encarregado de formular uma visão para o Brasil que queremos no futuro, com base na antiga Secretaria de Estudos Estratégicos e no IPEA colheu todo mundo de surpresa. No IPEA, particularmente, a notícia caiu como uma bomba. "*Que Secretaria é esta? O que vai Mangabeira fazer com o IPEA? Mas como..., nem nos consultaram?*", reclamavam os técnicos da Instituição, em Brasília. E se apressaram em manifestar-se contra a proposta. A grande indagação, porém, não era quanto à nova vinculação do IPEA à nova Secretaria, nem ao Ministro Mangabeira, mas sobre a instabilidade institucional que pairaria sobre o IPEA numa Secretaria sem raízes profundas na Administração Federal e sujeita às intempéries da conjuntura. Dizem os técnicos: "*Amanhã ou depois extinguem a Secretaria e os órgãos a ela vinculados*". Daí à paranóia, um curto passo. Primeiro a inquietação, depois a preocupação, finalmente o desespero: "*Vão fechar o IPEA ...!*".

Então vejamos: Faz-se necessário um órgão da União Federal voltado para a formulação de cenários alternativos para o Brasil e que seja capaz de concertar, também, um diálogo social sobre os custos destas alternativas ao longo do tempo? Certamente sim! Qualquer grande empresa, hoje, trabalha com cenários prospectivos e não há porque o Governo Federal não fazê-lo. Todos são unânimes em afirmar que nos tempos de Vargas, de Juscelino e do Presidente Geisel, no período militar, o Brasil tinha um projeto de nação e se empenhou em realizá-lo. Vargas, sem dúvida, foi o mais lúcido neste sentido, tendo implantado não apenas os mecanismos de regulação do capital e do trabalho, nos primórdios da industrialização do país, como organizado institucionalmente o Estado para as tarefas de promoção da modernização industrial, a partir da Segunda Grande Guerra. Coube a Juscelino perceber a importância de uma composição com as grandes montadoras internacionais de veículos para fazer germinar um dos parques industriais mais prósperos do terceiro mundo. E Geisel teve o mérito de colocar o país, no auge da primeira crise do petróleo, que elevou o barril de dois dólares para quinze, de uma hora para outra, em "marcha forçada", forçando a substituição de importações nas áreas de insumos básicos e petroquímica. Mas desde então todos sabem que apenas ajustamos a economia brasileira aos imperativos da crise cambial aberta pela conta-petróleo e que deixaram um rastro de vinte anos de forte endividamento público, hoje transferido para a dívida interna. É tempo, pois, de pensar o futuro de novo e indagar como levaremos a cabo a tarefa de elevar o nível da produtividade industrial, de forma a aumentar a participação do país no mercado internacional e retirar metade da população brasileira dos níveis de miséria em que se encontram. Nada mais oportuno do que *agora* para fazer isto, visto estar o país à beira de um novo surto (ciclo?) de exportações de álcool e biodiesel. Se teremos folga externa, para alívio e serenidade do velho Mestre Celso Furtado que hoje descansa no Olimpo, como garantir que esta folga não seja apropriada, como sempre foi, pela elite sócio-econômica do país?

Faz sentido, pois, abrir o diálogo nacional sobre as alternativas do Brasil num futuro próximo e, estivessem vivos, hoje, Celso Furtado, Jesus Soares Pereira, Inácio Rangel, Rômulo de Almeida e tantos outros pioneiros nos estudos sobre economia brasileira e

estariam louvando a idéia. Até Roberto Campos, crítico mordaz da "esquerda" econômica, depois de sua conversão, ainda jovem, ao conservadorismo, não se furtaria a ver o IPEA, que êle mesmo fundou, envolvido neste projeto.

Quais os riscos, então, para o IPEA neste contexto? Rigorosamente, nenhum. Se nem o DASP, de longa trajetória no Governo Federal, sucumbiu, eis que sobrevive com outros nomes e funções, por que haveria o IPEA de desaparecer? A era da extinção de órgãos, como panacéia da modernidade, já acabou. Resta, ainda, um ranço de preconceito do setor privado contra o setor público como resultado de práticas governamentais e privilégios especiais para os funcionários que se estão extinguindo naturalmente, como as aposentadorias integrais, as pensões eternas dos militares, etc. E há uma falsa idéia de que a origem do déficit público são as aposentadorias do setor público, como se não houvesse um montante monstruoso de juros que é pago anualmente aos credores da dívida pública. Mas não há nenhum clima neste Governo - e creio que também nos próximos - para extinguir o IPEA, muito embora saibamos que as instituições têm uma vida própria e que mais ano, menos ano, cederão lugar a novos atores da vida pública. Mas a abertura de um espaço para o IPEA na área de planejamento de longo prazo alongará sobremaneira a vida do órgão porque lhe dará uma nova função no concerto governamental. O IPEA, desde Geisel, já não opera o planejamento, já não propõe ações de Governo, já não coordena Programas Especiais. Desfaleceu junto com o desfalecimento das funções de planejamento nos últimos 27 anos. Seus técnicos dedicam-se a projetos quase pessoais de pesquisa que, sem dúvida, muito contribuem para o debate sobre políticas públicas, mas o fazem como acadêmicos, preparados que são profissionalmente. Talvez estranhem um pouco e se sintam ameaçados diante da inovação proposta pelo Presidente Lula mas tal estranhamento é apenas o resultado de sua própria acomodação atual. O novo lugar do IPEA lhe impõe um desafio: mostrar ao Governo e à sociedade que é capaz de contribuir para responder à questão crucial que estamos vivendo: O que fazer deste país? Claro que esta não será uma tarefa tecnocrática, de gabinete, mas os técnicos do IPEA terão que se ajustar para sair de suas salas e debater com os políticos, líderes comunitários, centrais sindicais e movimentos sociais organizados, ONGs, empresários e outros acadêmicos. Houve tempo - e os mais velhos sabem disso - que o IPEA alimentava o debate econômico no Senado Federal, em pleno regime militar, colaborando tanto com o Senador Virgílio Távora como com os Senadores de Oposição - como Saturnino Braga - sobre a situação do país. Fê-lo discretamente, como deveria ser... Mas fez. Agora tem de cumprir esta função à luz do dia, sob os holofotes da democracia. E correr riscos. Afinal o melhor nome para a modernidade, num de seus mais lúcidos analistas, Anthony Giddens, é...risco!

Quanto ao Ministro Mangabeira Unger, só podemos nos orgulhar de tê-lo como titular da pasta. À despeito de seu sotaque, Mangabeira é um ilustrado Filósofo Social, Professor Titular, desde muito jovem, na Universidade de Harvard. É conceituado como um homem não só de idéias, como de princípios e, acima de tudo, um democrata. Seria ridículo condenar sua indicação porque é "meio-americano". Se temos ministros negros, descendentes de orientais, de alemães, de italianos e um Presidente da República que foi operário metalúrgico e conheceu o pão que o diabo amassou em sua infância de retirante nordestino, por que não termos um ilustre filho de tradicional família baiana com um gringo? Ora bolas, sejamos cidadãos do mundo e não pobres afogados nativos, como (re)clamava Alvaro Alvim...Vamos olhar para adiante com fé, esperança e amor, no rastro da tradição cristã-romântica que nos ilumina, no dizer do próprio Mangabeira, num de seus mais recentes e interessantes livros, "A Paixão".

PAULO TIMM - 63- Técnico do IPEA (aposentado) e Professor da Unb



25.10.2007

## Brasília nos tempos do Zé Aparecido



Paulo

Timm\*

É difícil imaginar o Brasil sem o Zé Aparecido. E ele se foi, no torvelinho do tempo, que tudo arrasta e consome. Mas o Zé foi Governador de Brasília, de 09 de maio de maio de 1985 até fins de 88. Curiosamente, os jornais se calam quanto à data da saída. Parece que um dia, sem mais nem menos, ele deixou de ser Governador. Hoje, na sua morte, todos o pranteiam. Mas como era Brasília no tempo do Zé?

Brasília, lembrando Praga e Paris do início do Século XX, era uma verdadeira festa. Um clima de otimismo, gerado pela redemocratização, pela Constituinte, pela liberdade de imprensa contaminava o ar da cidade. Nada parecia impedir o Brasil de cumprir uma nova era de paz e prosperidade. O Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, gerou um tal clima de euforia que ninguém, salvo o Governador Brizola, do Rio de Janeiro, parecia descrever da Nova República nascente. O desmantelamento da máquina governamental trazia novos agentes na vida da cidade e os “negócios” progrediam com uma febril excitação. Era comum dizer-se, então, que não apenas a política se abria, mas também a economia, pois os reflexos do Cruzado eram visíveis nos pequenos negócios enquanto os negócios públicos se redistribuíam com inédita generosidade. Dez dias de antecipação no pagamento de uma fatura representavam numa “comissão” inimaginável nos tempos austeros da ditadura. Uma conta institucional aberta num Banco representava a seu detentor uma vantagem insuspeita. O grande “centro” dos negócios públicos era a antiga COBAL, delegada ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB que, alegoricamente, ficou conhecido como PTB-COBAL. Ali era o centro de compras de vultosos programas nacionais de merenda escola, nutrição e alimentação, estoques reguladores e outras *quejandas*. E não havia controle sobre cheques, o que só veio a ocorrer no Governo Collor. Ninguém suspeitava que, um dia, haveria CPIs, investigações da Polícia Federal, imprensa investigativa. Vivia-se, em Brasília, uma grande descontração em todos os sentidos. Tudo acabava em grandes brindes de champanhe no Florentino, o grande Restaurante da época, que disputava com o Piantela a preferência pelas comemorações. O Piantela, mais tradicional e austero, tinha a preferência de Ulysses Guimarães que todas as noites passava para um trago de “poire”, uma deliciosa aguardente de pêra que fez sucesso. O Florentino, mais ousado nos preços e nos serviços ostentava já no balcão de entrada um tentado pernil de presunto de parma que encantava os constituintes e lobistas mais afortunados. Pelos mesas de canto esgueiravam-se alguns personagens emergentes da vida local. Mas o dono das noites encantadas deste tempo era o Carlos Henrique, com sua elegância impecável desde os cuidados fios de cabelos negros e lisos até os sapatos impecavelmente cuidados. Acompanhavam-lhe sempre os condestáveis da época: Waldimir Diniz, jornalista e poeta, editor da Veja, Milton Gontijo, ator e diretor do cinema novo, Carlão, também jornalista, hoje mortos, o último pobre e esquecido em Olhos d'Água. Via-os sempre, à tarde, fim da tarde, num bar da 304 Sul, do “Angolano”, de onde rumavam para o outro point da época que era o coletivo do Moinhos, na 114 Sul. Enquanto isto a cidade desperta para a cultura: O

rock desponta nacionalmente comovendo o país e fazendo de Brasília de Capital do Tédio na Capital do Barulho; os Festivais de Cinema de Brasília alcançam um sucesso inimaginável; o Dulcina abre suas portas enquanto outra figura exemplar deste tempo pontifica na Federação do Comércio transformando o SESC num imenso laboratório de cultura. A cidade fervilha por todos os cantos. E pela primeira vez as satélites - Taguatinga à frente - se aproximam do Plano, desconfiadas, inseguras, mas certas de vir a ocupar um lugar mais condigno com o próprio tamanho a que chegaram. Grandes personagens populares pululam nos becos, ruas e bares da cidade com sua alegria e loucura contagiantes: Zé Pereira, cinéfilo e promotor cultural, J. Pingo, ator e diretor teatral, indefectível candidato a deputado da putada, com sua alegórica Kombi Nacional, Ary Pararraios e o Wanderley Lopes que neste tempo abandona a macrobiótica - que havia implantado na cidade - e se dedica ao “jornalismo”, com o FOGO CERRADO, um jornal anarco-trafficante como ele costumava dizer.

No Governo do Distrito Federal as coisas eram menos abusadas, à exceção da SAB, mas não muito diferentes. Novas caras, novos estilos, comandavam o espetáculo. Principalmente depois da vitória do PMDB nas eleições de 1986 os cargos passaram a ser ocupados por indicação partidária, à qual se aliava o PPF de Osório Adriano, Waldir Campelo e Maria de Lourdes d Abadia numa corrida ímpar. Isto era uma grande novidade na cidade que, até bem pouco tempo, desconhecia uma instância propriamente política. Mas também, aqui, era tudo uma grande festa. O Zé Aparecido sempre reunido com seus amigos intelectualizados como o Osvaldo Peralva e tantos outros, aos quais se associaria a presença marcante das visitas de Oscar Niemeyer e de Lúcio Costa. Em 1986 Lúcio retorna por primeira vez à cidade depois da inauguração e deixa seu relatório no Brasília Revisitada, no qual propõe as Quadras Econômicas, uma delas logo construída, ao lado do Guará e que recebeu seu nome. Lamentavelmente, não é um documento brilhante Destes encontros surge a idéia do tombamento de Brasília, já assombrada pelos seus quase dois milhões de habitantes, um sem número de favelas interiores ao Plano, e uma gigantesca periferia extra-muros extornada para Goiás. O CAUMA, órgão de controle do solo da na cidade continuava apostando na sua soberania e via com melhores olhos o tombamento do que a implementação do dormido PLANO ESTRUTURAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – PEOT, que já advertia para a necessidade da flexibilização na oferta de terras do DF para assentamento das populações carentes.

E aí, neste ponto, está a grande glória do Zé Aparecido e também seu fracasso em Brasília.

O tombamento de Brasília era o último suspiro do “projeto-cidade” idealizado nos anos 50. Tinha de ser providenciado. Mas talvez tivesse sido melhor tê-lo feito antes, quando a cidade ainda não tivesse crescido tanto e junto com a própria redemocratização do país. Brasília sempre foi uma obra de arte, uma memorável obra de arte. Mas a arquitetura – e especialmente o urbanismo - é, talvez, a única arte que não subsista por si mesmo, como objeto de contemplação. Elas estão imbricadas com a utilidade que propõem e supõem. Quando a arte de Lucio Costa se enfrenta ao fantasma de dois milhões de pessoas, que haviam se reorientado do Rio e São Paulo para cá, em razão das mudanças paradigmáticas do desenvolvimento brasileiro que fariam do centro-oeste nas décadas de 80 e 90 o grande escoadouro migratório, Brasília tinha que repensada e não apenas revisitada pelo grande mestre. Ela passava a ser um objeto de tratamento político e não estético. Paradoxalmente, pela sua natureza

profundamente mineira, pelos amigos que o cercavam, pelos ideais que o iluminavam, Aparecido não podia ver isto. Ele não viu que tanto ou mais que fazê-la Patrimônio da Humanidade, havia que atentar para a reversão do primado do Plano Piloto, do físico e do supérfluo, para suas antíteses, a saber, a ocupação de todo o Distrito Federal, a emergência do social como expressão das novas demandas urbanas e do urgente necessário que ameaçava se impor pela força como demonstrou, para espanto de todos ,a quebradeira de outubro de 1986 quando o Governo Federal, garantidas as eleições liquidou o Plano Cruzado.

Por isto Zé Aparecido caiu., num dia incerto, num mês incerto, provavelmente no final de 1988...

E abriu espaço para um goiano que lhe era o avesso. Homem simples, grande esperteza política e fundas raízes na região, mas que viria a perceber estas nuances do momento brasiliense a ponto de firmar-se como um grande líder político. Mas se Zé deixou o Governo para o que os goianos chamam de sua vingança contra o iluminismo cosmopolita do Rio e Belo Horizonte, deixou uma herança de estigmatização das elites contra Roriz. Ele pagará, sempre, à luz das elites, o preço de ter feito o que, de uma forma ou outra, - talvez, até, “outra” - tinha de ser feito: a ocupação de todo o Distrito Federal em consonância com o Projeto Brasília. Enquanto o Zé será imortalizado pela sua grande arte, que não foi a política, mas a de fazer amigos e se fazer respeitar pelo ideal de imortalizar Brasília, num flash back dos anos dourados.

*\*Paulo Timm é professor da Universidade de Brasília (UnB), técnico aposentado do IPEA e ex-secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal.*

## A crise da UnB e a conjuntura

11.04.2008



Em 1968, quando a repressão invadiu a UnB, à procura de estudantes tidos como subversivos, dentre eles Honestino Guimarães, que logo mais cairia na clandestinidade, vindo a desaparecer nas mãos da polícia, a cidade, ainda pequena, ficou abalada. A crise da UnB invadiu todos os lares, consumiu noites, atravessou o Eixo Monumental, desembocando no Congresso Nacional, e ganhou o País, provocando indignação. Todos se solidarizavam com os estudantes.

Na crise atual algo estranho acontece.

A ocupação da Reitoria nos entra pela mídia oficial demonstrando que o assunto repercute mais no plano nacional do que no local. Não é por acaso. Isso ocorre, em parte, porque a cidade cresceu, extrapolando o alcance da UnB. Uma parte não desimportante da cidade vive muito longe dela. E isto não só pela distância física do campus dos grandes centros populacionais da cidade mas porque a grande Universidade pública e gratuita distanciou-se socialmente e se isolou como um reduto de alta classe média. A grande massa de estudantes universitários de Brasília não está na UnB, nem está no Plano Piloto e adjacências, tanto ou mais privilegiadas. Vive no entorno – este sim, “Entorno” de Brasília -, a sudoeste da cidade, no grande conglomerado que vai da Ceilândia ao Gama, passando por Taguatinga, Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Gama e Santa Maria. Aí, a pequena porcentagem de seus jovens, entre 18 e 25 anos, estuda nos caros cursos das Faculdades privadas, muitas vezes noturnas, porque trabalham durante o dia. Portanto, diferentemente dos anos 68, “Brasília” não se identifica, nem se reflete na Universidade de Brasília. O Movimento Estudantil, nesse processo, por mais acertado que esteja – e acredito que está – fica distante da cidade, isolado num lócus privilegiado como se fosse outro mundo que não o do Distrito Federal. É tempo, aliás, do movimento estudantil refletir também sobre isto exigindo, dentre outras coisas, que a UnB passa a se denominar Universidade do Distrito Federal. Eu, aliás, a chamaria de Universidade do Distrito Federal e Entorno...Tempo de pensar, também, no que deu a Universidade brasileira como reduto privilegiado de detentores de títulos de nobreza acadêmica. Mas sem exclusivismo ou segregacionismo. Mas há outro fator, mais grave, que acompanha e estigmatiza a resistência dos estudantes da UnB. Vivemos um momento de coagulação da resistência crítica na sociedade brasileira, talvez no mundo inteiro. Desde a transição anódina, inodora e incolor da Nova República, que sucedeu ao regime militar, até a docilização do PT, com a posse do Presidente Lula, a sociedade brasileira perdeu combatividade. Até o eterno Brizola morreu... Folclorizado. Pobre PDT!!! Todo o processo de mudança foi entregue, pelos segmentos mais aguerridos e críticos da sociedade, às mãos calejadas - e diga-se, politicamente hábeis - do Presidente Lula. Os movimentos sociais organizados foram criminalizados por seus “excessos”, a partir do Governo Fernando Henrique, com o beneplácito da Justiça, dos Partidos de esquerda - mais propensos à militância contestadora-, do poder midiático, em torno da grande aliança da governabilidade.. Os recalcitrantes são ridicularizados. Líderes da magnitude de Lysâneas Maciel, Chico Pinto, Getúlio Dias, que outrora reverberavam em discursos eloqüentes sua indignação frente á violência do sistema, morrem, um a um, gota a gota, já sem mandato nem reconhecimento pelo seu passado, sem que se sinta e ouça qualquer comoção por seus passamentos. Há poucos meses,

em Brasília, um grupo de jovens militantes de vários movimentos absolutamente legítimos foram sumariamente desalojados de uma casa na W3Sul e brutalmente levados à prisão sem que nenhuma solidariedade de peso se esboçasse na cidade. Os movimentos de contestação à ordem estabelecida, uma ordem injusta e condenável, encontram-se segmentados e marginalizados passando a habitar uma espécie de submundo da cidade. Isso é lamentável. Enquanto isto, a grande mídia enaltece em documentários inéditos o compromisso heróico da geração que combateu a ditadura. Mas os novos atores da contestação são esmagados. Herói bom é herói do passado, preferencialmente morto e enterrado. Onde, aliás, em todo esse imenso Portugal, as Avenidas, as Praças, os Monumentos com os nomes dos mártires? Na minha pequena Alexânia, ao lado de Brasília, a principal escola tem o nome de “31 de março”... Heróis da resistência, sim, mas por mera evocação digna de justificar-se na republiqueta dos coronéis, sem qualquer espaço no Brasil moderno e democrático dos dias de hoje. Tudo como num quadro, pendurado na parede, como o já triste retrato do Che Guevara. Esse o nosso tempo: um tempo de espetáculos grandiosos, cinismo e obliteração do pensamento crítico senão de criminalização dos atos que propõe. Um tempo de covardia intelectual, moral e política. E de grandes fortunas... Como nos anos loucos...

Lamentável! Nunca sociedade humana esteve tão perto do caos e tão carente de brados de intolerância. O planeta está sufocando e derretendo, enquanto as áreas de desertificação se ampliam e continentes inteiros, como o africano, mergulham na falta de perspectiva, seus povos perambulando à cata de sobrevivência em meio ao horror a si mesmos; o grande Império Americano está à beira de um colapso financeiro e mergulhado em guerras inventadas; a distância socioeconômica vinculada aos êxitos na bio-genética está prestes a separar a humanidade – inarredavelmente, inexoravelmente - entre os produzidos e os sub-produtos, condenados estes às piores mazelas da existência; o avanço digital ameaça aprofundar a discriminação social com níveis jamais vistos de segmentação da espécie. Tudo isso não apenas justifica uma resistência crítica radical, mas a impõe. Não se trata de gosto de sangue, mas de reconhecimento de que a alma imoral, como frisa uma peça recentemente levada ao Teatro da Caixa, aqui na cidade, e que levou ao teatro uma obra curiosa de um rabino, está chamada a salvar um corpo inerte de uma sociedade elitista que se acomodou à mediocridade de suas moles vidas. Os hábitos, convenções e instituições, indispensáveis à vida social organizada coagularam-se numa rede de interdições legais que impedem a passagem da própria vida. Todos sabem que de tempos em tempos essa rede precisa ser sacudida e revirada para que o fluxo da própria vida volte a irrigar a história. História que será sempre a mesma, sem um fim definido, nem sentido que não seja ao que ela atribuímos, mas que carece de ser refeita.. Não porque a história evolui – ou involui -, mas porque a espécie o exige. Crentes ou não em Deus temos um compromisso com a espécie que nos impõe o grito de alerta. Mas ele está sufocado. Não vemos com os olhos, não ouvimos com os ouvidos, não degustamos com as papilas. Fazemo-lo sob o lapso sensorial que impõe, como mistério insondável, o primado do julgamento sobre todos os momentos da vida. Intuição, idéias como produtos da imaginação imorredoura, sentimentos, estes sim são motores da vida e da história. Mas os estamos subordinando a uma suposta razão – instrumental – na esperança de que seja capaz de nos organizar por cima dos valores. Somos os últimos filhos de um Iluminismo dissecado pelos estruturalismos, desconstrucionismos, hermenêuticas e outro sem número de crenças vagas. Até quando...?

Mas aqui e ali emergem resistências: jovens suburbanos de Paris, monges do Tibet, indígenas latino-americanos, jovens militantes desalojados sem qualquer procedimento judicial numa casa a W3 Sul e, agora, estudantes da UnB. Pouca importa o que eles querem. Se é certo ou é errado. Certo ou errado à luz de quê? Por acaso o analfabeto milionário Fulano de Tal que durante anos pontificou na Editora da UnB, sem ter lido jamais um dos livros publicados, é mais certo? Por acaso são vândalos? Ou movidos por interesses inconfessáveis? Ou como alguém sugeriu: - A serviço de partidos...? Mas e se for este o caso? Acaso o PMDB é melhor do que o PSTU, o PSol ou outro nome qualquer herdado da já velha Libelu? Ora, é até louvável que sejam afiliados a Partidos, Igrejas, Sindicatos, DCEs ou outra instituição. Isso só demonstra que são sociáveis. Eu, rigorosamente, acho que, com todos os defeitos que possam ter, eles são- melhorados, porque mais sós - o que a minha geração foi um dia, o que ela representou: Um grito de esperança à espera de ressonância. Não deixemos este grito ser abafado por uma nova invasão policial do campus. E se ao Reitor lhe resta um pingão de dignidade fica-lhe – como sugeriu o Senador Buarque - o recurso do licenciamento, quando mais não seja, para não ser o patrocinador de uma barbaridade que terá de carregar pelo resto de sua vida.

*\* Paulo Timm é economista e professor aposentado da UnB*

### Lula e suas incontinência

O Presidente Lula é senhor de uma biografia reconhecidamente exemplar. Menino pobre, retirante da miséria nordestina, encarnou como poucos o ideal cristão-romântico da auto-superação com base na fé e na esperança. Mas ultimamente o Presidente tem se excedido na incontinência verbal. Resta saber, aqui, se o verbo expressa verdadeiramente o entendimento do Presidente ou se apenas lhe veste a fala.

Outro dia, no auge da comoção nacional com a morte do menino João Hélio, arrastado várias quadras por um automóvel tomado por bandidos, no Rio de Janeiro, Lula foi veemente na condenação à “condenação sumária” destes bandidos pela opinião pública. Esta clamava por uma mudança na imputabilidade criminal mediante redução da idade de 18 para 16 anos. Lula, em discurso em São Paulo, foi contra esta redução. Debitou a criminalidade juvenil ao desamparo social dos jovens nas periferias do país. E chegou a dizer que se baixássemos a imputabilidade de 18 para 16 anos depois haveria quem quisesse baixá-la para 14, 12, 10, 7 anos e até haveriam quem quisesse reduzi-la ao feto (na barriga da mãe). Ora, isso é incontinência pura pois nem como frase de efeito se justifica porque não faz nenhum sentido e é até um insulto à inteligência. De resto reflete dois erros do Presidente: 1º) A desqualificação do debate sobre a redução da idade “judicial”, questão controvertida entre especialistas e opinião pública mas que deveria merecer, da parte do Presidente da República, o respeito. Mesmo manifestando sua opinião contrária à redução da idade para “imputabilidade” devia fazê-lo com a nobreza que a servidão do cargo lhe impõe; 2º) A questão mesmo da criminalidade, que envolve uma densa polêmica sobre suas origens, eis que nem todos os jovens pobres, sequer a maioria, deles, se converte ao crime, deveria merecer do Presidente da República maior cuidado, sob pena de servir como justificativa para o crime; está certo que Lula reconheça as relações entre pobreza e criminalidade mas não é correto que ele, Presidente da República, fique insistindo nesta tecla. Os Ministros existem, exatamente, para isto, para reverberar opiniões que muitas vezes o Presidente gostaria mas não pode ou não deve expressar. Aí está, por exemplo, a questão dos juros altos. Não convém ao Presidente bocar a boca no trombone contra os juros altos. Seria um tiro no pé. Para isto existe o Vice-Presidente José de Alencar. O mesmo com relação às questões delicadas da política ambiental. Lá está a Ministra Marina Silva pronta para defender a posição



politicamente correta, mas “inconveniente”.

Agora, dois dias atrás, quando do anúncio dos novos Ministros, Lula escorregou de novo ao indicar o Ministro da Saúde e confirmar o da Educação, dois nomes, aliás, acima de qualquer suspeita ou dúvida. Disse que estes dois Ministros eram dois Ministros “seus” porque com Educação e Saúde não se brinca. Se brincar com saúde, um morre. Se brincar com educação, disse ele, outro fica analfabeto. Então estes eram dois Ministros e dois segmentos do Governo que não admitiam negociação partidária. Os titulares tinham que ser homens capazes de cumprir suas respectivas missões. Esqueceu-se o Presidente, que a Administração é como uma família. O Presidente é o pai, os auxiliares seus filhos. É um imenso risco admitir publicamente preferências e pior, fazê-lo desqualificando os demais Ministros, que, se tivessem vergonha na cara como nos velhos tempos, pediriam afastamento pois foram tratados como se fosse “de brinquedo”, frutos de negociações partidárias espúrias. Lamentável incidente, em boa hora engolido por todo mundo, envolvidos, imprensa, oposição, inteligência, numa clara demonstração de que este país está mesmo transformado “num imenso Portugal” no qual navegar- na linguagem, com prudência- , pelo menos,- não é mais preciso...

Finalmente, em outra posse recente, Lula foi impagável. Justificando-se por eventuais apertos na política governamental sob seu comando o Presidente fulminou: “Às vezes temos que dar uma palmadinha- carinhosa-, num filho, para ensinar-lhe o bom caminho”. Mais uma vez, intervenção inoportuna, imperdoável, politicamente incorreta. Bater em criança, Presidente, por favor, nunca mais...!

**Paulo Timm**, 62 – Professor da Unb e Fundador do PDT

